UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

SEMÍRAMIS COSTA CHICARELI

Pastoral Carcerária: Participação Política e Direitos Humanos

São Paulo

2016

SEMÍRAMIS COSTA CHICARELI

Pastoral Carcerária: participação política e Direitos Humanos

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 07 de dezembro de 2015. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:

Mudança Social e Participação Política

Orientador:

Prof. Dr. Marco Bettine de Almeida

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Chicareli, Semíramis Costa
Pastoral carcerária : participação política e direitos humanos / Semíramis Costa Chicareli ; orientador, Marco Antonio Bettine de Almeida. – São Paulo, 2015
140 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Psicologia política. 2. Prisão. 3. Igreja católica. 4. Participação política. 5. Direitos humanos. I. Almeida, Marco Antonio Bettine de, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 320.019

Nome: CHICARELI, Semíramis Costa

Título: Pastoral Carcerária: participação política e Direitos Humanos

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração:

Mudança Social e Participação Política

Aprovado em: 07/12 /2015

Banca Examinadora

Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Prof. Dr. Marcos César Alvarez

Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Profa. Dra. Andrea Almeida Torres

Universidade Federal de São Paulo. Instituto de Saúde e Sociedade

Dedico este trabalho à todas as pessoas que lutam pela libertação de si mesmas e de outras pessoas; que lutam pelo fim das prisões concretas e subjetivas; que lutam por uma mudança social necessária e possível.

Agradecimento Institucional

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, pelo apoio financeiro concedido por meio da Bolsa de Mestrado Regular no País, Processo 2013/09561-5, que foi fundamental para que a realização deste trabalho fosse possível, e também da Reserva Técnica, que possibilitou o intercâmbio e a difusão de conhecimentos em importantes eventos científicos.

Agradecimentos Pessoais

Agradeço imensamente ao meu orientador, Marco Antonio Bettine de Almeida, pela confiança em mim e em meu trabalho; por compreender-me em minhas dificuldades durante o percurso, com muito respeito e sensibilidade, principalmente em minhas questões de gênero de mulher-mãe-pesquisadora; e por me incentivar à seguir pesquisando o meu tema de vida e de pesquisa, desde o trabalho anterior da especialização em Psicologia Política.

Agradeço à Pastoral Carcerária por todo aprendizado sobre o campo de estudos proporcionados pela experiência de atuação profissional, de militância e de participação política; por possibilitar que eu realizasse esta pesquisa, fornecendo informações e espaço físico para a realização das entrevistas; e especialmente aos colaboradores Pe. Valdir João Silveira, Deyvid Livrini e Francisco Crozera por compartilharem suas experiências de vida e de atuação na organização, que foram fundamentais para a realização desta pesquisa.

Agradeço também aos professores que compõem a minha Banca Examinadora, considerando-os também como orientadores do meu trabalho, isto é, por serem importantes referências nos campos de conhecimentos e nos temas abordados nesta pesquisa e pensando-os desde a perspectiva de uma "sabatina-orientadora", como fonte de críticas fundamentais para meu desenvolvimento como pesquisadora:

Ao professor Salvador Sandoval, por todas as ricas experiências de aprendizado, sempre envolvidas de muita leveza e bom humor; por receber-me em seu núcleo de pesquisa, possibilitando o aprofundamento nas discussões sobre os processos de conscientização política; pela disponibilidade em sempre responder às minhas dúvidas; e pela influência para que eu pudesse pensar meus próprios processos de aprendizado e de conscientização política.

Ao professor Marcos César Alvarez que, em sua disciplina sobre *Poder, Punição e Controle Social* possibilitou um importante espaço de reflexões e discussões teóricas sobre os temas que são o pano de fundo do meu trabalho e da minha trajetória pessoal e acadêmica.

À professora Andrea Almeida Torres, por suas contribuições na avaliação deste trabalho a partir de sua longa trajetória de trabalho na Pastoral Carcerária e no interior do sistema prisional.

Agradeço também ao professor e amigo Alessandro Soares da Silva, que teve grande influência em minha formação psicopolítica; por todas as provocações, questionamentos e desafios que fortaleceram o meu posicionamento ético-político na produção de conhecimento; por me fazer ultrapassar meus próprios limites com sua exigência de rigor nos estudos, fazendo-me sair do mestrado como leitora-poliglota; pelas experiências de trabalho nos eventos

acadêmicos, nos quais eu pude contribuir para a difusão de conhecimentos e fortalecimento do campo de estudos; e pelas confraternizações na intimidade de sua casa e momentos de diversão.

À todas as pessoas do Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo – GEPSIPOLIM/ EACH-USP, que compartilharam comigo esta trajetória: professores Dennis de Oliveira e Agustín Espinosa; estudantes-pesquisadores Fábio Ortolano, Rogério Ferro Bá-Senga, Tâmara Pacheco, Felipe Corrêa, Tatiana Oliveira Botosso, Babel Hajjar; Mariana Rocha Oliveira, Letícia Nery, Lígia Kawata, Mayara Vincenzi Patrão; e especialmente à Débora Cidro, por sua amizade e disponibilidade em ser minha revisora de textos e interlocutora nos temas comuns em nossas pesquisas; e à Maria Aparecida Cunha Malagrino, pelo companheirismo e muitas risadas nos eventos acadêmicos.

Às amigas Laís Cristina Assis, Salete Perroni e ao amigo Thiago Bomfim Santos, pessoas companheiras do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, por todos os momentos compartilhados de reflexões profundas sobre a vida.

Às "fadas-madrinhas", Ellen Ricarte Dauerbach e Patrícia Catto Chiarelli, por me acompanharem em toda a minha trajetória desde a graduação; por sempre poder contar com suas ajudas e apoios, e por todas as experiências e aprendizados que tivemos juntas.

Um agradecimento especial à minha amiga-compa-hermana, que sempre se fez presente em minha vida, e muitas vezes superando distâncias continentais, apoiando-me "psicopoliticoemocionalmente"; por todo aprendizado e força feministas; pelo intercâmbio cultural; pelos diálogos humanamente humanos, pelo respeito, carinho, cuidado, solidariedade, amor; por sempre estar disponível para me escutar e dar suporte às minhas crises e surtos... Elvira Riba Hernández, muito obrigada!

Agradeço também à minha pequena Ísis, que nasceu e se desenvolveu junto com esta pesquisa, e que me fez resgatar a natureza-humana-animal-mamífera que a modernidade insiste em desnaturalizar e desumanizar; por ensinar-me à ser mãe e educadora; e por me fazer acreditar ainda mais, e a cada dia, que um mundo melhor é possível a partir de relações de cuidado, responsabilidade, sinceridade, respeito, confiança e amor que são tecidas desde a infância.

Finalmente, mas não menos importante, agradeço ao meu companheiro Germán Andrés Cortés Millán, pelo intercâmbio cultural e por todas as discussões sobre ações coletivas e mudanças sociais em nossos respectivos países de origem; por motivar-me diariamente nos exaustivos processos de trabalho de noites em claro; pela relação demasiadamente humana de carinho, respeito, amizade, sensibilidade, sinceridade, liberdade... por tudo o que sonhamos juntos... por "tudo y todo", muchas gracias!

"La psicología política implica compromisos, emociones, luchas y procesos sostenidos y organizados de aperturas hacia um mundo utópico al que esperamos llegar. La pasión es el centro de la ciencia, el arte y el conocimento en general, y es este remolino de sentimientos y planteamentos intelectuales el que da vida y pomueve el cambio hacia um mundo mejor"

(González-Suárez, 2008, p.20)

RESUMO

CHICARELI, Semíramis Costa. **Pastoral Carcerária**: participação política e Direitos Humanos. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Versão Original.

Diante do fenômeno de encarceramento em massa no Brasil, que se desenvolve com força e rapidez a partir da década de 1990, e consequente potencialização das condições degradantes e aumento das violações de direitos, torturas e mortes nos locais de privação de liberdade, a Pastoral Carcerária se destaca como uma organização mediadora das relações entre as pessoas que estão aprisionadas, o sistema internacional de proteção dos Direitos Humanos e o Estado, atuando como um mecanismo de monitoramento e fiscalização do sistema prisional brasileiro. Assim, neste trabalho realizamos uma pesquisa qualitativa dessa trajetória de participação política da Pastoral Carcerária, como forma de compreender como ocorre e se desenvolve essa luta direta contra o Estado penal. Para isso, construímos o marco teórico que sustenta o posicionamento político-ideológico-científico em que se insere esta pesquisa, tecendo aproximações entre a Psicologia Política e os temas da criminalização e da punição, e realizamos entrevistas semi-abertas com três atores da organização, por meio de um roteiro semi-estruturado, articulando os referenciais teórico-metodológicos da História Oral Temática, da Análise de Discurso e do Modelo de Análise da Consciência Política. A partir das narrativas dos entrevistados, construímos a trajetória de participação política da Pastoral Carcerária na defesa dos Direitos Humanos, compreendendo seus aspectos psicopolíticos a partir das análises das sete dimensões da consciência política. As narrativas trazem um importante componente histórico das ações coletivas da organização, apontando o seu surgimento com a Teologia da Libertação latino-americana em meados do século XX e seu desenvolvimento na participação política nos movimentos de resistência à ditadura no Brasil, sendo representada e significada pelos entrevistados como um espaço de formação e socialização política, e como um importante ator político no confronto direto com o Estado penal na atualidade do encarceramento em massa.

Palavras-chave: Pastoral Carcerária1. Psicologia Política2. Consciência política3. Participação política4. Direitos Humanos5.

ABSTRACT

CHICARELI, Semíramis Costa. **Pastoral Carcerária**: political participation and Humans Rights. 140 p. (Master of Science) – School of Arts,Sciences and Humanities, Univerty of São Paulo, São Paulo, 2016. Original Version.

Facing the mass incarceration phenomenon in Brazil, which have been tightly and quickly developed from the 1990s and the consequent enhancement of degrading conditions and rights violations, tortures and deaths in freedom privation places, the "Pastoral Carcerária" stands as a mediator organization between jailed people, the international system of human rights protection and the State, acting as a tracking and control mechanism of the brazilian penitentiary system. So, this work performed a qualitative research in the political participation journey of the "Pastoral Carcerária", as a way to understand how happens and develops this direct fight against the criminal State. For this, we build a theoretical mark that supports the ideological-political-scientific position in which belongs this research, weaving links between the Political Psichology and the criminalization and punishment issues. We performed semi-open interviews with three actors of the organization, through a semi-structured script, articulating the theoretical-methodological references of the Thematic Oral History, the Discourse Analysis and the Political Consciousness Analysis Model. From the interviewed's narratives we built the political participation trajectory of the "Parceral Carcerária" in human rights defense, including their psychopolitical aspects from the analysis of the political consciousness seven dimensions. The narratives bring an important historical component of the organization's collective actions, pointing its emergence with the Liberation Theology in Latin America in the mid-twentieth century and its development in the political participation in dictatorship's opposition movements in Brazil, being represented and signified by the surveyed, as an educational and political socialization way, and like an important political actor in direct confrontation with the criminal state in today's mass incarceration.

Keywords: Pastoral Carcerária1. Political Psychology2. Political consciousness3. Political participation4. Humans Rights5.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 10
1. CONSTRUÇÃO DO MARCO TEÓRICO NA PSICOLOGIA POLÍTICA..... 14
1.1 Bases epistemológicas da psicologia política: criminalização e punição..... 14
1.2 A tendência latino-americana: Psicologia Política da Libertação..... 24
1.3 A Psicologia Política brasileira e o enfoque da Consciência Política..... 31
1.4 A Psicologia Política e as questões da criminalização e aprisionamento no Brasil..... 39
2. QUEM PESQUISA E PORQUE PESQUISA: CONSTRUINDO OS PROBLEMAS E OS OBJETIVOS..... 46
3. PASTORAL CARCERÁRIA COMO MECANISMO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO..... 59
4. CAMINHOS, POSICIONAMENTOS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA..... 66
5. VOZES DA PASTORAL CARCERÁRIA..... 74
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 125
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 128
ANEXOS
Roteiro de entrevistas semi-estruturado..... 132
Carta de Apresentação da Pesquisa com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... 135

INTRODUÇÃO

> Eu só quero pedir que esse teu trabalho sirva para despertar outro olhar para as pessoas aprisionadas. E também que possa servir para que você leve outras pessoas à mergulhar nessa realidade, para transformar esse mundo, não por um olhar passivo e emotivo: "Ai, eu vi, não dormi mais, chorei o dia todo". Não! E daí?! [...] O que tu vais fazer com isso? [...] Quer dizer, que saia pra transformar as coisas! Não só que viu, indignou-se, emocionou-se. Não, não... para transformar! Então, na realidade, que esse seu trabalho sirva também para indignar as pessoas para mudar essa realidade. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015)

Geralmente os trabalhos acadêmicos começam com uma citação de alguma pessoa poeta ou acadêmica renomada, em uma formalidade que cumpre com a função de dar legitimidade para tudo aquilo que será abordado nas linhas e páginas seguintes.

Então, é justamente a partir da perspectiva de legitimidades de um discurso[1] (Foucault, 2011) que iniciamos a apresentação deste trabalho, com um trecho de uma das entrevistas que tornaram possível esta pesquisa; começamos com a provocação e o desafio feitos pelo Pe. Valdir, que é uma das pessoas que compõem a Pastoral Carcerária e que há muitos anos está na luta cotidiana contra o Estado penal.

E qual a importância de iniciarmos nossas discussões com esta provocação e com este desafio? Porque foi precisamente por mergulhar nessa realidade, por sentir na carne e na "alma", e por indignar-me com a função política dos cárceres, que fui provocada e desafiada à entrar nessa luta contra o gigantesco sistema capitalista-penal, tendo a mudança social e o fim das prisões como horizonte à ser seguido.

E se a mudança social é possível por meio da participação política em ações coletivas (Martín-Baró; 1998; Sandoval, 1989a; 1994a; 1994b, 2001), propomos neste trabalho pesquisar a participação política de uma organização que há muitos anos atua neste campo, como o principal ator político na luta contra o Estado penal e como uma importante referência nas questões da criminalização e aprisionamento no Brasil: a Pastoral Carcerária.

Aqui, fizemos o caminho inverso da grande maioria das pessoas que pesquisam: partimos de uma experiência empírica, da concretude da "realidade letal do sistema penal" (Batista, 2014, p.91), como condição desencadeadora de conscientização política e da busca

---

[1] [...] Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder [...]. O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (p.10).

por compreensão e instrumentalização teórica, não somente para compreendê-la e explicá-la, mas, principalmente, para atuar contra ela. E é isso que justifica a inserção desta pesquisa em um Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Nessa trajetória de busca por teorização da realidade social encontrei no campo multidisciplinar da Psicologia Política algumas respostas sobre a criminalização e o aprisionamento ser um projeto político de dominação das massas/ maiorias populares (Sighele, 1954; Le Bon, 1921; 2004), assim como também encontrei muitas pistas em direção à uma mudança social necessária e possível, por meio da conscientização e da participação política em ações coletivas (Martín-Baró, 1998; Sandoval,1989a; 1989b; 1994a; 1994b; 1997; 2001). E assim surge o interesse em pesquisar a participação política da Pastoral Carcerária, organização mediadora das relações entre as pessoas aprisionadas, o sistema internacional de proteção dos Direitos Humanos e o Estado, como forma de compreender como ocorre essa luta direta contra o Estado penal e, assim, poder contribuir com ela.

Com a atualização dos processos de acumulação de capital que ocorre a partir dos anos de 1980, o chamado neoliberalismo, o sistema penal foi colocado no "epicentro da atuação política" e conjugado "com novas tecnologias de controle, de vigilância, de constituição dos bairros pobres do mundo em campos de concentração" (Batista, 2014, p.99), culminando no "grande encarceramento", ou no que chamamos de encarceramento em massa.

No Brasil, de acordo com os dados estatísticos nacionais de informações penitenciárias, do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (Depen), este fenômeno de encarceramento em massa se desenvolve com força e rapidez a partir da década de 1990, conforme será visto mais adiante no primeiro capítulo. E, atualmente, o Brasil ocupa a quarta posição em um ranking dos países que mais encarceram no mundo, com uma população carcerária de mais de 607.731 pessoas (Depen, 2014).

Desta forma, as políticas de encarceramento em massa é um fenômeno que interessa à Psicologia Política. Porém, em uma pesquisa bibliográfica anterior (Chicareli, 2011) de publicações que tratassem do aprisionamento na Revista de Psicologia Política, bem como nos eventos científicos regionais, nacionais e Ibero-latinoamericano frequentados desde 2010, não encontrei no campo o interesse em discutir[2] a criminalização e o aprisionamento seletivo como

[2] Consideramos que pode haver estudos no campo a partir de uma perspectiva mais crítica, publicados ou divulgados em revistas e eventos que tratam especificamente do tema do aprisionamento, porém estão invisibilizadas no campo de estudo da Psicologia Política.

estruturante das sociedades de classes[3], como estratégia de poder e instrumento de dominação, ou seja, desde uma perspectiva psicopolítica crítica que rompa com o discurso do caráter racional e educativo da punição.

A partir disso, no primeiro capítulo construímos o marco teórico que sustenta o nosso posicionamento político-ideológico-científico, apontando a íntima relação da emergência da Psicologia Política no contexto europeu do século XIX com os temas da criminalização e da punição. Em seguida, abordamos o surgimento e desenvolvimento do campo a partir do século XX na América Latina como uma Psicologia Política da libertação dos povos historicamente oprimidos e como práxis de mudança social. Depois abordarmos o desenvolvimento de uma Psicologia Política brasileira com foco na conscientização política, e como referencial de análises das entrevistas dessa pesquisa. E, por fim, apresentamos dados estatísticos sobre o encarceramento em massa e o status de desenvolvimento da Psicologia Política brasileira em relação à criminalização e ao aprisionamento de grupos historicamente oprimidos, temas que se constituem como o "pano de fundo" dessa pesquisa e como campo de atuação e de participação política da organização pesquisada.

No segundo capítulo apresenta-se como foram construídos os problemas e objetivos de pesquisa a partir da experiência empírica de criminalização e aprisionamento, dos processos de conscientização política sobre essa realidade social, e da experiência de atuação profissional na Pastoral Carcerária que ocorreu por meio de uma Pena Alternativa com suspensão de direitos políticos e prestação de serviços comunitários.

No terceiro capítulo, caracterizamos a Pastoral Carcerária como mediadora das relações entre as pessoas aprisionadas e o Estado, com a sua formalização como um mecanismo de monitoramento e fiscalização do sistema prisional brasileiro no interior do sistema internacional de proteção dos Direitos Humanos, que foi possível com a ratificação e incorporação de importantes tratados de Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro, com a abertura democrática e com o marco constitucional de 1988.

No quarto capítulo, descrevemos os caminhos da pesquisa de campo e os procedimentos de entrevistas semi-estruturadas, articulando os referenciais teóricos da História Oral Temática (Meihy e Holanda, 2007), da Análise de Discurso (Orlandi, 2010) e do Modelo de Análise da Consciência Política (Sandoval, 1994a; 2001).

---

[3] Com a exceção de um trabalho, que será apresentado no primeiro capítulo.

No quinto capítulo apresentamos a trajetória de participação política da Pastoral Carcerária na defesa dos Direitos Humanos, a partir das vozes dos 3 entrevistados, e compreendendo os aspectos psicopolíticos envolvidos nessa participação política a partir das 7 dimensões de análise da consciência política desenvolvidas por Sandoval (1994a; 2001).

E, finalmente, apresentaremos as nossas considerações finais sobre o processo de pesquisa e análises, apontando outras perspectivas sobre os temas abordados e novos desafios para o campo de estudos da Psicologia Política.

1. CONSTRUÇÃO DO MARCO TEÓRICO: PSICOLOGIA POLÍTICA E CONSCIÊNCIA POLÍTICA

Neste capítulo não pretendemos uma revisão exaustiva sobre o campo da Psicologia Política, mas apontar a íntima relação da emergência da Psicologia Política no século XIX com os temas da criminalização e da punição, assim como a manipulação político-ideológica para a legitimação destas para a dominação e para a ordem social burguesa.

Depois abordaremos o surgimento e desenvolvimento do campo no século XX na América Latina como uma Psicologia Política da libertação dos povos historicamente oprimidos e como práxis de mudança social.

Essa contextualização do campo latino-americano é importante para abordarmos o desenvolvimento de uma Psicologia Política brasileira com foco na consciência política, que constituirá as dimensões de análises das entrevistas dessa pesquisa.

Por fim, apresentaremos o status de desenvolvimento da Psicologia Política brasileira em relação à criminalização e ao aprisionamento de grupos historicamente oprimidos, temas que se constituem como o "pano de fundo" dessa pesquisa.

1.1. Bases epistemológicas da Psicologia Política: criminalização e punição

A Psicologia Política nasce da crise das Ciências Sociais e Políticas e como uma crítica às correntes mais discutidas, que encontram dificuldades teóricas em suas análises por fenômenos políticos por adotarem frequentes concepções dicotômicas, que separam tanto a dimensão psicológica da sociológica, quanto a esfera pública da privada dos fenômenos políticos (Sandoval, 1989; Suárez-González, 2008; Montero, 2009).

Estudos apontam que as produções mais conhecidas emergem na segunda metade do século XIX, com o italiano Scipio Sighele (1892) e o francês Gustave Le Bon (1895) como precursores, tendo como foco o comportamento político das massas que eclodiam nesse período, em oposição e como consequência das mudanças sociais geradas pelas revoluções burguesas, assim como o papel do líder político para a manipulação e dominação (Silva, 2012).

Neste contexto, essa Psicologia Política tradicional surge em torno dos estudos sobre as multidões e as massas para instrumentalizar líderes políticos para o ato de governar, e se consolida inserida no *Movimento da Nova Ordem Mundial*[4] tendo em vista a manutenção da ordem burguesa, caracterizando-se como uma "psicologia política da criminalização" de grupos específicos e dos movimentos sociais.

Desde a combinação da Antropologia e o Direito Criminal lombrosiano, Sighele (1954) em sua obra *A Multidão Criminosa: Ensaio de Psicologia Coletiva* (originalmente publicada em 1892), afirma que a seleção natural formou um tecido social de classes de indivíduos diferentes, uns superiores e outros inferiores, sendo que estes últimos pertencem às classes sociais ou raças naturalmente criminosas, ou seja, que possuem caracteres orgânicos e psíquicos hereditários da criminalidade (as pessoas negras, miscigenadas e latino-americanas). A partir dessa perspectiva, o autor desenvolve sua teoria das multidões criminosas, afirmando que as associações coletivas ocorrem por meio do contágio psicológico do comportamento criminoso, e define como crimes das multidões as manifestações populares e os movimentos sociais, as greves de operários, a resistência de grupos socialistas e anarquistas.

O seu contemporâneo Le Bon (2004) na obra *Psicologia das Multidões* (originalmente publicada em 1895), adota uma perspectiva similar de que a sociedade é formada por uma seleção natural e dividida por castas superiores e inferiores[5], e também teoriza sobre o contágio psicológico das paixões das multidões nos mesmos moldes que o anterior. Devido a isso, o autor é acusado de se apropriar das teorias de Sighele e não referenciá-lo.

Mas há uma diferença entre as obras dos autores em relação aos aspectos criminalizadores: enquanto Sighele afirma que as pessoas que formam as multidões são aquelas naturalmente criminosas, o segundo nega essa premissa e diz que as multidões podem ser consideradas legalmente criminosas, já que pessoas superiores podem ser contaminadas psicologicamente e serem arrastadas de forma inconsciente pelas paixões do coletivo:

> [...] la calidad mental de los individuos que componen la masa no debe ser esgrimida. Esta calidad no tiene importancia. Desde el momento en que forma parte de una masa, la persona instruida y el ignorante son igualmente incapaces de observar (Le Bon, 2004, p.29).

---

[4] A Escola da Nova Defesa Social, movimento reformista da ordem social liberal, se consolida com as consequências da Segunda Guerra Mundial e orienta o Direito Penal e as Ciências Criminológicas, assim como Código Penal brasileiro de 1940 vigente até os tempos atuais. Por isso acreditamos ser pertinente abordar a emergência da Psicologia Política nesse contexto para, assim, relacioná-la com os temas da punição e do sistema prisional.

[5] Vale lembrar que, na época, o evolucionismo darwinista era uma teoria "da moda" e influenciou diversos autores.

> [...] Tenemos obediencia a una sugestión que es tanto más fuerte cuanto que procede de un origen colectivo y la convicción del asesino de que ha cometido un acto muy meritorio, una convicción tanto más natural al ver que goza de la aprobación unánime de sus conciudadanos. Un acto de este tipo puede ser considerado criminal legalmente pero no psicologicamente (Le Bon, 2004, p.109).

A partir dessa perspectiva, Le Bon (2004) afirma que o funcionamento das multidões é inconsciente, irracional, e que obedece aos estímulos aos quais são expostas:

> Al estudiar las características fundamentales de una masa, afirmamos que ésta es guiada casi exclusivamente por motivos inconscientes. Sus acciones están por lejos más bajo la influencia de la médula espinal que bajo la del cerebro. En este sentido, una masa es muy similar a seres bastante primitivos. Las acciones pueden se perfectas en lo que respecta a su ejecución pero, puesto que no están dirigidas por el cerebro, el individuo se comporta de acuerdo con lo que pueden llegar a disponer los estímulos a los cuales está expuesto. Una masa está a merced de todos los estímulos externos y refleja las incessantes variaciones de los mismos. Es la esclava de los impulsos que recibe [...] (Le Bon, 2004, p.25).

E afirma que elas podem ser tanto heroicas e necessárias para se fazer a História da civilização (como as das revoluções burguesas), quanto criminosas e nocivas (movimentos populares de oposição à burguesia):

> [...] Sin duda alguna, las masas criminales existen, pero también habrá que considerar a masas virtuosas, a masas heroicas y a masas de muchas otras clases. Los crímenes de las masas constituyen solamente una fase particular de su psicología. La constitución mental de las masas no puede estudiarse meramente a través de la investigación de sus crímenes, de la misma manera en que no se puede comprender la constitución mental de un individuo a través de la mera descripción de sus vicios (Le Bon, 2004, p.14).

> [...] la masa es siempre intelectualmente inferior al individuo aislado pero que, desde el punto de vista de los sentimientos y de las acciones que estos sentimentos provocan, la masa puede, dependiendo de las circunstancias, ser mejor o peor que el individuo. Todo depende de la sugestión a la cual la masa se halla expuesta. Este es el punto que ha sido completamente malinterpretado por escritores que solamente han estudiado a las masas desde un punto de vista criminal. Sin duda alguna, una masa es frecuentemente criminal, pero también muchas veces es heroica. Son las masas y no tanto los individuos que pueden ser inducidas a correr un riesgo de muerte para asegurar el triunfo de un credo o de una idea; que pueden ser inflamadas con entusiasmo por la gloria y el honor; que pueden ser conducidas – casi sin armas como en la época de las Cruzadas – a recuperar la tumba de Cristo de las manos del infiel o, como en el ’93, a defender a la patria. Un heroísmo como ése es sin duda inconsciente en alguna medida, pero de esa clase de heroísmo está hecha la Historia. Si los pueblos fuesen tenidos en cuenta únicamente por los hechos cometidos a sangre fría, los anales del mundo registrarían sólo muy pocos de ello (Le Bon, 2004, p.24).

Desta forma, o autor afirma que a autoridade política deve ter conhecimentos psicológicos sobre o funcionamento inconsciente das multidões, que obedece aos estímulos externos, para dominá-las e utilizá-las de acordo com seus interesses políticos, utilizando-se da arte da oratória e da força da persuasão de pequenos grupos para, assim, conduzir e determinar a opinião geral da sociedade:

> Dada la exageración de sus sentimientos, una masa se impresiona solamente por sentimientos excesivos. Un orador que quiera movilizar a una masa deberá hacer un uso abusivo de afirmaciones violentas. El exagerar, el afirmar, el recurrir a repeticiones y el nunca intentar demostrar cosa alguna por medio de razonamientos, son los métodos de argumentación bien conocidos por los oradores de actos públicos (Le Bon, 2004, p.36).
>
> Las características del razonamiento de las masas son, por un lado, la asociación de cosas disímiles que poseen una conexión meramente aparente entre si, y por el otro, la inmediata generalización de casos particulares. Son argumentos de este tipo los que ofrecen a las masas quienes saben como manejarlas. Son los únicos argumentos por medio de los cuales las masas pueden ser influenciadas. Una cadena de argumentos lógicos es totalmente incomprensible para las masas y es por eso que está permitido decir que no razonan, o que razonan falsamente y no pueden ser influenciadas por medio de razonamientos. Al leer ciertos discursos, a veces uno se asombra de su debilidad siendo que, a pesar de ello, los mismos han tenido una enorme influencia sobre las masas que los han escuchado. Lo que se olvida es que su intención fue la de persuadir colectividades y no la de ser leídos por filósofos. Un orador, en íntimo contacto con la muchedumbre, puede evocar imágenes que la seducirán. Si tiene éxito, su objetivo estará logrado y veinte volúmenes de disertaciones – siempre el resultado de la reflexión – no valen lo que unas pocas frases que apelan a los cerebros que había que convencer (Le Bon, 2004, p.46-7).
>
> Sería superfluo agregar que la impotencia de las masas para razonar correctamente les impide manifestar rastro alguno de espíritu crítico, esto es, les impide ser capaces de discernir la verdad del error o formarse un juicio preciso en cualquier materia. Los juicios aceptados por las masas son meramente juicios impuestos sobre ellas y jamás juicios adoptados después de una discusión. En esta materia, los individuos que no sobrepasan el nivel de una masa son numerosos. La facilidad con la que ciertas opiniones obtienen una aceptación general resulta más especialmente de la imposibilidad experimentada por la mayoría de las personas de formarse una opinión íntima y singular basada sobre un razonamiento próprio (Le Bon, 2004, p.47).

Mais tarde, na obra *Psicologia Política e a Defesa Social*, Le Bon (1921, originalmente publicada em 1910) atualiza sua teoria, elaborando um manual para a manutenção do poder das elites e controle das multidões. Focaremos mais nessa obra, pois foi a que mais repercutiu na academia e em espaços de poder como Escolas de Guerras (Silva; 2012; Rosa e Silva, 2012), e por ser a mais antiga, que se tem conhecimento, que usa no título o termo “Psicologia Política” e, assim, é considerada por muitos pesquisadores como o precursor do campo (Montero, 1999; 2009; Botello, 1999; Navarro, 1999; González-Suárez, 2008; Silva, 2012; Rosa e Silva, 2012; Salvador, Suruagy e Ansara, 2014).

O autor escreve em um momento de grande efervescência na Europa resultante dos progressos científicos e da industrialização, que permitiram maior mecanização nos processos de trabalho, com máquinas mais potentes que substituíam cada vez mais os trabalhadores, construções de ferrovias que diminuíam as distâncias, assim como o desenvolvimento bélico em escala industrial. Eram também cada vez mais crescentes as imigrações de trabalhadores em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Em relação à estas características do período, o autor tem os seguintes posicionamentos:

> [...] A affirmação que o século XX é a éra da fraternidade constitue uma cousa duvidosa. A fraternidade entre raças differentes só é possível quando ellas se ignoram. Approximar os povos supprimindo as distancias é condemnal-os a conhecerem-se melhor e como consequencia a se surpportarem menos (Le Bon, 1921, p.105-6).

> [...] A invasão das multidões estrangeiras torna-se, n'esse caso, muito temível, porquanto são, naturalmente, os elemento inferiores, incapazes de obter a subsistencia entre elles, que emigram [...] (Le Bon, 1921, p.107).

Esse período também foi marcado por conflitos políticos nas relações internacionais e comerciais, que mais tarde culminaram nas duas guerras mundiais do século XX. Le Bon (1921) afirma que as guerras são naturais e inevitáveis, pois "em toda escala animal, leva os fortes a destruírem os fracos" (p.103). A partir desse posicionamento, acredita que, apesar das consequências desastrosas, como mortes violentas e impactos econômicos negativos, as guerras tem muitas vantagens, como a formação de uma alma nacional e o desenvolvimento científico e da indústria, e, desta forma, convém apenas considerar o que há de vantajoso nas guerras, já que elas são naturalmente inevitáveis:

> [...] Sem o regimen militar obrigatório, ao qual a população masculina da Europa está submettida, o anarchismo, o socialismo e todos os dissolventes da civilização moderna teriam progredido a passos gigantescos. Os velhos alicerces religiosos sobre os quaes se edificam as sociedades modernas, cairiam em ruina, e nada tínhamos para substituil-os. O regimen militar foi o mestre que nos ensinou um pouco de paciencia, a tenacidade, o espírito de sacrifício e nos offereceu uma espécie de ideal provisorio. Só elle poude luctar contra o egoismo e a molleza que invadiam os povos. O serviço militar é um imposto muito pesado, que lembra os mais duros periodos da servidão antiga; mas é um imposto sem o qual as sociedades européas seriam rapidamente dominadas pelos elementos barbaros que cada uma d'ellas contem [...] (Le Bon, 1921, p.111).

> A utilidade do regimen militar não se limita ao realce do caracter. É a elle principalmente que são devidos os maiores progressos da industria moderna, sobretudo no que se relaciona com o trabalho dos metaes. As pesquizas emprehendidas para o aperfeiçoamento das armas dotaram a industria de uma precisão scientifica e de uma audácia desconhecidas, inteiramente, ha cincoenta annos. As

> necessidades estrategicas promoveram, identicamente, a extensão das rêdes de caminhos de ferro e originaram a maior parte dos aperfeiçoamentos na arte naval (Le Bon, 1921, p.112-3).
>
> As guerras, ou simplesmente as ameaças de guerra, são pois, um poderoso estimulante moral e material dos povos. O espirito militar constitui a ultima columna que sustenta as sociedades modernas, e por essa razão merecia o reconhecimento dos povos que o maldizem (Le Bon, 1921, p.113).

Crescia também, nessa época, a popularidade dos ideais socialistas e anarquistas, que instrumentalizavam diversos movimentos de greves de operários, na luta contra condições de trabalho degradantes e para a conquista de direitos trabalhistas, que ameaçavam a manutenção da ordem e dos privilégios burgueses. Para o autor os ideais socialistas são como crenças religiosas, desprovidos de raciocínio lógico, pois contrariam as leis naturais da evolução e da dos povos, e defende que o governo não pode ceder ao medo causado pelas reivindicações dos trabalhadores em greve, dando-lhes direitos por meio da formulação de leis humanistas sugeridas pelo ideal socialista coletivista, e que isso que torna a repressão da massa trabalhadora mais difícil: "E é assim que surgem, com enorme maiorias, essas leis ruinosas e inapplicaveis, sob o peso das quaes a industria, o commercio e a riqueza publica acabarão por sucumbir" (Le Bon, 1921, p. 81-2).

A partir dessa perspectiva, Le Bon (1921) critica as intervenções do Estado nas indústrias e no comércio que impedem a obtenção de maiores lucros ou que geram prejuízos (impostos), e que isso é causado pelo funcionalismo público, que dá poder as pessoas das multidões que ocupam cargos públicos, e afirma que para reduzir a força do Estado, deve-se primeiro reduzir a força de seus funcionários:

> O estatismo e a sua encarnação, o collectivismo, conduziram-nos a esse estado de escravidão mental em que o homem já não guarda consciência da sua submissão. A tyrannia do Estado é, entretanto, de tal modo opressora e custosa que liga contra elle uma coalisão de interesses profundamente lesados. Começa-se a comprhender que o papel do governo não é mostrar-se industrial, humanitário ou philanthropo; que elle não tem o direito de impôr aos cidadãos as suas affirmações ou as suas negações religiosas, a sua moral e a sua educação; que o verdadeiro papel, emfim, é unicamente servir de arbitro entre partidos, velar pela segurança dos cidadãos, no interior pela polícia, no exterior pelo exército (Le Bon, 1921, p.100-1).

Para o autor, a política é a arte de domar e adaptar a natureza humana (indesejável) às necessidades dos crescentes avanços tecnológicos, científicos e industriais, pois não há como determinados grupos controlarem esta situação e escaparem da esfera econômica a qual pertencem. Assim, a Psicologia Política deve instrumentalizar o líder político para prever,

manipular e anular ações sociais indesejadas ao governo e aos seus grupos de interesses, restringindo o poder popular.

Para a restrição do poder popular, o autor reafirma a necessidade de se conhecer os processos psicológicos e os mecanismos de dominação mais eficazes do ato de governar. Propõe que as elites devem conhecer e se adaptarem às multidões, para conterem e canalizarem suas fantasias de igualdade de direitos, por meio de governos aparentemente populares e de uma nova educação da democracia liberal (para o desenvolvimento da indústria e do comércio) que sejam capazes de implantar nas subjetividades populares que sem as elites existiria mais pobreza. Para atingir esses objetivos, Le Bon (1921) afirma que os discursos políticos devem se utilizar de fórmulas curtas, violentas e evocadoras de imagens com impacto emocional para manipular a opinião social e gerar votos:

> Não se podendo basear no raciocinio das multidões, porquanto ellas absolutamente não o possuem, o agitador procura sómente impressionar-lhes a sensibilidade. Actuando identicamente ao adversario, caberá o êxito final áquelle que gritar mais alto e fôr o mais violento (Le Bon, 1921, p.157).
>
> Um dos últimos característicos da mentalidade popular, que aqui mencionarei, é a sua extrema credulidade. É sem limites [...]. Nada é impossível aos seus olhos [...]. Espalhae n'uma eleição as calumnias mais inverosimeis a respeito do vosso adversario, sereis sempre acreditado. Evitae entretanto, acusa-lo de crimes demasiado sombrios; vós o tornareis sympathico. As multidões manifestam, geralmente, com effeito, uma admiração respeitosa pelos grandes criminosos (Le Bon, 1921, p.159-160).
>
> Applique-se o que precede á politica e tereis a genesis do êxito de certos indivíduos e de certas doutrinas. Prometter chimeras, affirmar sem prova, repetir incessantemente as mesmas promessas, mostrando as próprias vantagens em relação ao seu concorrente, tal é a formula do sucesso (Le Bon, 1921, p.161).

O autor enfatiza o poder do discurso para a manipulação, que deve se efetivar por meio de técnicas de repetição de uma ideia forte e de sua reprodução (ou contágio) entre as pessoas, assim como o papel da disseminação do medo, como poderoso transformador de opiniões, e do aprisionamento para reprimir os comportamentos considerados criminosos e que ameaçam a ordem e progresso social burguês. E a partir dessa perspectiva descreve os elementos fundamentais da persuasão das convicções populares:

> [...] 1.º o prestigio [do personagem político] que sugere e impõe; 2.º a afirmação sem prova, que dispensa a discussão; 3.º a repetição, que faz acceitar como certas as cousas affirmadas; 4.º o contagio mental, que torna rapidamente pujantes as mais fracas convicções individuaes (Le Bon, 1921, p.166).

> Esses fatores da persuasão só se aplicam aos sentimentos, isto é, aos moveis habituaes da nossa conducta. Teriam diminuta influencia na intelligencia e seriam, portanto, inuteis para o professor [...] ou para o sábio [...]. Estes últimos procuram, com effeito, estabeler conhecimentos e não crenças (Le Bon, 1921, p.167).
>
> Um orador popular, dirigindo-se como supõem tantos honestos políticos, á intelligencia dos seus auditores, não convenceria ninguem e não seria mesmo ouvido. Por meio de gestos, formulas, palavras evocadas de imagens, elle influencia a sensibilidade dos ouvintes e d'essa maneira desperta n'elles o instincto da vontade. O que elle visa, não é a intelligencia, porém essa região inconsciente em que germinam as emoções geradoras dos nossos pensamentos (Le Bon, 1921, p.167-168).

Com estes precursores do campo, e especialmente com as obras de Le Bon, podemos observar que a construção do conhecimento psicopolítico não é neutra. A partir do posicionamento político-ideológico capitalista para o exercício e manutenção do poder (Suárez-Gonzaléz, 2008), podemos afirmar que a Psicologia Política leboniana do início do século XX emerge como técnica de manipulação de fatos e de subjetividades, como estratégia de dominação e de criminalização de grupos populares e de seus defensores.

Mas apesar das implicações ético-políticas dessa tendência de estudos, e compreendendo-a em seu contexto histórico, consideramos que ela trouxe importantes contribuições para a compreensão de fenômenos políticos, incluindo em suas análises os aspectos psicológicos da estruturação social e do comportamento político, e para, mais tarde, o seu desenvolvimento em diferentes tendências de estudos e a consolidação da Psicologia Política como um campo de estudos autônomo[6] (Montero, 1999; Silva, 2012; Sandoval, Suruagy e Ansara, 2014).

Conhecer as obras de Le Bon, ou da Psicologia Política tradicional desenvolvida em países considerados poderosos e que segue a tendência de uma ciência comprometida com os interesses dos grupos que ocupam posição de poder de dominação (Suárez-González, 2008), contribui para os estudos das estruturas argumentativas como estratégias verbais de persuasão, que podem ser analisadas pelo o que está explícito e implícito nos discursos políticos (Montero, 1999), que buscam compreender e explicar como são construídos os discursos políticos

[6] No livro "Psicologia Política: temas atuais de investigação" (2014), Salvador Sandoval, Soraia Ansara, Bruna Suruagy e Domenico Hur escrevem capítulos dedicados ao desenvolvimento das tendências de estudos e disputas político-acadêmicas na institucionalização da Psicologia Política, por ela estar em um campo de interseção e por ser crítica à Psicologia e as Ciências Sociais e Políticas. Na introdução, Hur e Suragy (2014) descrevem de forma objetiva e didática as possíveis combinações geradas pelo par "psicologia e política": "uma psicologia politizada; a psicologia da política; as políticas da psicologia e; a constituição de um novo campo acadêmico – a Psicologia Política" (p.5).

dominante, o papel da autoridade e modos de disseminação do discurso para o controle social (Mota, 1999).

Segundo Navarro (1999), esta perspectiva da Psicologia Política a serviço do poder ganha força a partir da Primeira Guerra Mundial, com a predominância de estudos influenciados pela teoria leboniana que abordavam o nacionalismo e a busca de estabilidade social após as consequências da guerra e dos progressos tecnológicos, que exigiam formas de relações sociais convenientes para os modos de produção. Nas ciências políticas se destacaram os estudos dos mecanismos de persuasão e de ação sobre as multidões, e as formas de poder político se desenvolveram para o controle das massas e formatação das mentalidades coletivas e individuais por meio da repetição de modelos e normas (socialização e interiorização). As ideologias se materializavam nos discursos e comportamentos, construindo o estereótipo do adversário e o temor da perda dos valores sociais burgueses.

E é também no mesmo período histórico de Sighele e Le Bon que o francês Émile Durkheim, considerados por muitos o "pai da Sociologia", promove conexões entre a Psicologia e a Política em sua obra *Da Divisão do Trabalho Social* (originalmente publicado em 1893), em suas análises sobre a criminalização e a punição, mas em uma chave oposta aos autores anteriores e ao discurso hegemônico da criminologia positiva que patologiza e individualiza o comportamento considerado criminoso.

Embora o Direito e a punição não sejam o foco de sua obra, Durkheim (2010) dedica-se aos estudos das raízes morais e sociopsicológicas da criminalização e da punição como meio para investigar e elaborar, a partir uma perspectiva com fortes influências do positivismo de sua época, uma corrente de estudos da Sociologia sobre a natureza dos fatos sociais e as leis da evolução das sociedades. Utiliza-se do conceito de *divisão do trabalho* para estudar os símbolos morais que se materializam nas relações jurídicas e que estruturam os diferentes tipos de Direito e de sanções.

Para o autor, a sociedade é um organismo vivo e cada pessoa é considerada como um órgão vital, que mantém seu funcionamento por meio da divisão do trabalho. E para que a vida na sociedade seja possível é necessário um tipo de solidariedade orgânica, que não é moralmente neutra e que se coloca acima das consciências individuais. E para essa coesão social é necessária a produção de uma consciência social que seja capaz de produzir consensos, o que o autor chama de *consciência coletiva*.

Nesta perspectiva, a materialização dessa solidariedade social, que é um fenômeno moral, se dá por meio do Direito, ou seja, no conjunto das relações jurídicas como um sistema de regras capazes de possibilitar uma coesão social e produzir efeitos sociais dessa solidariedade, assim como ter um acesso privilegiado à ela. E, para o autor, isso quer dizer que os limites entre o público e o privado são tênues, apenas didáticos, pois não é possível determinar onde começa e termina o Estado, já que são sempre pessoas que atuam e que o administram.

No caso específico do Direito Penal, Durkheim (2010) afirma que o crime é um atentado à consciência coletiva e a sanção, ou pena, expressa-se como uma resistência à ruptura dessa consciência, como uma reação aos comportamentos que se convencionou coletivamente considerá-los como inaceitáveis para uma sociedade, formando uma disciplina moral que se pretende educativa e que são transmitidas entre gerações. Porém, ressalta que nem todos os atos que são prejudiciais à sociedade são considerados criminosos, assim como há diversos comportamentos que são considerados crimes e que não são prejudiciais à sociedade. O autor define o crime como todo ato que tem como consequência uma pena, e afirma que "um ato é criminoso quando ofende os estados fortes e definidos da consciência coletiva" (Durkheim, 2010, p.51), ou seja, que o crime não é um ato universalmente definido, mas o resultado do jogo de mobilizar moralidades e reações passionais da sociedade.

E ao analisar o espetáculo da punição como fenômeno jurídico nas sociedades modernas, Durkheim (2010) afirma que o Direito Penal é difuso, apresentando tanto uma solidariedade mecânica das sociedades primitivas (conservadora, religiosa e violenta), quanto uma solidariedade orgânica de repressão organizada pelo Estado, pois, ao contrário do que se acredita, a punição não é um instrumento racional, mas uma relação emotiva e uma resposta passional. Assim, a noção de justiça ou injustiça da pena é determinada por sua repulsa ou não pela sociedade, pela consciência coletiva produzida. Para o autor, não houve uma transformação das práticas punitivas em relação às sociedades primitivas, mas uma sobreposição, à medida que o Direito Penal moderno dá continuidade ao direito religioso, aos sentimentos de vingança, à expressão da irracionalidade e à extensão da punição aos familiares da pessoa considerada criminosa, além da continuidade da ideia de ritual da pena, um espetáculo que tem seus expectadores, que é característica do suplicio das sociedades primitivas: "A natureza de uma prática não muda necessariamente porque as intenções conscientes dos que a aplicam se modificam" (Durkheim, 2010, p. 58).

Como pode-se observar, as contribuições de Durkheim à Psicologia Política está na contramão daquelas propostas por Sighele e Le Bon. O autor denuncia a não neutralidade do aparato jurídico da criminalização e da punição, que mobiliza as moralidades e emoções no espetáculo jurídico moderno e direcionam a opinião pública para comportamentos passionais e vingativos que rompem com o discurso do caráter racional e educativo da punição, e no qual a função da pena é manter a coesão social e a consciência coletiva produzida, servindo para a expiação e para a defesa social.

Outra importante contribuição do autor é estabelecer a íntima relação entre o sistema social e sistema penal, não considerando-os como fenômenos isolados, já que a punição estrutura os valores morais e a instituição social, reforçando as relações de solidariedade das paixões na sociedade. Podemos afirmar que, para Durkheim (2010), o que considerado crime funciona como uma espécie de termômetro das formas de solidariedade, que estão relacionadas a uma economia moral e, com isso, o autor considera que não existe um ato universalmente criminoso e que, portanto, o crime é produzido: o que é considerado crime é variável de acordo com a sociedade em que se insere e com suas formas de consensos e solidariedades que sustentam a coesão e a ordem social.

Como esta breve contextualização histórica dos primórdios da Psicologia Política, que surge e se desenvolve no contexto europeu do final do século XIX e no interior dos campos que chamamos hoje de Sociologia e Ciência Política, procuramos apontar a íntima relação da emergência do campo com os temas da criminalização e da punição, e da manipulação político-ideológica em torno desses temas para a manutenção do *status quo*. Acreditamos que esta contextualização é necessária para podermos avançar no desenvolvimento do campo na América Latina, e, posteriormente, tecermos relações com o campo em desenvolvimento no Brasil.

1.2. A tendência latino-americana: Psicologia Política da libertação

Na América Latina, o caminho traçado pela Psicologia Política é diferente, e se desenvolve de acordo com as especificidades e transformações históricas, culturais, sociais e políticas dos contextos em que se desenvolve, originando diversas tendências de estudos, posicionamentos teórico-metodológicos, perspectivas de análises e de posicionamentos político-ideológicos diante da realidade social investigada (Botello, 1999; Suárez-González,

2008; Montero, 2009; Silva, 2012; Rosa e Silva, 2012; Sandoval, Suruagy e Ansara, 2014; Hur, 2014; Lacerda Junior, 2014).

No contexto latino-americano do século XX, a maioria dos países vivenciaram regimes políticos autoritários ou ditatoriais, influenciando o desenvolvimento do campo com estudos orientados pelo marxismo. A Psicologia Política latino-americana surge no campo da Psicologia e a partir da Psicologia Social Comunitária, quando as psicologias entram em conflito quanto aos seus papéis políticos diante dos problemas sociopolíticos dos países latino-americanos (Sandoval, Suruagy e Ansara, 2014; Lacerda Junior, 2014).

Ou seja, ela emerge nesse contexto com engajamento militante e inserida na luta dos movimentos sociais por acesso aos Direitos Humanos, tendo a socialização política, a cidadania, a conscientização e a libertação de grupos historicamente oprimidos e emancipação das maiorias populares como principais temas abordados, comprometendo-se com a mudança social (Sandoval, 2001; Mota, 1999; González-Suárez, 2008; Montero, 2009; Ansara, 2009; Silva, 2012; Lacerda, 2014).

De acordo com Mirta González Suárez (2008), no século XX as universidades latino-americanas se destacaram por pesquisadores com consciência crítica em relação aos seus contextos sócio-políticos e por sua preocupação com os impactos sociais do poder da ciência e da ciência do poder. Desde essa perspectiva, a autora elenca os pontos que se tornaram imprescindíveis ao desenvolvimento desta Psicologia Política (González-Suárez, 2008; p.20):

- El análisis crítico de las estructuras de poder y sus interesses.
- La toma de posición ante el desarrollo social equitativo.
- El compromiso por um cambio hacia el bienestar com conciencia.
- El análisis de los hallazgos desde la perspectiva del desarrollo y de los derechos humanos.
- La interrelación permanente entre sociedad-Estado-academia.
- La lucha política hacia el cambio social participativo para el bienestar social.

Essa tendência de estudos, que nega a neutralidade científica, e que assume um compromisso ético-político com as maiorias populares da América Latina, desenvolve-se a partir da década de 1970 e com fortes influências da Psicologia da Libertação de Ignácio Martín-Baró.

Ignácio Martín-Baró, nascido em 1942, Valladolid – Espanha, foi um padre jesuíta e psicólogo, que escolheu El Salvador para viver e se dedicar ao trabalho acadêmico e social. E por participar dos movimentos populares por acesso a direitos e questionar as estruturas de

poder, foi assassinado em 1989 pela ditadura militar salvadorenha (Suárez-González, 2008; Silva, 2012).

Martín-Baró (1998), a partir do pressuposto da Teologia da Libertação[7] de compromisso com os pobres, desenvolve a Psicologia Social da Libertação na confluência dos saberes da Psicologia Social e Comunitária, da Educação Popular de Paulo Freire, da Sociologia e Antropologia críticas, com contundentes críticas ao fazer científico e às práticas de psicólogos latino-americanos. Para ele, os conhecimentos psicológicos possuem um vasto campo de influência nas sociedades do século XX e as Psicologias nos países da América Latina se desenvolvem de forma precária em seu conjunto (teórico, prático, individual, coletiva, educativa ou clínica), pois seus aportes não contribuem significativamente para dar respostas aos problemas considerados cruciais dos povos pobres, que são a maioria nos países latino-americanos.

O autor parte da concepção que a Psicologia é uma ciência histórica, não somente no sentido de que está submetida ao contexto histórico em que se desenvolve, também porque é capaz de produzir a história mesma deste contexto em que se desenvolve, e aponta três causas da miséria histórica da Psicologia latino-americana, que estão relacionadas entre si (Martín-Baró, 1998, p. 287-295):

> 1) seu *mimetismo cientista*: no desejo por adquirir reconhecimento científico e um *status* social, pegou emprestadas as bagagens teórica, metodológica e prática dos enfoque "da moda" das psicologias desenvolvidas nos centros acadêmicos dos países norte-americanos, que são dependentes das escolas psiquiátricas e carregadas de uma pesada carga positivista e individualista, e que cuja aceitação acrítica e a aplicação a-histórica desses modelos se constituem como uma negação dos fundamentos mesmos da ciência e conduz à uma determinada ideologização;
>
> 2) *carência de uma epistemologia adequada*: adotam pressupostos que raramente se discutem ou propõem alternativas, como a) o positivismo, que considera que a realidade é apenas um dado estatístico e conduz a uma ideologização de que a realidade e a ordem social são naturais; b) o individualismo, que insiste em considerar o indivíduo estanque

[7] A Teologia da Libertação adotada nos países latino-americanos é influenciada pelo materialismo histórico crítico e faz uma interpretação do cristianismo a partir do contexto sócio-político em que está inserida e desde os povos oprimidos, assumindo um compromisso com as pessoas pobres, e com uma ênfase mais histórica e política do que dogmática. Uma conceptualização mais aprofundada pode ser vista em: Boff, L. e Boff, C. Como fazer Teologia da Libertação. 8a edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

da coletividade e reduz os problemas das estruturas sociais a problemas pessoais; c) o hedonismo, que não percebe que suas análises da natureza do ser humano estão incrustadas de uma transposição do funcionamento de um determinado sistema socioeconômico; d) a visão homeostática, que considera mudanças, desequilíbrios, rupturas, conflitos e crises como algo ruim, e nessa perspectiva as lutas contra a ordem social são interpretadas como transtornos pessoais, como patologias; e) o a-historicismo, considerado pelo autor como o mais grave dos problemas, pois leva à crença de que a natureza humana é universal e que não há diferença entre uma pessoa que se desenvolve na América do Norte de uma que se desenvolve na América Latina, ou seja, não levam em consideração que as Psicologias norte-americanas foram elaboradas em circunstâncias diferentes das nossas;

3) seu *dogmatismo provinciano*: as vertentes da Psicologia estão em conflito entre si, mas continuam dependentes dos esquemas "*made in USA*" (p.293), que desvelam a falta de independência e compromisso científico com os povos latino-americanos.

Assim, o autor defende que a Psicologia latino-americana deve se desenvolver em direção da libertação dos povos latino-americanos, e, para isso, é necessário que primeiro se liberte da própria escravidão aos modelos estrangeiros, e que seu arcabouço teórico e prático seja a partir das condições históricas, do contexto concreto, da vida, do sofrimento, das aspirações e das lutas dos nossos próprios povos. E nessa perspectiva, a verdade prática deve ter a primazia sobre a verdade teórica, com mediações que possibilitem a libertação dos povos latino-americanos das estruturas que os oprimem e impedem seu desenvolvimento humano, teorizando e agindo com eles, a partir deles e para eles.

Dessa forma, o autor propõe uma nova epistemologia e uma nova práxis, que exigem uma politização e um posicionamento da Psicologia diante da condição de opressão e miséria latino-americana, focando sua preocupação e seus esforços nas necessidades das maiorias populares e que seja transformadora da realidade como uma opção ética. Martín-Baró (1998) afirma que: a) é necessário que se perceba a íntima relação que há entre a conscientização, a emancipação e a libertação de um indivíduo e de todo um povo; b) que as patologias das pessoas não sejam abordadas como se fossem alheias da história e da sociedade; c) que a ruptura com as cadeias pessoais exige a ruptura das cadeias de opressão sociais.

A individualização dos problemas naturaliza e legitima as estruturas sociais que mantém os povos latino-americanos oprimidos e privados dos recursos para manter suas necessidades básicas e o controle sobre suas próprias vidas, conformando-os na aprendizagem da submissão. Diante disso, a Psicologia latino-americana tem três tarefas: "a recuperação da memória histórica, a desideologização do senso comum e da experiência cotidiana, e a potencialização das virtudes populares" (Martín-Baró, 1998, p.301).

O autor compreende que cada país tem sua história e contextos próprios, mas os países latino-americanos possuem problemas comuns, ou seja, que podem ser generalizáveis como característicos das maiorias populares dos países latino-americanos: dependência e subdesenvolvimento, exploração econômica e uma absurda dívida externa, conflitos bélicos, governos autoritários e ditatoriais orquestrados pelos Estados Unidos. Outra característica é o desemprego massivo ou trabalhos temporários e precarizados, pois o sistema socioeconômico não responde a necessidade de trabalho da população majoritária, que vive em condições desumanas de desenvolvimento e nas quais as pessoas não alcançam as condições mais básicas de sobrevivência e passam a maior parte de suas vidas sem emprego e na busca dele, tendo como maior ambição chegarem à ser proletárias:

> ¿Qué hace, qué há hecho el psicólogo frente al problema del desempleo masivo de la mayorías latinoamericanas? Existe una abundante bibliografía acerca de la Psicología del trabajo, pero no sobre la Psicología del sin-trabajo. Al estudiante de Psicología se le capacita en orientación vocacional, en selección y entrenamiento de personal, en métodos para estimular la motivación y la eficiencia en el trabajo, en formas de conseguir una mayor satisfacción laboral. Pero nada o casi nada hay equivalente para enfrentar el problema de aquellos que, por designio estructural de un sistema sócio-económico absurdo, están destinados a pasar la mayor parte de sus vidas sin empleo, quizás permanentemente ocupados en buscar ocupación [...] (Martín-Baró, 1998, p.307).

O autor critica as psicologias que, ao invés de centrar seus esforços no problema do desemprego ou subemprego com vistas à mudança dessa realidade, convertem-se em uma psicologia industrial em resposta às exigências do sistema político-econômico, centrada nos problemas das minorias dominantes e que se esforçam para submeter e adaptar os indivíduos nessas estruturas:

> Se dirá que el desempleo masivo constituye un problema fundamentalmente económico y político, no psicológico. Es posible; pero también el trabajo lo es. Y así como la Psicología se ha esforzado en buscar la mejor forma de daptar laboralmente el hombre al puesto y la máquina al hombre, de aumentar su eficiencia e incrementar su satisfacción, y ello em respuesta a las exigencias económicas y políticas del sistema, bien podría ocuparse del desempleado a fin de examinar qué hacer psico-socialmente para que no se desintegre su personalidad o para que su vida y aun la vida

> de comunidades enteras no transcurra sin más horizonte y ni proyecto que el de la mera supervivencia cotidiana [...] (Martín-Baró, 1998, p.307-8).

E, aqui, o autor chega em um ponto importante e que interessa à nossa pesquisa:

> Resulta que así que el desempleo y, en el mejor de los casos, el subempleo, constituye la situación normal de la mayoria [...], sobre todo de los sectores campesinos y marginados urbanos [...]. Entre las consecuencias psicológicas más nocivas que se pueden producir cuando uma persona perde su empleo se encuentra la crisis económica, con el consiguiente impacto en rol familiar, la posible pérdida de su identificación grupal, los accesos depresivos y un conflicto muy profundo de valores que le lleva no sólo a bajar su nivel de aspiraciones, sino a aceptar propuestas que en otro tiempo hubiera considerado inmorales [...]. ¿Qué ocurrirá con aquellos que ni si quiera llegan a ternerlo? ¿Sabemos lo que psico-socialmente significa crecer, desarrollarse y socializarse como un permanente "desocupado", forzado a la búsqueda cotidiana del "trabajito" que permita sobrevivir? Y el problema no afecta solamente a aquellos que antes o después, desde niños o ya en la adultez, terminan por incorporarse al sumundo de la delincuencia legal, sino todos aquellos, muchísimos más, que siguen respetando a lo largo de su vida los preceptos de uma legalid que los margina y desampara (Martín-Baró, 1998, p.306).

Ou seja, ao desconsiderarmos, em nosso fazer científico, as condições históricas, sociais e políticas em que são produzidos os atos considerados ilegais, ou criminosos, corroboramos com aquela perspectiva da criminalização, na qual a sua causalidade é individual e patológica. E isso é importante para algumas reflexões que faremos mais adiante em relação ao desenvolvimento da Psicologia Política latino-americana no Brasil em relação ao problema da criminalização e aprisionamento.

De acordo com as reflexões do autor trazidas até aqui, observamos que os marcos teóricos europeus e latino-americano da Psicologia Política estão em lados opostos na luta de classes: Sighele e Le Bon, liberais, como criminalizadores e defensores da ordem burguesa; Durkheim, que despatologiza o indivíduo considerado criminoso e aponta a produção do crime e do criminoso nas sociedades modernas como produto estruturante do sistema sócio-político, mas ainda defendendo a manutenção ordem social; e Martín-Baró, que dá uma guinada *abajo y a la ezquierda* na Psicologia Política, ou "um giro intelectual e político" (Silva, 2012), comprometido com a descolonização dos países e das produções de conhecimento na América Latina, com as maiorias populares e com a mudança social... engajado na libertação dos povos oprimidos nos países latino-americanos e apontando as condições sócio-políticas da produção do crime e do criminoso.

E é partir da Psicologia da Libertação de Martín-Baró, com conceitos essencialmente políticos no sentido de capacitar, fortalecer e promover uma ação transformadora da sociedade para a igualdade e justiça social, incorporando aos seus estudos o saber popular, é que se desenvolve a Psicologia Política latino-americana (Montero, 2009).

Segundo Alessandro Soares da Silva (2012), a emergência da Psicologia Política latino-americana foi um trabalho coletivo proposto por Inácio Martín-Baró "juntamente com intelectuais como Maritza Montero (Venezuela), Ignacio Dobles e Mirta González Suárez (Costa Rica), Silvia Lane e Leoncio Camino (Brasil), Graciela Mota Botello e Pablo Chistlieb (México) e Ángel Rodriguez Kauth (Argentina)" (p.122), entre outros, que formaram comunidades de psicólogos sociais e comunitários engajados nesse fazer científico comprometido politicamente com as maioria populares e com mudança social.

De acordo com Maritza Montero (2009), essa abordagem psicopolítica está direcionada a processos de libertação de grupos sociais oprimidos histórico-culturalmente, que são marginalizados e excluídos dos meios e modos de acesso a recursos para satisfazerem dignamente suas necessidades básicas e complementares, ou ainda de desenvolver suas potencialidades para se autodeterminar e serem protagonistas de suas vidas; assim como também compreende a necessidade de emancipação dos opressores da dependência dos ideais considerados antiéticos (do ponto de vista psicopolítico latino-americano). A partir de sua concepção transformadora, e que transcende as associações partidárias, trabalha com processos de problematização, de desideologização, desalienação, desnaturalização e conscientização, voltados a problemas específicos de realidades específicas, fatores históricos e condições culturais da construção da vida social e do desenvolvimento das formas e processos de ações públicas de caráter individual e coletivo.

A autora ainda diz que a ocupação consciente dos espaços públicos é uma tarefa politizadora da Psicologia Política, à medida que coloca as ações e as vozes populares de forma manifesta, fazendo se tornar público o que havia sido privatizado, como uma forma de proibir ou de des-socializar comportamentos considerados socialmente indesejados, assumindo, assim, o compromisso de tornar acessível a todos um conhecimento dos comportamentos coletivos e individuais, da organização e estruturação social.

A partir desse ponto de vista, e ao considerar o entrelaçamento indivisível do público/privado, do individual/coletivo, do objetivo/subjetivo, as fronteiras produzidas entre uma e outra esfera são determinadas pelas Constituições e Leis que separam as ações, direitos e deveres dos cidadãos comuns daquelas que ocupam posições de poder político, determinando

também as concepções de liberdade e de formas do exercício de poder que conduzem uma sociedade. Isso quer dizer que a vida pública se refere a um espaço compartilhado por todos os integrantes de uma sociedade, seguindo normas explícitas ou implícitas que são dinâmicas, estabelecidas cultural e historicamente, sendo que os limites entre o público e o privado não são tão definidos, pois um aspecto interfere no outro no que se refere aos fenômenos de exercício do poder, ideologia e alienação (Montero, 2009).

Portanto, observa-se até aqui que a Psicologia Política surge em torno dos temas da criminalização e do controle das massas, e a perspectiva latino-americana se desenvolve numa perspectiva de libertação dos povos oprimidos, abordando questões de cidadania e formas de relações de poder que estruturam uma sociedade e que colocam determinados grupos à margem do acesso aos Direitos Humanos.

1.3. A Psicologia Política brasileira e o enfoque da consciência política

É também a partir da década de 1970, período no qual o Brasil vivenciava o regime ditatorial (1964 – 1985), que a Psicologia Política brasileira emerge junto à Psicologia Comunitária, tendo como precursores Silvia Lane e Salvador Sandoval na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Leôncio Camino na Universidade Federal da Paraíba, Elizabeth Melo Bonfim e Maria Helena Freitas de Campos da Universidade Federal de Minas Gerais. A partir de 1978, esses autores passaram a oferecer as primeiras disciplinas em Comportamento Político e Psicologia Social Comunitária nos programas de Pós-Graduação.

Cabe ressaltar que, nesse momento, a Psicologia Social Comunitária influenciada por Martín-Baró ainda não estava institucionalizada, e começou a ser adotada por pesquisadores brasileiros devido ao seu posicionamento crítico em relação às psicologias dominantes (Sandoval, Suruagy e Ansara, 2014).

Sem a pretensão de abordamos, aqui, os processos de institucionalização de desenvolvimento de todo campo da Psicologia Política no Brasil[8], focaremos na trajetória de desenvolvimento teórico-metodológico de Salvador Sandoval (1989a; 1989b; 1994a; 1994b; 1997; 2001), que desenvolveu o modelo de análise da consciência política e que se constitui

[8] Uma sistematização mais detalhada sobre a institucionalização da Psicologia Política no Brasil pode ser encontrada em: SANDOVAL, S.; HUR, D. U.; DANTAS, B., S., A. (Orgs.). Psicologia Política: temas atuais de investigação. Campinas, SP: Editora Alínea, 2014.

com um dos marcos teóricos da presente pesquisa. O autor, como um dos precursores do campo, é reconhecido como uma das maiores referências brasileiras, influenciando diversos estudos que abordam os temas da consciência política e participação política, não só no Brasil, mas em toda América-Latina.

Até a década de 1980 dedicava-se aos estudos da consciência operária nos movimentos sociais que emergiram no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil e no processo de abertura democrática (Sandoval, 1994b). E foi a partir de 1994 que iniciou seus estudos sobre a consciência política, passando a se questionar em relação aos processos do pensar que direcionam o comportamento político e sobre o que vem a ser a consciência em outras dimensões de participação, ou seja, para além da consciência operária, buscando o que há de comum em suas diversas formas (Sandoval, 1994a).

Os conceitos de consciência e identidade são complexos, estão intimamente relacionados e cada área e tendência da produção do conhecimento os definem de uma forma diferente. Sandoval, em suas pesquisas, não busca uma definição universal da consciência social e política, mas promove diálogos entre os conceitos já elaborado por outros autores, aponta possíveis vizinhanças e diferenças, que lhe permitiram ampliações e reelaborações desses conceitos para chegar ao modelo das dimensões de análise da consciência política.

Dessa forma, a perspectiva de consciência política elaborada por Sandoval (1994a; 2001) é construída a partir de diversas referências e abordagens de diversas áreas das Ciências Humanas. Nos parágrafos seguintes apontaremos as questões fundamentais da tradição marxista que influenciaram no processo de construção dessa perspectiva.

Sandoval[9] critica as correntes que mais discutem a consciência social, encontrando alguns problemas nessas definições que, em sua maioria, apresentam-se como uniclassistas, como se somente o operário fosse capaz de desenvolver uma consciência social e política.

Nessa perspectiva, Karl Marx parte do binômio consciência-alienação, no qual o desconhecimento dos processos de produção de mais-valia é a alienação do trabalhador e a consciência social é o conhecimento do trabalhador da sua condição de exploração.

Vladimir Lenin e Leon Trotsky abordam a falsa e a verdadeira consciência, sendo que a verdadeira é a do partido comunista, e do ponto de vista psicopolítico isso é um problema,

[9] Essas críticas foram feitas pelo autor em discussões sobre o seu próprio processo de pesquisa e desenvolvimento das dimensões de análise da consciência política no Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais (NuPPMoS-PUCSP).

porque a consciência social é vista como um processo de doutrinação, associando a consciência a conteúdos partidários.

Rosa Luxemburgo se apresenta mais progressista, negando as noções anteriores e apontando para possibilidades de consciências sociais, mas ainda afirma que o processo de conscientização revolucionária é aquela na qual os indivíduos vão adquirindo conhecimentos no processo de luta operária.

Para Gramsci, a consciência está relacionada à herança cultural, ou seja, algumas culturas promovem mais ou menos conscientização, e esta ocorre através das lutas locais, tendo mais influência das lideranças orgânicas do que das elites do partido.

Já Agnes Heller se destaca por negar que somente uma classe (a trabalhadora) pode assumir um projeto revolucionário de poder e afirma que diferentes pessoas, independente da classe à qual pertençam, podem compartilhar os mesmos ideais de sociedade. Para a autora, a estruturação do cotidiano em rotinas funciona mais como um mecanismo de controle da consciência do que a ideologia, e, assim, as crises nas esferas do cotidiano é uma chance para se refletir criticamente sobre a rotina, uma oportunidade para a atividade política e para os compromissos que as pessoas assumem nos movimentos, que exige reconfiguração da rotina e que também pode depender de terceiros (para cuidarem dos filhos, por exemplo).

George Mead, desde uma perspectiva mais cognitivista, entende que a consciência social não é um conteúdo, mas processos acumulativos relacionados à capacidade de raciocínio analítico, de abstração e generalização simbólica, de significação das coisas e acontecimentos, assim como a construção de novos significados com elementos já conceituados e passados entre gerações, que dão para as pessoas uma visão cognitiva e significada de mundo, de sua realidade e de determinadas condutas na sociedade.

Também se destaca Alain Touraine, que tem uma abordagem mais psicossocial e é o único que propõe uma definição conceitual de consciência operária que passível de operacionalização analítica, não compreendendo-a apenas em ações coletivas, e propondo três dimensões de análise: 1) Identidade: percepções individuais de identificação de classe e das características que separam as classes sociais; 2) Oposição: percepção da própria classe em relação às outras, dos conflitos de interesses e principalmente do caráter antagônico das relações com a classe dominante; 3) Totalidade: percepção e interpretação da ordem social, como dinâmicas sociais, distribuição desigual de bens sociais, do sistema de dominação e exercício do poder nas esferas políticas e econômicas. O autor aborda aspectos fundamentais da

consciência, mas ignora a percepção que o indivíduo tem de sua capacidade de intervenção na defesa de seus interesses (que está implícito nas ações coletivas). (Sandoval, 1994a)

Por fim, Paulo Freire posiciona-se de forma diferente aos marxistas anteriores, mas tem influências de Gramsci e Mead. Aborda tipologias de consciências transitivas, do senso comum à crítica, mas não o que é consciência. Rompe com a noção conteudista, ou seja, de falsa ou verdadeira consciência, afirmando que o processo de conscientização ocorre por meio de atividades pedagógicas politizadoras, das lutas comunitárias e dos movimentos sociais, defendendo que a escola deve ser enraizada na comunidade local. Nessa perspectiva, o raciocínio se desenvolve no processo interacional e a conscientização, por meio de seu método de alfabetização, ocorre inserido no contexto social dos oprimidos e não por meio de conteúdos burgueses.

E é a partir das contribuições de Mead, Touraine, Heller, Paulo Freire, e também de Martín-Baró, que Sandoval começou a pensar a consciência política e as formas como os indivíduos analisam as situações como um processo muito mais complexo do que processos ideológicos, questionando-se como as pessoas desenvolvem a percepção do conflito social, e como o cotidiano, local do hábito e da reprodução, influi na forma de pensar.

Nesse processo, Sandoval percebeu que cada enfoque citado anteriormente não tratava do que era consciência em definitivo, mas que abordavam uma ou algumas das dimensões da consciência política. E, a partir disso, passa a pensar uma abordagem analítica menos fragmentada, pois os cientistas sociais são estruturalistas e os psicólogos subjetivistas, e o problema é que nem sempre as estruturas controlam ou determinam a consciência, assim como nem sempre os egos e as vontades mudam algo, além de não considerarem que o indivíduo, em diversas situações, na vida pública ou privada, individual ou coletiva, é o mesmo indivíduo. Assim, a proposta de Sandoval é promover a interconexão dos saberes e a curiosidade intelectual para além dos campos disciplinares.

Dessa forma, ao invés de objetivar uma definição do que vem a ser consciência política, Sandoval busca a elaboração de um modelo analítico dos processos de pensar, ou seja, dos processos de conscientização dos indivíduos que os direcionam coletivamente para a participação política.

Sandoval também aponta que o conceito de ideologia é ainda muito pensado somente como doutrina, e não como formas com as quais os indivíduos pensam, que está além dos estereótipos de pensar em termos de direita e esquerda ou como isso se manifesta nas pessoas.

Atualmente estes posicionamentos políticos estão muito difusos e não é tão claro para a maioria das pessoas o que é ser de direita ou esquerda, devido aos processos de neoliberalização e globalização que induzem a determinados tipos de consciência que possuem os seguintes aspectos: identidade coletiva fragmentada; crenças, valores e expectativas sociais são individualizados; noção não muito clara de adversários e interesses antagônicos ambíguos; crença em causas sobrenaturais sem eficácia política; sem sentimento de injustiça; sem projetos de ações e nem bases para agir coletivamente; formas de ações individuais de compensação (Sandoval, 1994a).

Então, o autor passa a entender o processo de conscientização como processos de aprendizagem, como um processo de pensar, e que ocorre através de experiências políticas, tanto no âmbito individual quanto coletivo (e como dimensões inseparáveis), das lutas comunitárias e movimentos sociais, articulando conceitos de identidade, ideologia, oposição e eficácia política em termos de crenças na mudança, considerando que há uma diferença entre aprender coisas e se sentir habilitado para agir. Outra consideração é que deve-se partir da forma como o indivíduo pensa, e não da concepção que ele é oprimido, porque ser oprimido, por si, não define o tipo de consciência.

Dessa forma, conceito psicossociológico de consciência política proposto por Sandoval (1994a) refere-se a uma relação dialética entre aspectos das experiências objetivas e a atribuição de significados subjetivos, que orientam as condutas dos indivíduos inseridos em determinado contexto social de classes. Essa conscientização está relacionada a um processo complexo de aprendizado e é organizada em modalidades de percepção da realidade social que são condicionadas pelas formas em que são estruturadas as classes e suas estratificações, as relações de poder e os significados dos fatos vivenciados no cotidiano. Esse universo simbólico do cotidiano é construído pelo processo sócio-histórico de cada sociedade, que é tanto pessoal quanto social, não havendo separação entre o público e o privado, e no qual a vida cotidiana é entendida como uma realidade naturalizada (característica do conhecimento do senso comum).

> O mundo da vida cotidiana aparece como “natural”, como a realidade do “aqui e agora”, guiado pelo senso comum. Se o indivíduo se propõe a desafiar a realidade do mundo “natural” deverá deliberadamente se engajar na difícil tarefa de mergulhar numa transição da lógica do senso comum para uma lógica teórica ou filosófica. Em geral, contanto que a vida quotidiana siga seu curso inercial não-interrompido, as pessoas tendem a encarar as coisas como não requerendo re-interpretação. Mas esferas não-problemáticas de realidade rotineira podem perdurar sem serem interrompidas pelo surgimento de problemas, conflitos ou fatos não-explicáveis. Argumentamos [...] que é precisamente esse tipo de interrupção da estabilidade da vida rotineira no trabalho, na vizinhança e nas instituições, provocada pela crise econômica crônica e

> pelo des-governo político, que aciona a mudança da consciência individual (Sandoval, 1994, p.63).

A partir das contingências históricas moldadas pelas dinâmicas sociais e da cultura política, as pessoas manifestam diferentes modalidades da consciência, que estão em constante processo de transformação, e, desta forma, a análise da consciência política não é somente descritiva, mas é também interpretativa, pois envolve compreender, além do contexto das relações de classe, a transição de certas formas de pensamento para outras e o significado deste processo em determinado contexto social. Para isso, é necessária uma análise das experiências mediatas, que se referem às "relações 'gerais' e criadoras das circunstâncias objetivas em que se desdobram as relações conjunturais", e das experiências próximas, que dizem respeito a determinadas relações do "contexto imediato em que o indivíduo interage com outros de sua mesma classe, e com instituições governamentais e partidárias. São fontes localizadas que condicionam e moldam as relações de classe e vêm afetar a consciência política" (Sandoval, 1994, p.59-60).

O autor parte do princípio de que o conceito de consciência e o engajamento do comportamento social do indivíduo, em relação à busca de auto-interesse e de interesse de classe, estão intimamente relacionados e que compreender como ocorrem determinadas ações coletivas, ou deixam de ocorrer, deve levar em consideração o "repertório disponível de ações possíveis e da legitimidade atribuída às mesmas por seus atores", ou seja, ligando as "visões societais a alternativas comportamentais possíveis e implícitas em situações específicas de relações de poder" (Sandoval, 1994a, p.68).

A partir dessa afirmação, Sandoval (1994a) descreve as características de quatro tipos de consciências políticas que podem ser encontradas no Brasil:

1) *Consciência de senso comum*: percepção social limitada pela rotina do cotidiano; os fatos não requerem verificação (alienação); vagas noções de diferenças de classes e de processos políticos; os adversários são aqueles de sua realidade imediata; predisposição à evitar conflitos e escassas noções de direitos de cidadania;

2) *Consciência populista*: reduz interesses opostos de classe a interesses opostos de indivíduos ou grupos; relações paternalistas/ assimétricas; truncamento da identidade individual de cidadania; direitos de cidadania, diferenças de classe e desigualdades de poder como disputas individualizadas; submissão à figuras políticas para obter benefícios pessoais;

3) *Consciência de conflito*: reconhece a sociedade como estratificada por classes de interesses antagônicos, cujos conflitos são inevitáveis; conflitos e ações legais mediados por mecanismos institucionalizados de negociação; identificação com grupos organizados e orientados por uma agenda; mediação de conflito institucionalizada; adversários definidos a partir das demandas legítimas de direitos de cidadania (não necessariamente de base classista);

4) *Consciência revolucionária*: percebe a realidade social composta de classes de interesses opostos e irreconciliáveis; percebe que poucas classes (ou uma classe) alcançou, explorando outras classes, uma posição política e econômica dominante; o conflito é inevitável e os interesses de classe avançam somente com a captura do poder político; vê necessidade de uma reorganização do poder macroestrutural por meio de ações coletivas de classe; solidariedade e identificação com outros grupos em situação similar de classe; adversário definido a partir de interesses de classe; visão de ilegitimidade dos mecanismos institucionais de mediação de conflitos, pois favorecem interesses das classes dominantes; ações coletivas de base classista como forma de desafiar o poder e o controle dos adversários.

É importante ressaltar que o autor não pensou essas tipologias de consciência como etapas, mas compreende que as pessoas transitam entre diversos tipos e modalidades da consciência nas mais diversas situações, além de que a própria constituição conceitual de consciência é transitiva nos diversos momentos históricos e contextos sociais (a consciência revolucionária de 100 anos atrás é hoje conservadora ou reacionária).

Diante da complexidade da análise da formação da consciência política e do processo de consolidação da democracia no Brasil, o autor contribui para compreensão das visões políticas dos indivíduos, operacionalizando a estrutura multidimensional da consciência política a partir "1. do contexto da história social e da cultura política brasileira; 2. das experiências de vida cotidiana e da interação das pessoas com atores políticos e organizações, e 3. das influências de instituições políticas, agentes e eventos mais amplos" (Sandoval, 1994a, p.73).

E para realizar análises psicossociológica da consciência política, Sandoval (2001, p.186-190) descreve sete dimensões, cuja sequência ou separação são apenas uma forma de apresentação didática, pois são consideradas como um conjunto de dimensões imbricadas e interdependentes:

1) *Identidade Coletiva*: sentimentos de solidariedade, de coesão e pertencimento a uma categoria social; confiança e credibilidade na capacidade do grupo; identificação

com interesses comuns; atribuição de valor às metas grupais e à mudança social; instrumentalização para atingir metas e dar origem às reivindicações coletivas;

2) *Crenças e Valores Societais*: expectativas que os indivíduos desenvolvem sobre a sociedade em que vivem, expressando suas representações sociais construídas a partir de suas visões de mundo e ideologias políticas;

3) *Identificação de Adversários e Sentimentos Antagônicos*: percepção da existência de adversários coletivos; sentimentos em relação aos antagonismos de classes e em relação aos interesses simbólicos e materiais entre grupos antagônicos;

4) *Sentimentos de Eficácia Política*: sentimentos sobre a capacidade de intervir em uma situação política e de fazer interpretações acerca das causas e motivações para os acontecimentos, que se dão de três formas: a) crença de que os eventos são resultantes de forças transcendentais, o que produz sentimentos de baixa eficácia política de suas ações; b) interpretação individual, ou seja, as causas dos conflitos e angústias sociais são resultados da própria determinação e capacidade individual, procurando resolver problemas sociais de forma individual; e c) crença de que estas situações são resultados das ações de determinados grupos, acreditando nas próprias ações individuais ou coletivas contra os responsáveis por estas situações de angústia social, gerando, assim, um sentimento de eficácia política e um efeito de mudança destas situações, tanto no plano individual como no coletivo, e sentimentos de capacidade de superação de conflitos sociais;

5) *Sentimentos de Justiça e Injustiça*: percepção de acordos sociais e avaliação de sua reciprocidade (obrigações e recompensas), entendimento da ruptura da reciprocidade como injustiça (ameaça ao equilíbrio destas relações recíprocas), que legitimam as reivindicações e responsabilizam os adversários;

6) *Vontade de Agir Coletivamente*: predisposição em incluir-se no jogo das ações coletivas como compensação das injustiças cometidas contra o próprio indivíduo e avaliação da capacidade de pôr em prática propostas de ação coletiva, que envolve três aspectos ou situações que podem conduzir à participação política ou não: a) relação custo/benefício na manutenção da lealdade interpessoal e dos vínculos; b) percepção dos ganhos ou perdas de benefícios materiais; e c) percepção dos riscos concretos;

7) *Metas de Ação Coletiva*: corresponde ao grau de percepção e avaliação da correlação entre metas e estratégias de ação dos movimentos e lideranças em relação aos seus sentimentos de injustiça, interesses e sentimento de eficácia política, e a correspondência com os próprios interesses materiais e simbólicos dos participantes do grupo, que são características da organização, da identidade coletiva e da predisposição psicológica para a ação coletiva.

A análise psicossociológica dessas dimensões da consciência em relação à vida em sociedade apontará para as interpretações que fazem dos processos políticos e dos problemas individuais e coletivos, alcançando, assim, as suas formas de consciências políticas que direcionam para a participação política individual e coletiva, seja para a mudança social ou para a sua manutenção.

E será a partir dessas dimensões da consciência política que, mais adiante, analisaremos a participação política da Pastoral Carcerária na defesa dos direitos humanos e nos problemas do sistema prisional brasileiro.

Antes disso, torna-se necessário contextualizarmos e caracterizarmos o sistema prisional do Brasil e abordarmos o campo da Psicologia Política brasileira em relação à essa realidade.

1.4. A Psicologia Política e as questões da criminalização e aprisionamento no Brasil

E por que acreditamos importante abordarmos o surgimento da Psicologia Política no contexto europeu comprometida com a criminalização de determinados grupos sociais, e seu papel nas sociedades modernas para a ordem social burguesa, assim como seu desenvolvimento na América Latina e no Brasil como uma Psicologia Política da libertação e da consciência política? Porque, nas últimas décadas, ganha força no Brasil o fenômeno de grande encarceramento de grupos que compõem as maiorias populares: pessoas negras e pobres.

Dados estatísticos oficiais apontam que na década de 1990 – vale lembrar que logo após a abertura “democrática” que ocorreu em 1985 e o marco da Constituição Federal de 1988 –, o

encarceramento aumentou 258,61%, e que no período de 1990 a 2014 a população carcerária teve um aumento de 575% (Depen – Ministério da Justiça, 2015)[10].

Segundo os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (2015), até junho de 2014 a população prisional brasileira era de 607.731 pessoas. Com essa população, o Brasil ocupa o quarto lugar no ranking dos 20 países que mais encarceram no mundo, estando atrás da Rússia (673.818), China (1.657.812) e Estados Unidos (2.228.424).

O relatório aponta ainda que havia apenas 376.669 vagas existente no sistema prisional, o que representa uma superlotação de 61%, e, da população total, 41% estava em prisão provisória aguardando julgamento (Depen – Ministério da Justiça, 2015), ou seja, sem condenação, aprisionada sem julgamento ou que se tenha provado a responsabilidade do ato considerado criminoso.

É importante ressaltar que, como é de se esperar de documentos oficiais desse tipo, há limitações nesses dados em relação ao fato dos locais de privação de liberdade (carceragem de delegacias, cadeias públicas e penitenciárias) não registrarem devidamente todos os dados no sistema, havendo conflitos entre indicadores. Outro fato agravante é em relação ao Estado de São Paulo, que mais criminaliza e encarcera pessoas, que se negou a fornecer informações ao Departamento Penitenciário Nacional. Isso compromete a veracidade e transparência dos dados oficiais divulgados sobre o aprisionamento no país, impactando na gestão e promoção de políticas públicas carcerárias, e nos levar a supor que o número de pessoas aprisionadas é bem maior do que aqueles divulgados oficialmente, conforme nos informa a Nota Metodológica deste relatório:

> Apesar de todos os esforços do Depen, com prorrogação de prazos, solicitações reiteradas e adequação do formato de entrega dos dados, o estado de São Paulo não respondeu ao presente levantamento. Como este estado é responsável pela custódia de mais de um terço da população prisional brasileira, levantamos as informações sobre tipo de estabelecimento, número de vagas e população prisional no portal da Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo, em abril de 2015. Outras informações referentes ao estado de São Paulo não puderam ser obtidas e, apesar da relevância para o diagnóstico prisional nacional, ficaram de fora do presente relatório (Depen – Ministério da Justiça, 2015, p.9).
>
> Algumas unidades prisionais de São Paulo realizaram o preenchimento do Infopen, ao menos parcialmente. As informações sobre número de vagas e população prisional das unidades que responderam foram utilizadas, de modo a minimizar a diferença dos dados entre junho de 2014 (período de coleta deste relatório) e abril de 2015 (período

[10] Os relatórios estatísticos do Departamento Penitenciário Nacional são anuais, sendo que o referente a 2014 foi publicado em julho de 2015.

> de levantamento das informações no site da SAP-SP). As demais informações dessas unidades não foram consideradas por não estarem completas e não terem sido validadas pela Secretaria (Depen – Ministério da Justiça, 2015, p.10).

Apesar das omissões de dados por parte dos estados e das instituições de privação de liberdade, é possível ter um panorama sobre o perfil das pessoas selecionadas pelo sistema prisional, com as informações mais relevantes para a caracterização de classes sociais dessa amostra de, aproximadamente, 65% da população aprisionada.

Essa população é composta por 56% de jovens de 18 a 29 anos (31% de 18 a 24 anos; 25% de 25 a 29 anos); 19% 30 a 34 anos; 17% de 35 a 45 anos; 7% de 46 a 60 anos; e 1% de 61 a 70 anos. Ao cruzar os dados do sistema prisional com os do censo demográfico da população brasileira em geral, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ressalta-se no relatório o seguinte:

> Comparando o perfil etário da população prisional com o perfil da população brasileira em geral, observa-se que a proporção de jovens é maior no sistema prisional que na população em geral. Ao passo que 56% da população prisional é composta por jovens, essa faixa etária compõe apenas 21,5% da população total do país (Depen – Ministério da Justiça, 2015, p. 48).

Os dados sobre *Raça, cor ou etnia* nos mostram que 67% das pessoas são negras; 31% brancas; 1% amarela; e 1% indígena. Em comparação com a população liberta, aponta que, "ao passo que a porcentagem de pessoas negras no sistema prisional é de 67%, na população brasileira em geral, a proporção é significativamente menor (51%)". (Depen – Ministério da Justiça, 2015, p.50).

Outro dado importante é em relação à escolaridade das pessoas que estão encarceradas: 6% são analfabetas; 9% alfabetizadas (ou analfabetas funcionais); 53% Ensino Fundamental incompleto; 12% Ensino Fundamental completo; 11% Ensino Médio incompleto; 7% Ensino Médio completo; 1% Ensino Superior incompleto; 1% Ensino Superior completo.

> O grau de escolaridade da população prisional brasileira é extremamente baixo, [...] aproximadamente oito em cada dez pessoas presas estudaram, no máximo, até o ensino fundamental [...] (Depen – Ministério da Justiça, 2015, p.58).

Já em relação aos dois pilares que sustentam os discursos reabilitadores, educação e trabalho, somente 38.831 pessoas estão em atividades educacionais, o que corresponde a 10,7% da população carcerária, sendo que apenas 50% das unidades prisionais possuem salas de aula;

e 58.414, ou 16% da população total, estão em atividades laborais. Vale lembrar que, conforme apontado pelo relatório, o trabalho carcerário não está submetido a Consolidação das Leis do Trabalho, que regulamenta os direitos trabalhistas.

Devido as omissões de dados citadas anteriormente, o relatório apresenta dados sobre os tipos de crime de apenas 188.866 pessoas, o que corresponde a menos de um 1\3 da população prisional. Então acreditamos que não é possível considerarmos que essa seja uma amostra válida, além desses e outros dados não serem relevantes para os objetivos da presente pesquisa. Então, nos limitaremos aos dados citados até aqui, pois são eles que caracterizam os alvos das políticas de encarceramento em massa.

Como podemos observar, o sistema prisional tem como alvo um recorte étnico/racial e econômico definido: está superlotado de pessoas jovens, negras, pobres e com baixa escolaridade. E isso quer dizer que as políticas de encarceramento seleciona grupos para os quais os direitos humanos são historicamente negados.

Desta forma, e tendo em vista a libertação de grupos historicamente oprimidos, as políticas de encarceramento seletivo se constitui como um fenômeno de interesse para a Psicologia Política brasileira contemporânea e uma realidade urgente a ser transformada.

Mas em uma pesquisa anterior, resultado da especialização em Psicologia Política, Políticas e Movimentos Sociais (Chicareli, 2011), verificamos que é escasso o interesse dos pesquisadores brasileiros do campo pela problemática das políticas de criminalização e aprisionamento no Brasil, ou para além da criminalização dos movimentos sociais e dos chamados “presos políticos”. Foram analisados 21 fascículos da Revista de Psicologia Política, que foram publicados no período de 2001 a 2011. Nesses 10 anos de publicações na única revista nacional do campo da Psicologia Política, e uma das principais da Psicologia Política latino-americana, encontramos apenas 3 artigos que abordam diretamente as questões do aprisionamento, sendo que dois deles pertencem aos mesmos autores.

Foram analisados nesses artigos os posicionamentos políticos-ideológicos que os autores adotaram, por meio das categorias propostas por Almeida (2003): 1) *reabilitadores*: representantes do movimento da nova defesa social e da criminologia positivista, que individualiza e patologiza o crime, defendem a existência da prisão como algo necessário para a convivência humana em sociedade, e a instituição prisional tem como função manter a ordem social, reformar os transgressores da lei e controlar a violência; 2) *céticos*: vinculados à criminologia crítica ou ao abolicionismo penal, não acreditam que a prisão reeduca, mas que

ela atua na produção da delinqüência e conduz à construção de mais presídios e movimentam uma economia muito lucrativa; apontam que a prisão, a partir do princípio de vigilância e disciplina dos corpos e comportamentos, se constitui como um dos mecanismos que deriva das formas de poder de um sistema de repressão e opressão, tendo sua função apenas como lugar de segregação e punição de determinados grupos sociais selecionados para habitar as prisões; criticam os pressupostos da re-educação, pois instaura uma pedagogia do aniquilamento da personalidade do indivíduo e da domesticação do corpo; defendem que o presídio está inserido na estrutura de poder dominante e que atende aos seus interesses sociais, constituindo-se como uma estratégia para a manipulação ideológica e para a manutenção do poder; denunciam o direcionamento político da introdução das ciências na punição, que servem para legitimar a violência praticada pelo Estado, que reafirma o sistema de dominação a partir da gestão do poder e da subjugação das massas; e 3) *conveniência teórica*: um posicionamento contraditório, pois, ao mesmo tempo que apresentam a prisão a partir dos pontos de vista dos céticos, acreditam que o presídio teria solução utilizando-se dos discursos dos reabilitadores para confirmarem a possibilidade de reabilitação na prisão.

Nas análises dos artigos, verificamos que somente um deles, intitulado *Capitalismo, Trabalho e Tempo de Prisão como Pena* (Alencar, 2002), adota uma postura anti-capitalista e cética ao sistema prisional, estabelecendo relações diretas da criminalização e o aprisionamento de determinados grupos com as estratégias políticas de dominação, além de considerar que todo aprisionamento é político e que o discurso reabilitador está diretamente relacionado e servindo aos modos de produção capitalista. A autora parte de uma perspectiva econômica de que o tempo só tem valor se articulado com o modo de produção capitalista. Dessa forma, discute a transformação das formas de punição do suplício do corpo à punição moderna, e aponta que a privação de liberdade afeta precisamente o tempo que um trabalhador teria para vender a sua força de trabalho, a possibilidade de acumulação e de ascensão social. A autora defende que o tempo de trabalho subtraído é um elemento importante nas análises sobre o aprisionamento, mas que é abordado de forma secundária nas produções acadêmicas.

O segundo artigo, intitulado *Características e Significados de Rebeliões em Prisões Brasileiras: Um estudo a partir de material jornalístico* (Tavares e Menandro, 2003), investigou o fenômeno das rebeliões em presídios brasileiros, descrevendo suas características e discutindo seus significados no sistema penitenciário. Os autores apontam que as rebeliões se mostram como um ensaio de uma função política, pois as reivindicações das rebeliões denunciam e caracterizam tentativas de modificar as condições degradantes das prisões e as

violações de diretos, e concluem que essas rebeliões não promovem mudanças estruturais objetivas no sistema carcerário.

O terceiro artigo, de mesma autoria anterior e intitulado como *Trajetórias de Vida de Presidiários e Possíveis Sentidos para a Prisão* (Tavares e Menandro, 2008), analisa histórias de vida e de experiências prisionais de indivíduos, apontando que a entrada no sistema prisional é a perpetuação do sofrimento ético-político da vida anterior à prisão. Afirmam que o tempo de aprisionamento pode funcionar como um bloqueador de construção de perspectivas e planos futuros, pois estes planos ficam apenas no âmbito do imaginário, e que o círculo vicioso de diversas passagens por aprisionamento confirma o estigma de presidiário na sociedade. Concluem os autores que é difícil que eles acreditem na justiça ou construam representações positivas sobre ela, e isso impossibilita novas e diferentes perspectivas de atuação na vida e inviabiliza a reabilitação desses indivíduos.

Estes dois últimos artigos adotam um posicionamento de conveniência teórica, pois, ao mesmo tempo em que apresentam o aprisionamento desde a visão cética, acreditam que se fosse cumprida a Lei de Execução Penal (elaborada pelos reabilitadores), os indivíduos aprisionados poderiam ser reabilitados para o convívio em sociedade (e sem que as condições sociais anteriores ao aprisionamento sejam transformadas). Com este posicionamento, os autores legitimam os pressupostos reabilitadores e a função educativa do cárcere, e não problematizam as condições sociais e relações de poder que produzem os crimes e os indivíduos considerados criminosos. A reabilitação pressupõe um indivíduo defeituoso que necessita ser reeducado para o convívio em uma sociedade coesa, harmoniosa, na qual todos os indivíduos possuem as mesmas condições materiais e subjetivas de se desenvolver.

Neste capítulo, buscamos demostrar que, embora a Psicologia Política tenha surgido no século XIX em contexto europeu em torno dos temas da criminalização e da punição dos grupos historicamente oprimidos (não-brancos, pobres, latino-americanos, comunistas e anarquistas, que formavam multidões consideradas criminosas), na contemporaneidade, e no contexto brasileiro, são escassos os estudos que tratam diretamente desses temas de forma ampla ou radicalmente em oposição aos discursos criminalizadores e reabilitadores que produzem o tipo criminoso (os selecionados) e a sua “cura” (a reabilitação pelo encarceramento).

Acreditamos que estudos inseridos na tendência latino-americana da Psicologia Política podem contribuir para novas leituras sobre o sistema de criminalização e aprisionamento, desde que, partindo dos seus pressupostos de desideologização, desalienação, desnaturalização e

conscientização, e envolvidas em ações que levem ao fortalecimento de grupos que foram historicamente oprimidos e excluídos do acesso aos seus direitos básicos para a manutenção da vida cotidiana no capitalismo, problematizem o papel das relações sociais, econômicas e políticas na produção do crime e do criminoso (para além dos chamados “presos políticos”) e como estratégia política estruturante da sociedade capitalista.

2. QUEM PESQUISA E PORQUE PESQUISA: CONSTRUINDO OS PROBLEMAS E OS OBJETIVOS

Partindo dos pressupostos psicopolíticos latino-americanos da não-neutralidade no fazer científico e do compromisso político com as maiorias populares e com a mudança social, contextualizarei o meu interesse em pesquisar a participação política da Pastoral Carcerária.

E isso implica abordar as condições nas quais foram acionados os meus próprios processos de conscientização política em relação à realidade social de criminalização e aprisionamento, e como foram construídos os problemas e objetivos dessa pesquisa, que se insere em um programa de pós-graduação multidisciplinar em Mudança Social e Participação Política.

2.1. RELATO DE EXPERIÊNCIA DE APRISIONAMENTO

No ano de 2003, por meio da estratégia de aprisionamento de redes de usuários de drogas e da "delação premiada", uma prática aprisionamento em "efeito dominó" de usuários até chegar aos "pequenos traficantes"[11], eu fui aprisionada como usuária de drogas, portando três comprimidos de *extasy*, mas fui processada e condenada como traficante.

Poucos minutos depois do telefonema de um amigo, que me pedia informações sobre drogas, três homens armados, sem uniformes ou fardas, invadiram a casa da minha família dizendo que eram policiais e que queriam falar comigo sobre drogas. Entraram em meu quarto, reviraram todas as coisas, pegaram minha agenda, caderneta de telefone, o meu telefone celular e minha bolsa, até encontrarem os três comprimidos. Cabe ressaltar aqui que os policiais não tinham nenhum documento, ou mandado de busca e apreensão, que os autorizassem a entrar em minha casa.

[11] Sabe-se que os grandes traficantes de drogas são personalidades da política institucional brasileira, que estão há muitos anos no poder, alguns de "famílias tradicionais" que estão no domínio há séculos, como apontam notícias recentes sobre o envolvimento do ex- governador de Minas Gerais e atual senador Aécio Neves, e o governador reeleito de São Paulo Geraldo Alckmin, com a apreensão de 450kg de pasta base de cocaína em um helicóptero na fazenda de propriedade do deputado Gustavo Perrella, sendo que todos estão envolvidos em processos por "desvio" (ou, na linguagem criminal, furto, roubo) de verbas públicas. Uma dessas notícias pode ser acessada em <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/11/aecio-e-alckmin-sao-ligados-dono-helicoptero-da-cocaina.html>

Após encontrarem os comprimidos, disseram para a minha mãe que iriam me levar à delegacia para prestar esclarecimentos ao delegado, e que, se eu colaborasse com as investigações, logo estaria de volta. Colocaram-me no banco traseiro de um carro importado, sem identificação policial, e percorremos lentamente diversas ruas da cidade de São Paulo. Dois dos policiais me ameaçavam, com o objetivo de me fazer falar quem era o traficante que havia me vendido drogas: ser morta pelos policiais ou pelo traficante? – era a questão que se colocava para mim naquele momento. Eles tinham o meu telefone celular, a minha agenda e caderneta de números de telefones em seu poder, e me coagiram à telefonar para todos os meus contatos pedindo informação sobre com quem comprar *extasy*, com o aparelho de telefone celular do policial no "modo privado" e no "viva-voz". Foram cinco horas de sequestro e de tortura psicológica, de terror, dentro daquele carro.

As condições postas para que eu saísse daquela situação: dizer quem era o traficante, ou algum amigo/usuário que pudesse fazer chegar até o traficante (foi assim que chegaram até mim), ou, ainda, esgotadas as possibilidades anteriores, que eu pagasse R$ 20mil, o que equivalia a um "carro popular" na época, para não ir presa como traficante. Não delatei nem um, nem outro e, como pertencente à classe trabalhadora e moradora de periferia, também não tinha esse valor em dinheiro para pagar pela minha liberdade.

Chegando à delegacia, fiquei por muito tempo em uma sala, em estado de choque, sendo vigiada, enquanto os policiais que me sequestraram conversavam com o delegado. Quando voltaram, entraram na sala com papéis e um saco plástico preto nas mãos, como aqueles de lixo, e que tinha o volume de uma bola de basquete. Sentaram-se à mesa que eu estava aguardando e me deram, nesse momento, as mesmas possibilidades de escolha anteriores, mas atualizadas: como novamente eu não cumpri com nenhum dos três requisitos anteriores, então apresentaram os papéis que tinham em mãos e disseram que aquele era o documento da minha confissão de ter vendido comprimidos de *extasy* ao amigo que havia me telefonado, que foi preso com diversos tipos de drogas, e constando que foram encontrados os três comprimidos comigo. Então, ingenuamente, eu disse que queria a presença de um advogado. Eles riram de mim e disseram que ou eu assinaria aquela confissão já redigida ou, se eu me negasse a assinar, eles me prenderiam com um flagrante de quinhentos à mil comprimidos, que estavam dentro do saco preto com o qual eles entraram na sala, e que advogado algum conseguiria me tirar da prisão.

E foi assim que fui aprisionada, sem acessar o direito da presença de um advogado e coagida a assinar uma confissão sob torturas psicológicas e ameaças à minha integridade física.

Primeiro eu fiquei três dias em uma delegacia da região em que eu morava. E para poder dormir no chão de uma cela com uma mínima condição de higiene, foi-me permitido retirar mais de cinquenta garrafas plásticas de refrigerante cheias de urina e sacolas plásticas com fezes, improvisadas pelas pessoas que passaram por alí antes de mim. Neste momento comecei a perceber que eu tinha uma condição privilegiada, pois permitiram que eu limpasse a cela, fornecendo utensílios e produtos de limpeza, e também que eu pudesse utilizar o banheiro para fazer minhas necessidades orgânicas básicas. Esta cela, que parecia ser destinada à mulheres, não era "privativa", isolada, sem espectadores. Na carceragem dessa delegacia havia um conjunto de celas que estava à frente desta que eu estava, e conseguia ver duas celas com menos de três metros quadrados, contendo cerca de vinte homens cada uma, e em condições muito precárias, uns no chão e outros em redes feitas com lençóis. E havia, pelo menos, quatro celas. Calculei que alí teria, no mínimo, oitenta pessoas naquelas condições. Oitenta pessoas em um local com capacidade para, no máximo, dezesseis pessoas ficarem até 10 dias, mas muitos alí estavam há anos. A partir desse momento, a realidade das condições do encarceramento começou a ser apresentada para mim.

Chegando à Cadeira Pública, para aguardar o julgamento, fiquei horrorizada com as condições materiais e subjetivas de sobrevivência precárias. Muitas celas superlotadas, com mulheres dormindo sobre papelões, porque colchões eram um luxo daquelas que tinham uma família presente, para fornecer os materiais mais básicos, pois nada era distribuído pela instituição. E isso gerava uma estratificação entre as mulheres, no qual ter era poder, e que movimentava uma economia que ia desde o pagamento aos agentes penitenciários por parte de familiares que levavam objetos de necessidades básicas e alimentos nos dias de visita, até no mercado interno de venda ou troca desses materiais. E, como em todo mercado reina a lei da oferta e da procura, esses materiais eram muito mais caros no interior dos presídios, e isso produzia dívidas entre as mulheres e com agentes penitenciários. Além da precária estrutura física do cárceres, nada lá dentro é gratuito. E dívidas podem custar a própria vida.

A comida era de péssima qualidade e grande parte era descartada por estar imprópria para o consumo, azedando. Grande parte da comida era feita por nós mesmas, com alimentos levados pelas famílias ou comprados no "mercado", e cozinhávamos em "fogões elétricos portáteis", aqueles de acampamento. Começávamos a preparar a comida às 05:00 horas da manhã.

Como no cárcere tem hora para tudo, tínhamos de tomar banho das 05:00 às 07:00 horas da manhã, que era o período em que os agentes penitenciários liberava a água no banheiro

coletivo. Estávamos no período de inverno, e tomar banho com água gelada fazia muitas mulheres adoecerem.

Nas celas, o chamávamos de banheiro era um equipamento de aço inoxidável multifuncional: servia tanto para bebermos água ou lavar utensílios que preparávamos alimentos, quanto para fazermos nossas necessidades orgânicas básicas, urinar e defecar. Então tínhamos que manter esse equipamento o mais limpo possível. Mas, como forma de piorar nossas condições, de nos torturar, era comum os agentes penitenciários cortarem o fornecimento de água para nossos "banheiros-pias-bebedouros", e permanecíamos por dias em uma situação calamitosa de higiene, com grandes impactos para a nossa saúde.

A violência e o sofrimento eram visíveis nos corpos das mulheres que alí estavam. Escutei diversos relatos de tortura policial e de violação de direitos muito mais graves do que as que aconteceram comigo, como um caso de uma mulher que entrou grávida de 8 meses e foi espancada por policiais até perder seu bebê.

Escutava histórias de vidas muito sofridas, com a violência policial sempre presente no cotidiano das periferias onde elas viviam. Eu vi mulheres que tiveram rostos deformados com água fervente, outras que enlouqueceram por estarem naquela condição e durante anos abandonadas por seus familiares. Eram mulheres privadas de seus direitos mais básicos, muitas delas viviam em situação de rua antes da prisão e algumas até viam um lado positivo no aprisionamento, como poder comer todos os dias. Muitas mulheres eram inocentes, que foram aprisionadas por "parecerem suspeitas" (serem negras) ou porque foram colocadas alí para assumirem a responsabilidade de outros (condição de "laranja"). Havia também muitas mulheres presas há anos por furtos de alimentos em supermercado para alimentar os filhos.

A maioria aguardava julgamento há muitos anos. Quando a minha mãe ia me visitar, anotava números de processos de muitas mulheres para consultar o andamento no sistema de informação da Justiça, e, "milagrosamente" essas mulheres eram chamadas à julgamento pouco tempo depois. Eu tinha a minha mãe que teve acesso à esses conhecimentos de cidadania e direitos, assim como uma advogada particular. A maioria daquelas mulheres não tinha acesso ao direito de terem advogados da Defensoria Pública e estavam alí esquecidas, invisíveis para o poder judiciário.

Além de violência e sofrimento gerados pelas condições de aprisionamento, também encontrei muita solidariedade entre as mulheres, que compartilhavam o pouco que tinham que era levado por suas famílias com outras mulheres que não tinham com quem contar para apoiá-

las. E eu também pude contar com a ajuda de algumas mulheres mais velhas, que estavam aprisionadas por muito tempo, entre 10 e 30 anos, e que me orientavam como me comportar, tanto em relação aos agentes penitenciários ou nas "visitas" da tropa de choque, quanto em relação aos grupos de pessoas aprisionadas que dominam os presídios, para garantir a minha sobrevivência lá dentro.

E foi a partir dessa experiência de aprisionamento que comecei a desenvolver a consciência política[12] que me trouxe até aqui. A ruptura estava feita, saí da minha zona de conforto, entrei no sistema prisional, e esse choque foi o gatilho para o início da transformação de pensar a minha condição e de outras pessoas no mundo. O "outro" não era mais aquela representação simbólica que foi formatada, durante anos da minha vida, pelos noticiários sensacionalistas de televisão e jornais impressos. O "outro" era eu mesma. Percebi que a cadeia tinha cor, e que ela era negra. E mulheres brancas, como eu, eram tratadas de forma diferenciada, com menos violência, tanto pelos agentes penitenciários e policiais, quanto pelas próprias mulheres aprisionadas. Assim, comecei a perceber a minha condição privilegiada por ter a pele branca, no interior do sistema e fora dele. Mas apesar dessas e outras evidentes diferenças com a maioria daquelas mulheres aprisionadas, tínhamos algo em comum: somos a parte da humanidade selecionável e alcançável pelo sistema[13].

Depois de três meses presa sem julgamento, e como ré primária, com residência fixa, família para dar suporte material (ou branca, com "cara de burguesa") e, principalmente, com uma advogada particular me defendendo, consegui acessar o direito de responder ao processo em liberdade. E esse processo durou oito anos.

E diante de tudo o que eu vivi, vi e ouvi nos três meses em que fiquei aprisionada, pensei que eu não podia ter passado por aquela experiência e ter testemunhando tanta violência institucional e não fazer nada. Pensei que eu tinha que fazer alguma coisa para contribuir para a mudança daquela realidade social. Mas, o que eu podia fazer? Eu não tinha ideia do que fazer. Então percebi que o primeiro passo era conhecer melhor aqueles mecanismos de violência e de degradação humana, que eu necessitava de conhecimentos teóricos sobre aquela realidade social. Foi quando decidi cursar Psicologia, tendo como foco os processos de exclusão social.

[12] Conforme discutido por Sandoval (1994), a ruptura com as rotinas, com a estabilidade do cotidiano e a vivência de uma crise criam as condições do acionamento da formação de tipos de consciências políticas que rompem com a mecanização e naturalização da vida social e política.

[13] Conforme abordado na descrição das dimensões de análise da consciência política, a formação da Identidade Coletiva compreende sentimentos de solidariedade e de pertencimento a uma categoria ou classe social, assim como a busca de instrumentalização para a resistência e luta com o foco na mudança social.

Eu queria fazer a graduação na Universidade de São Paulo, mas, além de ter consciência que eu não teria condições educacionais para passar no processo seletivo, fiquei sabendo que o curso era em período integral, e eu precisava trabalhar. Então pensei no renomado curso de psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mas o valor das mensalidades era três vezes maior que o salário que eu recebia como vendedora de loja de shopping ou como operadora de telemarketing. Como discutido por Goffman (2008) sobre o estigma, eu carregava (e ainda carrego) uma marca de identificação social como ex-presidiária, e estes subempregos eram uns dos poucos para jovens que eu encontrei que não pediam o Atestado de Antecedentes Criminais no momento da contratação. Então encontrei a Universidade Nove de Julho, particular, cujo o valor de mensalidade eu podia pagar.

Durante os anos da graduação, as correntes mais discutidas nas psicologias clínicas não respondiam às minhas necessidades de aprendizado, pareciam estar distanciadas da realidade social da maioria das pessoas, responsabilizando indivíduos por suas "escolhas" e desconsiderando os aspectos sociais envolvidos. Mesmo as psicologias sociais, em sua maioria, acabavam por patologizar e individualizar problemas de ordem social, ao aplicarem os conhecimentos clínicos nos coletivos. E, muitas vezes, as aulas de sociologia me pareciam mais úteis para pensar aquela realidade social que eu tinha testemunhado.

No quarto ano de graduação tive aulas de Psicologia Jurídica e de Psicologia Comunitária com a professora Gabriela Gramkow, que trabalhava com adolescentes em conflito com a lei, e que me indicou muitas referências bibliográficas. No quinto e último ano, meu Trabalho de Conclusão de Curso foi uma pesquisa bibliográfica sobre o tema da exclusão/inclusão social[14], com ênfase na Psicologia Comunitária, e, assim, pude me

---

[14] Neste trabalho adotamos a concepção da dialética da exclusão/inclusão social de Bader Sawaia (2001), na qual a autora afirma que não há como um indivíduo ou grupo ser excluído de uma sociedade, e que seria mais adequado falar em "inclusão perversa" ao abordarmos pessoas que são excluídas do acesso aos seus direitos fundamentais. A partir dessa concepção da inclusão perversa, tecemos articulações teóricas com outros referenciais que pensam a temática:
SAWAIA, B. Introdução: Exclusão ou inclusão perversa. In: As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
CAMPOS, A.; POCHMANN, M. et all. Atlas da Exclusão Social no Brasil: Dinâmicas e Manifestação Territorial, Volume 2, Cortez Editora, 2003.
GONÇALVES FILHO, J.M. Humilhação Social - Um problema Político em Psicologia. Psicol. USP, vol.9, n.2, p. 11-67, São Paulo:1998.
DEMO, P. Pobreza Política. 6ª ed., Campinas, SP: Autores associados, 2001.
_____. Participação é conquista: noções de política social participativa. 5ª ed., São Paulo, Cortez, 2001.
VÉRAS, M. B. Exclusão social – Um problema de 500 anos. In: SAWAIA (org). As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. RJ: Petrópolis, 2001 (p. 27 – 50).
THOMPSOM, T. B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa. RJ: Petrópolis, Vozes, 1995.
LANE, S. T. M.; GODO, W. Psicologia Social. O Homem em movimento. 13ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1999.

aprofundar teoricamente acerca da temática. E no percurso da pesquisa, fui adentrando em um espaço multidisciplinar, promovendo diálogos entre a psicologia, sociologia, ciências políticas, economia e educação. Nesse processo, cheguei na educação para conscientização política como parte das respostas que eu buscava.

No momento da defesa da monografia, a Mariana Aron, professora que me avaliou, disse-me que o meu trabalho se inseria na Psicologia Política e que eu precisava conhecer os de Salvador Sandoval na PUC-SP. Pesquisei sobre seus trabalhos e vi que ele estava no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social. Mas ainda não me sentia preparada para me dedicar a uma pesquisa de mestrado.

Além disso, no final da graduação fui condenada à 3 anos de prisão e 56 dias de multa, mas a minha advogada conseguiu que eu acessasse o direito à *Pena Alternativa Restritiva de Direitos*: prestação serviços comunitários com direitos políticos suspensos. Com os meus direitos políticos suspensos, além de ser impedida de acessar alguns direitos, todos aqueles que exigem a apresentação de comprovante de votação ou certidão de quitação eleitoral, como ingressar em um programa de mestrado, por exemplo.

Então, acreditando na educação com instrumento fundamental para a transformação social, decidi me especializar em psicopedagogia institucional na mesma universidade em que fiz a graduação, pois os processos em relação à minha documentação eram mais facilitados.

Durante o processo de pesquisa de revisão bibliográfica sobre educação nos presídios, comecei a perceber que era ingenuidade da minha parte pensar uma educação que seja emancipadora e libertadora dentro do cárcere, como política pública, se ela não é alcançada nem nas escolas públicas da sociedade liberta e nem o acesso à educação como direito universal existe na maioria dos presídios.

MELLO, S. L. A Violência Urbana e a Exclusão dos Jovens. In: SAWAIA, B. (org). As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. RJ: Petrópolis, 2001 (p. 129 – 140).
BRAGA, F.C. Garis: Um estudo de psicologia sobre a Invisibilidade Pública. [Dissertação]. Universidade de São Paulo, 2002.

2.2. EXPERIÊNCIA DE ATUAÇÃO NA PASTORAL CARCERÁRIA

Entre as organizações e instituições que me foram apresentadas na Central de Penas Alternativas, eu decidi prestar serviços comunitários na Pastoral Carcerária, pois não tinha uma função determinada como as outras (atividades mecânicas e sem sentido para mim) e isso me abria a oportunidade de trabalhar na minha área de formação e de alguma forma alcançar os objetivos que havia traçado em relação ao meu compromisso com as pessoas aprisionadas.

Eu não sabia quais eram os trabalhos e o papel da organização nessa realidade, e fui até a organização, para uma entrevista agendada com um padre, com um pouco de preconceito por saber que se tratava de uma instituição religiosa. Na entrevista com o Padre Valdir, coordenador nacional da Pastoral Carcerária, contei toda a minha história e sobre o meu desejo de fazer alguma coisa, na prática, para a transformação da realidade do aprisionamento, da violação de direitos e tortura. Mas como? O que eu poderia fazer? Ainda não sabia o que fazer concretamente, somente que queria atuar como psicóloga, com os meus conhecimentos teóricos, técnicos e concretos de experiência de vida.

Mas para atuar como psicóloga na organização, eu tive que lutar contra o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, que não queria me conceder a habilitação profissional por eu estar com os meus direitos políticos suspensos. Ou seja, estavam me negando também o direito de trabalhar na profissão de minha formação.

Enquanto eu aguardava a decisão do Conselho profissional, trabalhei na triagem de cartas[15] que são enviadas por pessoas que estão aprisionadas à Pastoral Carcerária. Muitas cartas eram recebidas diariamente, nas quais as pessoas denunciavam maus tratos, violações de direitos e torturas; denúncias de exploração do trabalho em instituições rurais, sem recebimento da remuneração (trabalho escravo); solicitavam orientações jurídicas ou informações sobre andamento de seus processos, por falta de advogados para acompanharem seus casos nos locais de privação de liberdade; pediam ajuda para conseguirem tratamentos médicos ou remédios para doenças crônicas; solicitavam ajuda para encontrar familiares que pudessem dar apoio emocional ou material; muitos pedidos de doações de produtos básicos de higiene, como papel

[15] A Pastoral Carcerária e outras organizações que atuam dentro dos presídios distribuem selos de R$ 0,01 que devem ser utilizados junto com o termo "carta social" por escrito, uma prática comum de comunicação das pessoas aprisionadas. As cartas escritas devem estar em envelopes abertos, e somente depois de passar por fiscalização dos agentes penitenciários que elas são lacradas e recolhidas pelo serviço público de correio. As cartas que chegam aos presídios são abertas e fiscalizadas também. Pelo teor de algumas cartas recebidas, principalmente em relação às denúncias, suponho que essas cartas não eram lidas pelos agentes carcerários, e que eram apenas fiscalizadas em relação à entrada e saída de algum material ilícito dos presídios.

higiênico, escova e pasta de dente, sabonetes, absorventes menstruais, que deveriam ser distribuídos pelo sistema prisional; e até pessoas que escreviam porque sentiam-se muito sozinhas em seus sofrimentos e demandavam apoio religioso para conseguirem suportar as condições degradantes das prisões.

Eu lia todas as cartas e as encaminhava para seus respectivos departamentos (demanda social, aconselhamento religioso, orientação jurídica, denúncias, doações, entre outros), e elas eram respondidas por religiosos, voluntários leigos, profissionais e estagiários dos respectivos departamentos. As demandas são atendidas dentro da possibilidade de atuação da organização e as denúncias são verificadas e acompanhadas de perto para, posteriormente, serem encaminhadas aos órgãos competentes e exigir providências do poder público.

Essa experiência de leitura das cartas foi impactante em relação à quantidade de denúncias de violação de direitos e de torturas, mas foi muito importante para eu saber mais sobre as condições das pessoas aprisionadas em todo o estado de São Paulo e, sobretudo, saber por meio dos relatos das próprias pessoas que estavam sofrendo as violências. Assim, foi ficando cada vez mais concreta a percepção de uma política de Estado de criminalização, aprisionamento e extermínio de pessoas indesejáveis ao sistema social[16].

E também foi uma experiência muito rica para saber sobre o trabalho e papel da Pastoral Carcerária nessa realidade, e como a organização atua com essas demandas. E me surpreendeu saber que essa atuação não era apenas direcionada às questões religiosas, desfazendo-se aqueles preconceitos que tive no início. Como ateia, a presença das organizações religiosas no período em que estive presa não me despertava interesse, então não fui capaz de perceber as visitas da Pastoral Carcerária naquela cadeia.

Nesse momento de início da minha atuação, comecei a perceber que as Irmãs e Padres da Pastoral Carcerária eram muito diferentes daquelas pessoas religiosas do colégio católico tradicional no qual estudei na infância, que era altamente repressor e que construiu a minha representação subjetiva do que vinha a ser os religiosos da igreja católica, e que fundamenta o meu posicionamento ateu. As pessoas religiosas que formam a organização se apresentaram muito diferentes daquele estereótipo que eu havia aprendido. O Deus destas, ao contrário das outras, significava respeito, compreensão, humildade, solidariedade, amor, e eu identifiquei-me com tudo isso, mesmo não acreditando em um Deus criador, e sempre fui respeitada em minhas

[16] Essas percepções podem ser compreendidas a partir de duas dimensões de análise da consciência política: Crenças e Valores Societais; e Identificação de Adversários e Sentimentos Antagônicos.

convicções dentro da organização. E foi assim que eu conheci a Teologia da Libertação e seu compromisso com as maiorias populares, com as pessoas pobres, excluídas do acesso aos seus direitos básicos.

Resolvido o problema de poder acessar o direito a trabalhar como psicóloga, com a ajuda de alguns conselheiros da entidade da classe profissional que aderiram à minha causa e me defenderam, em especial a Adriana Eiko Matsumoto, que na época era conselheira do Grupo de Trabalho Sistema Prisional, comecei a trabalhar com atendimentos psicossociais interdisciplinar. Atuava em conjunto com uma assistente social e advogados para atendermos as demandas das pessoas que iam até o escritório em busca de ajuda.

A Pastoral Carcerária é um dos primeiros lugares que as pessoas egressas do sistema penitenciário procuram para obter informações[17] sobre os primeiros passos que devem dar neste retorno a sociedade-liberta, como, por exemplo, orientações jurídicas para regularizar a sua condição cidadã ou situação processual na condição liberta, seja na liberdade definitiva, liberdade provisória ou liberdade condicional.

Atendíamos as pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares, assim como de familiares de pessoas que estão presas, proporcionando um acolhimento emocional, e fornecendo informações, orientações e encaminhamentos para o acesso aos direitos na rede de serviço social e demais serviços públicos, assim como para a rede de atendimentos diversos e gratuitos à comunidade realizados por outras organizações não-governamentais. As demandas eram por resolução de problemas de necessidades básicas e resgate da cidadania, como a regularização de documentos fundamentais de identificação dos cidadãos (que são "anulados" ou confiscados e arbitrariamente não são devolvidos, ou ainda quando a pessoa nunca possuiu tais documentos), orientações jurídicas, encaminhamento para serviços de saúde, educacionais, de oferta de trabalho, capacitação profissional, albergues, alimentação, entre outros.

Cabe lembrar que o perfil da maioria das pessoas egressas do sistema penitenciário que procuravam pelos serviços da Pastoral Carcerária é aquele mesmo dos dados estatísticos apresentados anteriormente: baixa escolaridade, muitas são analfabetas ou analfabetas funcionais. E, portanto, possuem escassas informações sobre os seus direitos e sobre os processos burocráticos, seja para "limpar o nome" depois de cumprir a sua pena, seja para

---

[17] Isso se deve ao fato de que as pessoas egressas do sistema penitenciário recebem um manual chamado *"Dicas – um guia que você precisa para ficar livre de vez"* quando alcançam a liberdade, no qual há uma lista e dicas de como e onde acessar serviços diversos para o resgate da cidadania, e o endereço da Pastoral Carcerária é o primeiro dessa lista.

acessar serviços públicos básicos para o cotidiano como, por exemplo, a emissão de seus documentos de identificação. Outro fator que contribui para o não conhecimento dessas informações básicas de acesso a direitos é o tempo em que as pessoas ficaram aprisionadas: para pessoas que ficaram 10 anos ou mais na prisão, muitas coisas da sociedade mudaram em relação ao que aprendeu no passado. Ou ainda, existem pessoas que, antes de entrarem na prisão, nunca tiveram acesso a tais informações ou acesso a esses serviços e direitos.

Depois de alguns meses trabalhando na organização, fui convidada pela Irmã Margaret Gaffney, enfermeira de formação, para ser sua suplente na representação da Pastoral Carcerária na Secretaria de Saúde do Estado, em um comitê voltado à ações de prevenção e tratamento de tuberculose e AIDS, cujos os índices de infecções por essas doenças nos locais de privação de liberdade é muito alto. Essa experiência de participação política foi muito importante para que eu ter informações sobre as políticas de saúde e prevenção nos presídios, que são escassas.

E em muitas ocasiões o Padre Valdir, pedia meu parecer técnico e opinião crítica sobre projetos de reintegração social da Secretaria de Administração Penitenciária que seriam implementados nos presídios, valorizando os meus conhecimentos tanto teóricos quanto da minha experiência concreta no cárcere.

Também participei de muitos eventos das redes de organizações, militantes e movimentos sociais sobre as questões dos sistemas judiciário e penitenciário, e do encarceramento da juventude negra e pobre. E nessas experiências percebi que, mais que conhecimentos teóricos e práticos, a participação política e as ações coletivas eram as respostas que eu buscava para transformações e mudanças sociais. Mas o que é efetivamente participação política? Como as pessoas conseguem conquistar o acesso à direitos? Essas foram as questões que se colocavam para mim naquele momento.

Um dia, em uma reunião de equipe, o Padre Valdir falou sobre a experiência de um congresso latino-americano de Pastorais Carcerárias que ocorreu em Bogotá – Colômbia, e do qual ele havia acabado de voltar. Ele contou que na realidade daquele país há muitas coisas em comum com o Brasil, em relação a criminalização e aprisionamento, e às condições dos cárceres. E disse também uma coisa muito importante: que a Pastoral Carcerária brasileira era a única que atuava na participação política. Como organizações de pessoas são capazes de transformar e promover políticas públicas? Como isso acontece e quais são as estratégias de ação no embate com o poder público? Como a Pastoral Carcerária brasileira consegue atuar para promover mudanças nessa realidade? E foi nesse momento que surgiu o interesse em

pesquisar a participação política da organização... e aprender, com a maior referência brasileira nas questões da criminalização e aprisionamento do país, quais são os caminhos das ações coletivas na luta contra o encarceramento em massa e na participação política para a mudança dessa realidade social[18].

Em 2010, eu já havia terminado a especialização em Psicopedagogia Institucional, e fiquei sabendo que estava aberto o processo seletivo em Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais, na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, e vi que Salvador Sandoval era um dos professores convidados. Passei no processo seletivo, e no decorrer do curso e aprofundamento teórico em Psicologia Política, as coisas começaram à fazer mais sentido para mim e adquiri muitos conhecimentos sobre os meus temas de interesse: conscientização e socialização política, educação popular, ações coletivas, movimentos sociais, funcionamento do Estado burguês, entre outros.

No mesmo ano, a Pastoral Carcerária lançou o *Relatório sobre tortura: uma experiência de monitoramento dos locais de detenção para prevenção da tortura* (2010), que ocorreu na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Este relatório é o resultado de 4 anos de registros das denúncias de torturas nos locais de privação de liberdade e do acompanhamento processual destas denúncias às autoridades. Os resultados deste trabalho foi apresentado para diversas autoridades públicas, como secretários de Justiça, Administração Penitenciária, Segurança Pública, entre outras, e também representantes de outras organizações e militantes dos movimentos sociais de Direitos Humanos. E foi neste evento que eu compreendi como ocorria a participação política da Pastoral Carcerária no interior dos mecanismos de monitoramento e combate à tortura do sistema de proteção aos Direitos Humanos, cuja caracterização dessa atuação será feita no próximo capítulo.

Quando comecei o curso, meu tempo de prestação de serviços comunitários já estava se encerrando. Cumpri 1 ano e meio de trabalho comunitário, e dedicando-me a mais horas do que foi determinado pela punição alternativa, pois eu não considerava o meu trabalho na Pastoral Carcerária como uma punição. Ao contrário, a partir das condições e oportunidades que permitiram-me significar e transformar essa experiência de vida em resistência e vontade de agir coletivamente para a mudança social, o período em que estive na organização, fazendo parte daquele grupo, foi uma grande fonte de aprendizado e desenvolvimento humano.

[18] De acordo com Sandoval (2001), essas percepções e processos de pensamento podem ser compreendidas pelas dimensões: Sentimento de Eficácia Política; Sentimentos de Justiça e Injustiça; e Vontade de Agir Coletivamente.

Ainda na especialização, o meu desejo era desenvolver essa pesquisa dessa participação política da organização. Mas, no desenvolvimento do curso, eu percebi que não seria viável, devido às minhas próprias limitações e também às limitações relacionadas à duração de um curso lato sensu. Então pesquisei a literatura em Psicologia Política sobre o sistema penitenciário brasileiro, e deixei a pesquisa inicial para realizar no mestrado, com mais tempo. E este curso foi fundamental para amadurecer e elaborar melhor o projeto de mestrado e objetivos de pesquisa.

E aqui estou, desde 2013, no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, que foi criado em 2011 por Alessandro Soares da Silva a partir do curso lato sensu em Psicologia Política citado anteriormente.

Na presente pesquisa, temos como objetivo geral investigar os aspectos psicopolíticos da trajetória da Pastoral Carcerária na defesa dos direitos humanos nas prisões e a sua participação política na promoção ou transformação de políticas públicas criminais e penitenciárias no Brasil. E como objetivos específicos, busca compreender:

- Como as pessoas que a compõem Pastoral Carcerárias se organizaram e em quais conjunturas históricas e contextos políticos;

- Como e com quais redes e movimentos sociais se articularam, de que métodos se utilizaram e utilizam para a promoção ou transformação de políticas públicas;

- Quais foram as frentes de trabalho assumidas e documentos produzidos a partir desta atuação;

- Quais interpretações fazem hoje desta trajetória vivida e como pensam as questões do aprisionamento, reeducação, reabilitação e reinserção.

Feita esta contextualização que motivou o meu desenvolvimento acadêmico e interesse em pesquisar e analisar a participação política da Pastoral Carcerária como ator político nas questões do aprisionamento, suas metas, estratégias de ação e eficácia política[19], seguiremos com a caracterização da organização e de suas relações com o sistema internacional de proteção aos Direitos Humanos.

[19] Essas percepções correspondem à sétima dimensão de análise da consciência política: Metas de Ação Coletiva.

3. PASTORAL CARCERÁRIA COMO MECANISMO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Para caracterizarmos a Pastoral Carcerária e sua participação política, acreditamos que não há como separar o seu surgimento e desenvolvimento separados do desenvolvimento do ordenamento jurídico em relação aos Direitos Humanos no contexto brasileiro.

Dessa forma, torna-se necessária uma breve contextualização do sistema internacional de proteção dos Direitos Humanos, e no qual a organização se insere como um mecanismo de monitoramento e fiscalização do sistema prisional brasileiro[20]. Aqui, não pretendemos abordar os diferentes posicionamentos acerca dos Direitos Humanos, mas apenas explicar o sistema internacional de proteção de direitos e como a Pastoral Carcerária se insere nele.

O sistema internacional de proteção e promoção de acesso ao Direitos Humanos surge a partir de 1945 com a Organização das Nações Unidas (ONU), como resposta às atrocidades e violações de direitos promovidos pelo nazismo e às consequências da Segunda Guerra Mundial para a humanidade. E em 1948 os países membros da ONU produzem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que se desenvolve a partir de uma consciência ética e do consenso internacional em relação aos direitos fundamentais para a dignidade da vida humana, a liberdade, a universalidade e a indivisibilidade dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais (Piovesan, 2009).

Os Direitos Humanos, como o próprio nome sugere, são inerentes a condição de ser humano, estão intimamente inter-relacionados e se um deles é violado, essa condição influenciará no acesso e na efetivação dos outros direitos. Desta forma, a Declaração Universal dos Direitos Humanos promove a concepção de que esses direitos devem ser obrigatoriamente promovidos e protegidos por todas as nações, sendo um assunto de interesse e responsabilidade internacional, estruturando-se, assim, como um código e uma plataforma de ação comum que devem ser seguidos pelos Estados signatário (Piovesan, 2009).

> Forma-se o sistema normativo global de proteção de direitos humanos, no âmbito das Nações Unidas. Este sistema normativo, por sua vez, é integrado por instrumentos de alcance geral (como os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Político e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966) e por instrumentos de alcance específico, como as Convenções Internacionais que buscam responder a determinadas violações de direitos humanos, como tortura, a discriminação racial, a discriminação contra as

[20] Essa contextualização e caracterização da organização é feita aqui a partir das informações do *Relatório sobre tortura: uma experiência de monitoramento dos locais de detenção para prevenção da tortura* (2010), que foi citado no capítulo anterior.

> mulheres, a violação dos direitos das crianças, dentre outras formas de violação (Piovesan, 2009, p.10-11).

Esse sistema de normas, procedimentos e instituições de promoção a garantia de direitos, assim como de responsabilização e monitoramento da violação destes, devem ser considerados como complementares, estruturando-se como um complexo instrumental de proteção de direitos em âmbito internacional e sempre em benefício daqueles que são protegidos por esses direitos (Piovesan, 2009).

> Estas transformações decorrentes do movimento de internacionalização dos direitos humanos contribuíram ainda para o processo de democratização do próprio cenário internacional, já que, além do Estado, novos atores passam a participar da arena internacional, como os indivíduos e as organizações não-governamentais [...]. Os indivíduos convertem-se em sujeitos de direito internacional – tradicionalmente, uma arena em que só os Estados podiam participar. Com efeito, à medida que guardam relação direta com os instrumentos internacionais de direitos humanos – que lhes atribuem direitos fundamentais imediatamente aplicáveis – os indivíduos passam a ser concebidos como sujeitos de direito internacional. Nessa qualidade, cabe aos indivíduos o acionamento de mecanismos internacionais, como é o caso da petição ou comunicação individual, mediante a qual um indivíduo, grupos de indivíduos ou, por vezes, entidades não-governamentais podem submeter aos órgãos internacionais competentes denúncia de violação de direito enunciado em tratados internacionais (Piovesan, 2009, p.34-35).

Porém, Flávia Piovesan (2009) ressalta que, considerando que os indivíduos ou grupos de indivíduos são justamente aqueles que diretamente são afetados pela violação de direitos e os mais interessados na busca por respeito a eles, na prática, o acesso às Cortes Internacionais, que são as administradoras do Estado de Direito, é dificultado em relação aos entraves burocráticos que não possibilitam um espaço mais participativo da sociedade civil. Diante dessa dificuldade, muitas organizações não-governamentais, coletivos organizados e movimentos sociais, com amplo conhecimento sobre esse sistema, atuam como mecanismos de defesa desses direitos e na mediação desse processo, tornando possível a democratização do acesso aos instrumentos e às instituições internacionais.

Considerando as condições das maiorias populares, se o não-acesso a um dos direitos fundamentais para a satisfação de necessidades básicas compromete e dificulta o acesso aos outros, então podemos afirmar que essa dificuldade é potencializada quando se retira o direito à liberdade:

> [...] uma pessoa privada de liberdade fica mais vulnerável a possíveis violações de direitos por parte de agentes penitenciários ou policiais. Em todo momento, as pessoas privadas de liberdade correm o risco de serem maltratadas ou torturadas. Acrescente-se a isto o fato de essas pessoas terem sua defesa limitada, pois lugares de detenção,

> por definição, encontram-se fora do alcance dos olhos da sociedade. Detida, a pessoa depende quase totalmente das autoridades e agentes públicos para garantir sua proteção, direitos e meios de subsistência. Por este motivo, estas pessoas requerem uma maior proteção por meio do monitoramento de suas condições de detenção. Os mecanismos de controle externos ajudam a limitar o risco de ocorrerem maus-tratos contra as pessoas privadas de liberdade e exigem uma maior transparência dos estabelecimentos de detenção (Pastoral Carcerária, 2010, p.22).

E é nesse contexto em que surge e se desenvolve a Pastoral Carcerária brasileira, como mediadora e representante das pessoas que estão presas no Brasil no cenário internacional de proteção aos Direitos Humanos, dada a condição de impossibilidade dessas pessoas se organizarem e participarem das decisões sobre suas vidas e de acessarem os instrumentos de proteção e garantia de acesso aos seus direitos.

No contexto brasileiro, somente a partir de 1985, com o processo de transição do regime ditatorial (1964 – 1985) para a abertura democrática, que o Estado brasileiro ratificou e começou a incorporar os importantes tratados e instrumentos internacionais de Direitos Humanos em sua legislação. Como um dos frutos das mobilizações sociais que se desenvolveram como resposta e resistência à Ditadura, em 1988 foi elaborada a Constituição Federal, considerada como o documento mais avançado e abrangente da história do Brasil, e que fortaleceu o processo de transição democrática (Piovesan, 2009).

E é sob a influência desse contexto histórico, das mobilizações sociais do período da Ditadura Civil-Militar à abertura democrática, que é formada a identidade da Pastoral Carcerária brasileira, que "não provém simplesmente da configuração do ordenamento jurídico brasileiro" (Pastoral Carcerária, 2010, p.27), mas dos seguintes fatores:

> 1 – A separação entre Igreja e Estado no Brasil situou a Igreja definitivamente fora do poder público. Em outros países da América Latina, essa separação não foi total, pois o catolicismo continuou sendo a confissão do Estado;
> 2 – A ditadura militar, no período de 64 a 85, pressionou setores da Igreja brasileira a se posicionarem diante do contexto social e político em que o País se encontrava, tornando a Igreja mais próxima dos movimentos sociais que reivindicavam o fim do regime de exceção e a reinstituição da democracia;
> 3 – A influência da Teologia da Libertação sobre a Igreja no Brasil é indiscutível. O envolvimento da Pastoral Carcerária com organizações civis na promoção da justiça social marca sua práxis libertadora. A Pastoral Carcerária não atua isoladamente com propostas distintas daquelas promovidas pelas demais organizações sociais, mas ao contrário, sem perder sua identidade eclesial, junta-se às demais organizações num objetivo comum: a promoção de direitos humanos e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito (Pastoral Carcerária, 2010, p. 27).

Neste cenário, surge em 1986 a Pastoral Carcerária da Arquidiocese de São Paulo, como um coletivo organizado e comprometida com a erradicação da tortura e promoção do acesso aos direitos humanos nos locais de privação de liberdade[21], tendo como seus primeiros coordenadores os Padres Geraldo Mauzeroll e Francisco Roberto Reardon, este último mais conhecido entre os integrantes da organização como Padre Chico.

Em relação aos aspectos jurídicos de direitos humanos específicos das questões do aprisionamento, em 1970 acorreu o IV Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente em Kioto, no qual a Assembleia Geral determinou por meio da Resolução nº 2.258, de 6 de novembro de 1974, a implementação de Regras Mínimas na Administração de instituições penais. Em 1975, no V Congresso das Nações Unidas realizado em Genebra, esta necessidade foi reafirmada como um patrimônio da pessoa que está presa. De abril a maio de 1994, o Comitê Permanente de Prevenção do Crime e Justiça Penal das Nações Unidas, do qual o Brasil é membro, reuniu-se em Viena e recomendou que todas as Nações editassem as Regras Mínimas no âmbito da Justiça Penal (Brasil, 1995).

Somente a partir daí que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, que foi criado em 1980, elaborou a Resolução Nº 14, de 11 de Novembro de 1994, que dispõe sobre as *Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil* (1995) em conformidade com as recomendações do Comitê Permanente de Prevenção do Crime e Justiça Penal das Nações Unidas e da Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984, conhecida como Lei de Execução Penal (LEP), como forma de resguardar as garantias e direitos individuais da pessoa que está presa (Brasil, 1995).

Ou seja, o Brasil acatou e incorporou tratados de direitos humanos à legislação específica para as pessoas que estão em privação de liberdade somente após quase dez anos do "fim da ditadura".

Este documento que estabelece as diretrizes para o acesso aos direitos básicos e minimamente humanos no sistema prisional, sendo composto por vinte e sete capítulos e sessenta e cinco artigos, que direcionam as ações e relacionamento do Estado e seus agentes com a pessoa aprisionada, ou seja, que está sob a custódia do Estado, sob sua responsabilidade,

[21] Entende-se por local de privação de liberdade as penitenciárias (na qual a pessoa já foi julgada e cumpre pena), as delegacias, os manicômios judiciários (ou hospitais de custódia), as unidades de internação de adolescente em conflito com a lei, os centros de detenção provisória (ou cadeia pública) e até veículos policiais de transporte das pessoas aprisionadas (os bondes).

e que deveriam garantir o respeito à dignidade humana e o acesso aos seus direitos no sistema prisional.

Mas apesar da transição democrática e da relativa humanização das relações no ordenamento jurídico brasileiro, proporcionados pela adesão aos tratados de Direitos Humanos e pela Constituição Federal, as condições materiais e subjetivas degradantes, as violações de direitos e as práticas de torturas e extermínio de pessoas pobres no interior do sistema carcerário continuaram.

Nesse contexto, a Pastoral Carcerária desenvolveu-se nos demais estados brasileiros, e em 1996 surge formalmente como uma Organização Não-Governamental e como um serviço de pastoral social da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Pastoral Carcerária, 2010).

> A Pastoral Carcerária firmou-se como organização nacional e internacionalmente reconhecida como órgão de acompanhamento e controle social dos presídios, por suas denúncias e por propor soluções construtivas de humanização do sistema criminal. Sob este aspecto, a Pastoral é o único organismo da sociedade civil organizada presente no dia-a-dia de quase todos os presídios do País (Pastoral Carcerária, 2010, p. 14).

A organização atua nas esferas regional e nacional, estando presente em todos os estados brasileiros e realizando visitas nos cárceres, e como organização da sociedade civil no monitoramento das condições de aprisionamento, intervenções e diálogo com o poder público e com a sociedade brasileira em geral. Este trabalho se desenvolve em rede entre as unidades estaduais e nacional da Pastoral Carcerária, e com outras pastorais sociais e outras organizações da sociedade civil, por meio de um *planejamento estratégico-participativo* e de uma *ação sócio-jurídico-política*[22], que tem como objetivos:

> Colaborar para que os Direitos Humanos sejam garantidos; conscientizar a sociedade para a difícil situação do sistema prisional; contribuir para a redução da população carcerária; superar a justiça retributiva por meio da justiça restaurativa; promover a inclusão social da pessoa presa; motivar a criação de políticas públicas que zelam pelo respeito aos Direitos Humanos; acompanhar às pessoas privadas de liberdade em todas as circunstâncias e atender suas necessidades pessoais e familiares; verificar as condições de vida e sobrevivência das pessoas privadas de liberdade; priorizar a defesa intransigente da vida, bem como a integridade física e moral das pessoas

[22] Conforme divulgado em "Bases, pilares, metodologia e prioridades do trabalho da Pastoral Carcerária/CNBB" disponível em http://carceraria.org.br/bases-pilares-metodologia-e-prioridades.

> privadas de liberdade; estar atenta e encaminhar as denúncias de torturas, maus-tratos e corrupção; intermediar relações entre as pessoas privadas de liberdade e familiares[23].

A organização realiza frequentes visitas às instituições prisionais tanto para promover a assistência religiosa como um direito constitucional[24] da pessoas que está presa, quanto para realizar o trabalho de monitoramento dos locais de privação de liberdade, verificando as condições de encarceramento em que as pessoas estão submetidas, para que os direitos humanos, a dignidade e a vida sejam respeitados no sistema prisional, e para a prevenção de torturas e tratamentos cruéis (Pastoral Carcerária, 2010).

> Na linha da prevenção de torturas e maus-tratos, a Pastoral Carcerária promoveu a aplicação da legislação sobre o Conselho da Comunidade previsto nos artigos 80 e 81 da Lei de Execução Penal bem como sua implementação em todas as comarcas do Brasil onde há prisões. De fato, na grande maioria, estes conselhos são compostos ou mesmo presididos por membros da Pastoral Carcerária local. Com fundamento na Lei de Execução Penal, a sociedade civil organizada consegue realizar o controle social dos estabelecimentos prisionais, embora estes conselhos, na maioria das comarcas, não tinham sido implementados devido à inércia dos juízes da execução penal, aos quais cabe a sua instituição (Pastoral Carcerária, 2010, p. 17).

No interior do sistema de proteção aos direitos humanos, a Pastoral Carcerária trabalha a partir do mecanismo de monitoramento e fiscalização dos locais de privação de liberdade do Protocolo Facultativo à Convenção contra Tortura das Nações Unidas, e desde 2001 possui credenciais emitidas pelas Secretarias de Administração Penitenciária e de Segurança Pública, para o amplo acesso aos locais de privação de liberdade. Este Protocolo Facultativo determina que os mecanismos de monitoramento e fiscalização dos locais de privação de liberdade devem apresentar os seguintes requisitos, para que este trabalho seja realizado de forma efetiva: a) independência funcional; b) acesso irrestrito aos locais de detenção; c) acesso aos detentos para entrevista-los reservadamente; d) acesso à todas as informações sobre a população encarcerada; e) regularidade/periodicidade das visitas; f) os integrantes do mecanismo devem apresentar

---

[23] Esses objetivos foram extraídos de "Objetivos, Atividades e Missão" disponível em http://carceraria.org.br/objetivos-e-missao.

[24] A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º e no inciso VII, estabelece que: "é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva"; e na Resolução Nº 14, de 11 de novembro de 1994, documento mais conhecido como "Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil", no Capítulo XIII Da Assistência Religiosa e Moral, encontramos como um dos direitos da pessoa presa: Art. 43. A Assistência religiosa, com liberdade de culto, será permitida ao preso bem como a participação nos serviços organizados no estabelecimento prisional. Parágrafo Único – Deverá ser facilitada, nos estabelecimentos prisionais, a presença de representante religioso, com autorização para organizar serviços litúrgicos e fazer visita pastoral a adeptos de sua religião.

habilidades e conhecimentos profissionais relevantes à temática; e g) elaboração de relatórios e recomendações (Pastoral Carcerária, 2010, p. 20-21).

A organização exerce esse papel por meio de visitas semanais aos locais de privação de liberdade realizadas por seus colaboradores, envolvendo pessoas religiosas, cristãs leigas voluntárias e profissionais de diversas áreas que possuem amplo conhecimento das questões carcerárias e de direitos humanos. A frequência das visitas depende de vários fatores, mas ocorre pelo menos uma vez por semana, com o objetivo de construir um vínculo de maior proximidade com o cotidiano das instituições e como forma de assegurar que os maus tratos e as torturas, que deixam vestígios, não escapem aos olhos dos agentes pastorais ou que os internos não percam a disposição de denunciar. Se os agentes são arbitrariamente proibidos de entrar em alguma instituição, isso levanta a suspeita de que ali ocorreu maus tratos e torturas, e que a diretoria ou agentes de segurança estão tentando impedir que esses acontecimentos cheguem ao conhecimento da Pastoral Carcerária, e, posteriormente, essas suspeitas são investigadas e verificadas nas próximas visitas com os internos (Pastoral Carcerária, 2010).

E são essas visitas que possibilitam tornar públicas as violações de direitos e torturas no interior do sistema penal, por meio da elaboração de relatórios sobre as condições dos cárceres e denúncias à sociedade civil, ao poder público brasileiro e aos órgão internacionais de proteção de direitos.

> A Pastoral Carcerária tem buscado aperfeiçoar ao longo dos anos sua atuação e seu trabalho pastoral a partir de aprimoramentos, formação dos agentes de pastoral, recebimento e apuração de denúncias de tortura e maus-tratos, encaminhamentos das denúncias às autoridades responsáveis, acompanhamento dos casos e os desfechos destes nos âmbitos administrativo e judicial, participação em conferências de direitos humanos e de segurança pública, ampliação do diálogo com autoridades públicas, articulações com movimentos sociais e entidades de direitos humanos (Pastoral Carcerária, 2010, p. 28).

Com esta caracterização buscamos demonstrar o vasto conhecimento e a ampla experiência da Pastoral Carcerária, que a torna a principal referência em relação às questões do aprisionamento no Brasil, e que justificam o interesse em pesquisar os aspectos psicopolíticos desta participação política.

4. CAMINHOS, POSICIONAMENTOS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Nesta pesquisa, partimos da compreensão de que a construção nas Ciências Humanas não devem ser encaixadas nos moldes de cientificidade "neutra e apolítica" das Ciências Exatas e do positivismo moderno, que produzem a ilusão de que as pessoas que realizam pesquisas científicas estão descoladas da realidade de estudos, como se não fôssemos atravessadas pelo contexto histórico, social e político, assim como as pessoas que pesquisamos o são, ou como se não assumíssemos uma posição política em nosso fazer científico, mesmo que de forma inconsciente, que pode colaborar para manter ou transformar as condições sociais nas quais se desenvolve as pessoas pesquisadoras e pesquisas (Martín- Baró, 1998; Boaventura, 2002; Feyerabend, 2007).

A partir desse posicionamento, construímos o nosso marco teórico multidisciplinar na Psicologia Política Latino-Americana e brasileira, que compreende a importância do envolvimento e posicionamento político que pesquisadores devem assumir diante dos fenômenos pesquisados em determinado contexto social e político, visando a conscientização e a participação política para a mudança social (Martín-Baró, 1998; González-Suárez, 2008; Montero, 2009; Silva, 2012). Tecemos articulações entre a construção e desenvolvimento da Psicologia Política com o tema da criminalização e do aprisionamento, apontando os posicionamentos político-ideológicos (Almeida, 2003) das escassas pesquisas dedicadas ao tema neste campo brasileiro de estudos e a necessidade urgente de intervenção e mudança da realidade do encarceramento em massa de pessoas negras e pobres, que são historicamente oprimidas e exterminadas, desde a colonização do Brasil (Ávila, 2015).

Após esta contextualização histórica da construção do conhecimento psicopolítico e da realidade estudada, e em consonância com o posicionamento político anti-capitalista assumido nesse fazer científico, contextualizamos o interesse em pesquisar a participação política da Pastoral Carcerária na luta para a mudança social, que foi motivado por uma experiência empírica de criminalização e aprisionamento, por um olhar de quem esteve dentro da situação e da organização estudadas.

Feyerabend (2007) aponta a necessidade de um pluralismo metodológico ao levarmos em consideração que uma realidade social de estudo é complexa e, portanto, evoca procedimentos metodológicos complexos e diversos pontos de vistas teóricos para dar conta do recorte feito pelo pesquisador, mas sem perder de vista a vinculação do recorte com o todo social e com outras possibilidades de abordagem e interpretação.

Nessa perspectiva de ciências humanas, o saber popular e a oralidade adquirem uma função política, à medida que o paradigma moderno silencia as vozes populares, negando a sua possibilidade de produzir conhecimento legítimo (Feyerabend, 2007; Meihy e Holanda, 2007), por não estarem nos cânones do que se convencionou chamar de cientificidade, e que confere a chancela da qualidade do científico, o que Boaventura (2002) caracteriza como processo de dogmatização do científico como portador da verdade absoluta. E isso é corroborado pela concepção de Feyerabend (2007) de se levar em consideração saberes não disciplinarizados, como a experiência concreta, que podem contribuir para novas possibilidades de interpretação do fenômeno estudado.

Desta forma, para pesquisar a participação política da Pastoral Carcerária, como uma organização da sociedade civil que, desde a década de 1980, atua no monitoramento e fiscalização do sistema prisional, na defesa e promoção de políticas públicas de respeito e garantia dos Direitos Humanos nos cárceres, acreditamos que as experiências narradas pelas pessoas que estão cotidianamente nessa luta devem ser a principal fonte de informação.

Nesta pesquisa qualitativa privilegiamos a oralidade com a profundidade em entrevistas realizadas com as pessoas que compõem a organização, e elaboramos um roteiro semi-estruturado tendo em vista acessar os processos de conscientização e participação política, orientado pelas dimensões de análise das consciências políticas, propostas por Sandoval (1994a; 2001), em relação a realidade social de criminalização e aprisionamento no Brasil. Para a construção desse roteiro foi necessário a definição de objetivos à serem alcançados nas entrevistas:

1) Investigar a história da Pastoral Carcerária como um coletivo organizado e sua trajetória de participação política desde a década de 1980;

2) Investigar experiências de ações individuais e coletivas no trabalho direto com pessoas aprisionadas e egressas do sistema penitenciário;

3) Investigar percepções do sistema político e em relação às questões da criminalização, do aprisionamento e das políticas reabilitadoras.

A partir desses objetivos de investigação foram elaboradas perguntas abertas que acessassem os aspectos psicopolíticos da participação política individual e coletiva (Anexo I), levando em consideração os seguintes tópicos:

- Formas e estratégias de participação política políticas de ações da organização;
- Relações entre membros da organização; entre membros da organização e a comunidade que é foco de sua atuação (as pessoas criminalizadas e aprisionadas); entre a organização e a sociedade em geral, assim como relações com outras organizações, movimentos sociais e o poder público;
- Percepções sobre o sistema político vigente e das condições das maioria populares;
- Posicionamento em relação aos temas da criminalização e aprisionamento no Brasil.

Com o roteiro de entrevista definido, entramos em contato com a organização e agendamos uma reunião para a apresentação do projeto de pesquisa e para o levantamento de informações necessárias ao planejamento dos processos de pesquisa de campo.

Os escritórios nacional e estadual estão próximos um do outro na região central da cidade de São Paulo. A Pastoral Carcerária Nacional está situada em uma sala comercial na Praça Clovis Bevilácqua, 351, conjunto 501, e concentra as atividades administrativas de todo território nacional. A Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo ocupa duas salas comerciais em um prédio situado na Rua da Consolação, 21, 8º e 9º andares, e concentra atividades como atendimento ao público, orientação jurídica, assistência social, reuniões das frentes de trabalho, entre outras atividades.

Assim, essa reunião foi realizada no escritório da Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo, com o coordenador nacional e o coordenador estadual[25], e verificou-se que na organização trabalham 13 pessoas contratadas, sendo elas:

- Pastoral Carcerária Nacional: 1 coordenador, 1 administradora, 1 advogado e 1 secretária executiva;

[25] Acreditamos que os gestores dos respectivos escritórios, que já estão há muito tempo na organização, seriam as pessoas mais apropriadas para fazermos essa primeira visita de campo e as que melhor poderiam nos fornecer as informações sobre os recursos humanos.

- Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo: 1 coordenador estadual, 1 advogado, 1 secretário executivo, 2 secretárias estagiárias e 4 estagiários em Direito (estudantes bolsistas da PUC-SP).

A organização também conta com cerca de 6.000 pessoas voluntárias cadastradas no território nacional, sendo elas religiosas e leigas (pessoas cristãs ou não, com ou sem formação profissional especializada), que passaram por formação de pastoral carcerária e possuem credenciais como membros da organização junto à Administração Penitenciária para visitar os locais de encarceramento. Destas, 950 estão cadastradas no estado de São Paulo, sendo que 125 atuam na capital. Segundo informações do coordenador estadual, destas últimas, apenas 60 voluntárias atuam com mais frequência na organização em visitas às prisões.

A partir dessa informações, e visto a condição de participação esporádica de agentes voluntários e a alta rotatividade estagiários, definimos os critérios para identificarmos as pessoas que seriam entrevistadas: a) atuar diretamente no escritório nacional com sede em São Paulo; b) atuar diretamente no escritório estadual de São Paulo; c) aqueles que possuem contrato de trabalho na organização e/ou trabalham formalmente para a Arquidiocese de São Paulo, e que, assim, constituem-se como lideranças e determinam a formação e as diretrizes de atuação dos demais; d) envolvimento direto com ações de participação política nas frentes de trabalho, tanto com pessoas aprisionadas quanto egressas do sistema penitenciário, e no trabalho em rede com movimentos sociais.

Após a identificação de 6 pessoas que preenchiam estes critérios, enviamos convites para que elas participassem como colaboradoras nesta pesquisa. Visto o número reduzido de pessoas que atuam na organização, isto é, levando em consideração o tamanho do sistema prisional (1.424 unidades prisionais no Brasil; 162 unidades no estado de São Paulo[26]), tivemos dificuldades para agendarmos datas e horários para as entrevistas, já que elas estão na linha de frente do trabalho na organização, como nos trabalhos de visitas aos locais de encarceramento de todo o estado de São Paulo e também do Brasil, ou reuniões com o Poder Público e outras organizações da sociedade civil com quais atuam em articulação nos movimentos sociais. E

[26] De acordo com o Relatório do Departamento Penitenciário Nacional de junho de 2014.

dessas pessoas identificadas, foram entrevistadas 3 pessoas: o coordenador nacional; o coordenador estadual; e o advogado estadual[27].

Os encontros ocorreram na Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo e utilizamos a sua sala de reuniões para as entrevistas. Foi entregue e lida com as pessoas colaboradas a Carta de Apresentação da Pesquisa e Termo de Consentimento Informado (Anexo II). Apresentado o projeto de pesquisa e explicados os procedimentos éticos adotados com os seus resultados, as pessoas entrevistadas optaram por serem identificadas pelos seus nomes reais.

Como procedimento ético de condução de entrevistas e de produção colaborativa de um documento de histórias não oficiais, adotamos os pressupostos da História Oral Temática[28] (Meihy e Holanda, 2007) para construirmos a trajetória de participação política com as vozes das pessoas que compõem a organização.

Para Meihy e Holanda (2007), a história oral é uma forma de pensar a sociedade contemporânea e estudar a memória coletiva, a construção da identidade e da consciência comunitária, o comportamento de uma cultura, as percepções da vida social, versões diferentes da história oficial, ou ainda para pesquisar situações em que não houve registros ou só permitiu um tipo de registro de determinada história.

Os autores conceituam a História Oral como um conjunto de procedimentos para a análise do social, que se utiliza da mediação de recursos eletrônicos modernos para gravar diálogos sobre as percepções da vida social, que posteriormente serão materializados em

---

[27] Agendamos as entrevistas com os coordenadores na primeira visita ao campo, visto que eles são relevantes fontes de informação sobre a organização. Primeiro, porque estão há muitos anos na gestão dos processos de trabalho e no embate direto com o poder público. E em segundo lugar, porque eles, na condição de gestores, são os responsáveis pelos processos de formação religiosa e político-ideológica dos demais membros da organização. Primeiro entrevistamos o coordenador estadual e a entrevista do coordenador nacional foi reagendada. Depois de entrevistar o coordenador estadual, o advogado estadual foi a pessoa seguinte que entrevistamos, e ele quem coordena o trabalho dos estagiários em Direito e representa as experiências e olhar sobre as questões jurídicas do estado de São Paulo, aquele que mais encarcera pessoas no Brasil. E depois que entrevistamos o coordenador nacional, com vasta experiência e conhecimento sobre o campo de atuação, chegamos à conclusão de que já tínhamos material e informações suficientes para responder aos objetivos propostos. Conforme veremos nas análises das entrevistas, e devido ao fato da organização contar com poucos recursos humanos, essas três pessoas atuam em diversas frentes de trabalho, estando elas na linha de frente da formação das demais pessoas, no trabalho dentro das prisões, no contato com familiares de pessoas presas e com as egressas do sistema, e também nas ações de participação política, como na interlocução com outras organizações e movimentos sociais, e no embate direto com o poder público.

[28] História Oral não deve ser compreendida apenas como "história de vida", esta é somente uma de suas modalidades. A modalidade que utilizaremos nesta pesquisa é a "história oral temática", ou seja, que exige um recorte de um tema específico e diálogos entre as narrativas de uma série de entrevistas, assim como diálogos das narrativas com possíveis documentos citados nas entrevistas. Além disso a compreendemos como um conjunto de procedimentos éticos de condução e de transcrição de entrevistas, no qual as pessoas não são objetos de pesquisa, e sim colaboradoras com fontes orais na produção de documentos e de conhecimentos.

documentos escritos e se tornarão, nas palavras dos autores, "suporte material derivado de linguagem verbal" (Meihy e Holanda, 2007, p. 14). E ela pode ser compreendida de diferentes formas: como uma ferramenta, como uma técnica, como um método, como uma forma de saber, ou ainda como uma disciplina.

Na presente pesquisa, ela foi utilizada em seu gênero "história oral temática", ou seja, como uma ferramenta de condução de entrevistas ou uma forma dialógica de discussão para investigar uma experiência específica da história de vida, por meio de um roteiro semi-estruturado que estabelece critérios de abordagem de temas, e como um método para a transformação de fontes orais em documentos escritos, e posteriores diálogos entre as vozes, documentos emanados das entrevistas e para os processos analíticos (Meihy e Holanda, 2007).

Como uma "história oral politicamente atuante", as entrevistas e os documentos gerados das gravações são considerados em suas potencialidades analíticas, que devem apontar para o "objetivo primordial de ser formuladora de argumentos políticos" e com a "intenção de gerar atitudes políticas" (Meihy e Holanda, 2007, p. 79).

As entrevistas temáticas foram gravadas em áudio e em formato digital, com duração de pouco mais de uma hora cada, totalizando 3 horas e 53 minutos de gravação, sendo que o trabalho de transcrição das entrevistas durou uma média de 10 horas para cada hora de gravação, resultando em 53 páginas de entrevistas transcritas literalmente ao que foi narrado.

Primeiramente as entrevistas foram transcritas de forma fiel ao que foi dito, ou seja, mantendo as palavras em estado bruto, com repetições, "erros" gramaticais, esquecimentos e etc. Depois as entrevistas passaram por um processo de textualização para tornar os textos mais fluidos, mas mantendo-os de forma mais literal possível[29], para serem utilizados parcial ou integralmente no texto da dissertação. Estes textos transliterados foram enviados às pessoas entrevistadas para serem conferidos e aprovados para a sua utilização integral ou parcial. Todos

[29] Os procedimentos de transcrição de entrevistas em História Oral compreende 3 etapas: 1) transcrição absoluta e fiel das gravações, com repetições, "erros", esquecimentos, sons ou situações que interferiram no momento da entrevista; 2) textualização da narrativa, corrigindo erros, retirando as interferências ambientais, tornando o texto mais fluido, e acrescentando uma "frase guia" como título, que traduz a essência do que foi dito e indicará o que poderá ou não ser eliminado; 3) edição final, eliminando tudo aquilo que foi indicado pela frase guia e deixando o texto ainda mais fluido. Como nesta pesquisa não estamos utilizando a modalidade "história de vida", nos moldes da História Oral como campo disciplinar, acreditamos que não havia a necessidade de executarmos a terceira etapa, visto que os recortes próprios dos nossos procedimentos de análises das consciências políticas já compreendem a seleção de trechos das narrativas que respondem aos objetivos propostos e que justificam a utilização de entrevistas. Além disso, como o nosso objetivo nas entrevistas é alcançar as dimensões da consciência política, que envolve a Análise de Discurso, interessa-nos tudo o que foi dito e na forma como foi dito, para o momento em que faremos nossas análises. E, desta forma, acreditamos que o processo de edição final pode interferir nas análises, omitindo informações relevantes.

os textos foram aprovados integralmente pelas pessoas entrevistadas para serem utilizados nessa pesquisa.

Para as análises dos documentos gerados pelas entrevistas, partimos dos pressupostos da Análise de Discurso, ou seja, compreendemos que o discurso está sempre inserido em um contexto específico que é atravessado pela história, pela cultura, pelo sistema político, relações de poder de dominação e de resistência (Orlandi, 2010).

Desta forma, o referencial nos possibilitou pensar o discurso como um objeto sócio-histórico, "em uma proposta em que o político e o simbólico se confrontam" (Orlandi, 2010, p. 16), e para compreendermos a materialização da linguagem na ideologia e a manifestação da ideologia na língua, de forma a permitir a análise de unidades que estão além da frase, estando em questão não "o que", mas "como" um texto/ uma frase significa:

> a) a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Lingüística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem); b) a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos); c) o sujeito da linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas afetam. Isso redunda em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia (Orlandi, 2010, p. 19-20).

A Análise do Discurso constitui-se como um dispositivo interpretativo que supõe o diálogo com um dispositivo analítico, que diz respeito a formulação de questões que desencadeiam as análises e a mobilização de conceitos, e que é construído a partir da formação, campo de estudos e práticas de interpretação da pessoa que analisa os discursos. Isto permite múltiplas maneiras de exploração do simbólico em relação ao discurso, significando esta relação com articulações teóricas e conceituais para uma análise específica e personalizada:

> Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria [...]. Uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais (Orlandi, 2010, p. 27).

Desta forma, o nosso dispositivo analítico-interpretativo dos discursos foi aquele construído no primeiro capítulo, no qual tecemos relações entre o campo de estudos multidisciplinares da Psicologia Política e o tema da criminalização e aprisionamento. E, dado o foco da pesquisa, utilizamos as dimensões da consciência política proposta por Sandoval

(1994a; 2001) para compreendermos os aspectos psicopolíticos da participação política da Pastoral Carcerária.

Descritos os caminhos, posicionamentos e procedimentos de pesquisa, seguiremos para os resultados do trabalho de campo, com as análises e interpretações das entrevistas realizadas.

5. VOZES DA PATORAL CARCERÁRIA

No primeiro capítulo apresentamos nossas bases teóricas e nosso posicionamento político-ideológico-científico; no segundo capítulo trouxemos uma visão dos processos de atuação da organização a partir de uma experiência empírica de trabalho na Pastoral Carcerária; no terceiro capítulo buscamos uma caracterização dessa atuação a partir do sistema internacional de proteção de Direitos Humanos; e no quarto capítulo descrevemos os procedimentos de pesquisa e de análises das entrevistas.

Agora chegou o momento de conhecermos essa atuação a partir das vozes das pessoas que são as protagonistas dessas ações e de compreendermos os aspectos psicopolíticos envolvidos nessa participação política.

Mas antes de seguirmos para as análises psicopolíticas das narrativas, apresentamos as três pessoas que participaram como colaboradoras nesta pesquisa, na ordem em que foram entrevistadas:

> Eu sou Deyvid Livrini, tenho 34 anos, sou o atual coordenador da Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo, Regional Sul da CNBB. Mas estou na Pastoral Carcerária desde janeiro de 2005, prestes a completar 10 anos. [...] Entrei em janeiro de 2005. Em 2006 eu assumi a Secretaria da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de São Paulo. Em 2007, formalmente fui contratado pela Arquidiocese, antes eu era contratado pela SAAC, que é o braço jurídico da Pastoral Carcerária. Em 2007 fiz essa transferência pra Mitra, porque eu era o secretário arquidiocesano. Em meados de 2007, também em eleição, assumi a Secretaria Estadual da Pastoral Carcerária, então acumulei as duas funções. Em 2009 fui reeleito secretário executivo estadual, e secretário arquidiocesano fui mantido até hoje, porque sou funcionário da Arquidiocese. Em 2011, para a minha grata surpresa, e com muitas ressalvas, com muito medo mesmo, assumi a Coordenação Estadual da Pastoral Carcerária. Fui reeleito em 2013 e ocupo o cargo até hoje. E tenho esse mandato até abril de 2015 [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014)
>
> Meu nome é Francisco de Barros Crozera, tenho 32 anos e sou advogado da Pastoral Carcerária do estadual. Comecei a trabalhar como advogado em outubro, agora de 2014, mas já estagiei aqui em 2010, 2011. Depois trabalhei um pouco como voluntário. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014)
>
> Meu nome é Padre Valdir João Silveira, tenho 62 anos e ocupo a atualmente dois cargos: o de coordenador de pastoral carcerária aqui da Arquidiocese de São Paulo, e o cargo também de coordenador nacional da Pastoral Carcerária, pela CNBB. Estou na Pastoral Carcerária há muito anos, mas de forma, assim, mais direta, trabalhando assiduamente, aproximadamente uns 25 anos. Como já dito, na coordenação nacional fui duas vezes vice, 8 anos, e agora estou no segundo mandato, também na coordenação nacional. Ao total vai dar uns 16 anos no trabalho também de coordenação nacional da Pastoral Carcerária. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015)

Como pode-se observar, o tempo de experiência dos entrevistados nos processos de trabalho na organização é significativo, representando três gerações de processos de trabalho: Francisco está na organização há 4 anos, Deyvid está há 10 anos e o Padre Valdir há 25 anos, sendo que 16 anos foram em cargos de coordenação. Desta forma, temos gerações que entram na organização em momentos distintos, tanto em relação ao desenvolvimento da organização, quanto em relação ao contexto sócio-político brasileiro.

Pe. Valdir é um dos atores políticos mais antigos[30] na Pastoral Carcerária e ocupa uma posição de liderança religiosa e política, ao estar há muitos anos nas funções de coordenação do serviço pastoral carcerário na Arquidiocese de São Paulo e no Brasil pela CNBB. E isso quer dizer que ele é uma das principais pessoas responsáveis tanto pela formação pastoral, quanto pela formação político-ideológica da organização.

E podemos compreender que o Pe. Valdir, com 62 anos, desenvolveu-se em sua juventude no contexto do período ditatorial e vivenciou os processos de abertura para transição democrática em sua vida adulta. Ele realiza atividades pastorais carcerárias há muito mais tempo que este informado na apresentação, como veremos mais adiante em suas motivações para participar, mas relata que começou à atuar de forma mais constante há aproximadamente 25 anos, ou seja, por volta de 1989. E, como vimos anteriormente, este é um relevante período da transição para a abertura democrática, de grande efervescência na sociedade e no qual são incorporados importantes tratados de Direitos Humanos na legislação brasileira, por meio do marco constitucional de 1988. Além disso, observa-se que Pe. Valdir começa a participar entre o período em que se formaliza a organização na Arquidiocese de São Paulo em 1986 e que a leva à se tornar um serviço organizado da CNBB em 1996 em todo Brasil.

Outro fator que nos chama atenção é em relação aos processos de trabalho que os entrevistados assumem na organização. Nos relatos fica evidente que, pelo fato da Pastoral Carcerária contar com poucos recursos humanos em relação ao tamanho de seu campo de atuação, estas pessoas acumulam muitas atividades e estão sobrecarregadas de trabalho. Quando perguntado quais são suas atribuições e frentes de trabalho assumidas, respondem:

> Eu tenho atualmente a função mais de coordenação, de Arquidiocese nacional, então eu também celebro missas, sacramentos, mas o meu tempo maior é voltado para verificar a realidade prisional, um olhar mais analítico e crítico. Então faço muitas visitas de inspeção. E, dessas visitas, a gente sempre pega o resultado pra cobrar das autoridades. Então, como coordenador nacional, o que eu mais faço realmente é

[30] As pessoas envolvidas diretamente na fundação da organização já faleceram, não estão mais no Brasil, ou não estão mais na organização.

aquela visita do olhar e do direito da pessoa. Então, das visitas sempre surgem relatórios, em seguida reunião com as autoridades locais, Defensoria Pública, promotor, juiz, secretário do sistema prisional e o de segurança pública também. Então, todo estado que eu visito, além de fazer as reuniões também com a Pastoral local, como a Igreja local, com o bispo local, a gente faz também com a parte administrativa e jurídica do Estado. E dessas visitas que depois surge o nosso material, e depois denúncias internacionais, quando isso não vai para frente. Visita ao presídio, o que que é? Eu corro a unidade toda, celas, alas, castigo, seguro, enfermaria, falo com os funcionários e falo com a direção, com os técnicos também. Ver também a questão da enfermaria como é que está, a assistência social... esse olhar da unidade. Então hoje o meu trabalho é em cima disso e depois cobrar [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015)

Muitas coisas... [risos]. Olha, as principais funções: primeiro, gerenciar o Escritório Estadual da Pastoral Carcerária, toda a parte econômica, administrativa está sobre a minha responsabilidade. Claro que eu não faço isso sozinho, temos um secretário executivo, que é o senhor Adolfo Eliose. Temos assessores estaduais que também me auxiliam nessa questão econômica e administrativa, mesmo porque é de praxe na igreja que, até pra me preservar, não é bom que uma pessoa só assuma essas questões, até pra que tenha transparência e legitimidade [...]. Claro que a função principal é animar e acompanhar os trabalhos de todas as dioceses do estado. Hoje nós estamos em 37 dioceses, das 46 que existem no estado. Já visitei a maioria dessas dioceses, e nossas visitas se constituem, além da visita ao cárcere, para acompanhar como está o trabalho no cárcere e a vida dos presos, também para reuniões de formação naquela determinada diocese. E claro, ajudar nas coordenações diocesanas e regionais nesse trabalho no cárcere. E, claro, tem a questão de falar pela Pastoral Carcerária em nível estadual, interagir com as autoridades da igreja e com as autoridades civis também. Então, eu costumo dizer e brincar que aqui é a "Pastoral da Reunião". Sempre eu tenho, e os outros membros da coordenação, a gente tem reunião com inúmeras instituições. Emitindo parecer em situações de conflito, embora, graças a Deus, hoje isso é muito menor, até pelo fato da Pastoral ter construído um regimento interno, isso ajudou a ter mais clareza nas deliberações, nas resoluções [...]. E claro, visitar os cárceres, esse é o principal objetivo. Visitar e cobrar as autoridades, quando nós identificamos a omissão de serviços básicos que devem ser prestados aos presos e a violação dos direitos. Mas assim, o que eu posso te dizer é muito interessante: as pessoas me perguntam o que me desgasta mais, e todo mundo pensa que é a visita ao presídio. E não é. O que me desgasta mais é a parte administrativa, é a parte interna. Isso, realmente, em alguns momentos é muito complicado. Mas a minha formação é administrativa, né, se eu estivesse em outro local seria da mesma maneira. Essa parte realmente gasta muito nosso tempo e nos desgasta muito mais do que as atividades pastorais em si. (Deyvid Livrini, 02/12/2014)

Olha, sempre tenho um pouco de dificuldade de explicar o que faço, porque o que eu faço é bem variado. Eu acho que tem desde a questão d'eu estar aqui [...], dando um apoio estrutural para o escritório da Pastoral Carcerária de São Paulo, se precisar de alguma coisa urgente, se eu estou aí pra ajudar... até a questão de trabalhar com os presos, etc. Então, eu dou um apoio jurídico pro escritório, e para os agentes da Pastoral Carcerária, eventualmente com problemas administrativos em relação à visita. Eu atuo na orientação dos familiares, que às vezes procuram a Pastoral, seja por e-mail, seja por telefone, seja pessoalmente. Oriento eles, esclareço, tiro dúvidas, encaminho geralmente para os órgãos competentes para atuar na assistência jurídica, que nem a Defensoria Pública, por exemplo. E também a Pastoral tem o trabalho com denúncias. A gente recebe denúncias, também por esses meios de comunicação, ou pelo próprios agentes quando fazem visita. Então às vezes tem denúncias de maus tratos, torturas, ou tem problemas no convívio do dia-a-dia do presídio, às vezes problemas estruturais mesmo. Por exemplo, a gente foi outro dia na Vila Independência e, [...] em uma das celas, os presos reclamavam que estavam há um mês sem privada. Então a gente entra em contato com a unidade, cobra [...], a gente encaminha as denúncias para os órgãos que recebem o público, ou às vezes a gente tenta fazer isso por meio da Defensoria Pública [...], e faz o acompanhamento desses

> casos, que são casos de tortura, maus tratos [...]. Ah, e tem o trabalho também que esqueci e que é bem importante, que é de trabalho político da Pastoral com as outras entidades da sociedade civil. Então a gente sempre articula as pautas com outras entidades [...]. Tem esse trabalho também que é de movimento social mesmo, você trabalhar em rede com outras organizações. E tem o trabalho também de acompanhamento das políticas públicas voltadas para o cárcere, a questão da educação, da saúde, da assistência social. Tem [...] o acompanhamento também do legislativo, projetos de lei que estejam diretamente relacionados com a questão do sistema carcerário, a questão do preso [...]. Também sempre estar debatendo essas questões, fazer pesquisa sobre isso também. Tem bastante coisa que a gente faz aqui na Pastoral... Às vezes, falta um pouco de foco também... Não sei se falta foco, ou se falta perna, né. É que a gente quer abraçar o mundo, são muitas coisas que aparecem pra fazer. Quer dizer, o sistema carcerário é um sistema problemático, é intrínseco [...], então não faltam problemas, ainda mais com esse processo de encarceramento em massa que a gente tem, que a gente vive [...]. São desde as políticas públicas até a questão da tortura, até a questão dos problemas estruturais, o problema dos egresso, por exemplo, já não estão dentro do sistema, que são as pessoas que acabam de sair [...]. Então, aí aparece sempre pessoas procurando a Pastoral, ou outros movimentos sociais procurando apoio. Então a gente vai abraçando as causas. Mas, às vezes, a gente tem que falar não também, a gente tem que ter um foco aí, senão a gente vai querer abraçar tudo e não vai conseguir fazer nada direito. Então a dificuldade é um pouco de perna e de foco. Às vezes a gente não quer abrir mão de uma luta, mas teria que focar mais em objetivos, priorizar alguns objetivos, talvez. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014)

A partir destes relatos, observa-se que estas três pessoas dedicam-se à diversas frentes de trabalhos: formação pastoral dos agentes voluntários; formação jurídica dos estagiários; trabalho administrativo e jurídico; acompanhamento do trabalho das dioceses do estado de São Paulo e também dos demais estados brasileiros (no caso do Pe. Valdir); trabalho de campo 1) no monitoramento dos locais de privação de liberdade (162 unidades em São Paulo, e 1.420 no Brasil); 2) na assistência religiosa; 3) de orientação jurídica às pessoas que estão presas; 4) no próprio escritório estadual no atendimento às pessoas egressas do sistema ou familiares de pessoas que estão presas; interlocução com outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais nacionais e internacionais; produção de relatórios e documentos sobre a realidade carcerária; e ações de participação política no confronto direto com órgãos e instâncias do poder público.

O envolvimento e a experiência dessas pessoas em praticamente todas as frentes de trabalhos da Pastoral Carcerária, considerando as atuações das três pessoas juntas, evidencia o vasto conhecimento que elas possuem dessa realidade e dos processos organizativos e participativos.

Outros elementos aparecem em relação a esta sobrecarga de trabalho, mas aprofundaremos essa discussão mais adiante, quando entrarmos na análise da dimensão *Vontade de Agir Coletivamente*.

Mas antes de entrarmos nas análises das dimensões da consciência política proposta por Sandoval (1994a; 2001), acreditamos que é importante trazermos o elemento histórico da participação política da Pastoral Carcerária que aparece no conjunto das entrevistas, por meio da construção da memória política[31] (Ansara, 2008) que foi transmitida entre as gerações que atuaram e atuam na organização, já que as pessoas que foram entrevistadas não participaram dos processos de sua fundação formal ou de todo processo histórico que antecedeu o reconhecimento das autoridades da hierarquia da Igreja na década de 1980.

5.1. História de participação política da Pastoral Carcerária

No caso da Pastoral Carcerária, e no contato com o conjunto dos documentos gerados pelas entrevistas, acreditamos que não há como iniciarmos as análises das dimensões das consciências políticas sem antes abordarmos a história da organização e a memória política que atravessa essa trajetória de participação e que foi narrada pelos entrevistados.

Considerando o conjunto dos documentos gerados pelas transcrições das entrevistas, observamos que uma memória de participação política aparece na narrativa dos entrevistados mais jovens em idade e em participação. Quando foi perguntado o que sabiam sobre o surgimento da Pastoral Carcerária, tanto Deyvid quanto Francisco, narraram histórias semelhantes, apontando marcos históricos da organização de um passado que não vivenciaram, e que dialogam com a narrativa de Pe. Valdir.

Desta forma, organizamos as narrativas promovendo diálogos que constroem a história e a trajetória de participação política da Pastoral Carcerária. Como dito anteriormente, o Pe. Valdir possui muitos anos de experiência de trabalho pastoral no cárcere e na participação política da organização. E isso torna a sua narrativa mais cheia de detalhes sobre a história da Pastoral Carcerária e é a que mais aparecerá neste momento das análises.

---

[31] Soraia Ansara (2008) articula referenciais teóricos da Psicologia Social da memória coletiva e das Psicologias Políticas latino-americana e brasileira da consciência política, para desenvolver o conceito de memória política. A autora afirma que toda memória política é coletiva, mas que nem toda memória coletiva é política. Isto é, nem toda memória coletiva é consciente dos processos históricos, sociais e políticos em que está inserida. E que uma memória coletiva se converte em memória política quando o processo de reconstrução dos fatos passados contados por outras pessoas, a partir das representações coletivas do grupo e da sociedade ressiginificadas no presente, é capaz de motivar uma reflexão sobre a própria condição e de outras pessoas na sociedade, e principalmente por potencializar pessoas para as ações coletivas comprometidas com a transformação social. Desta forma, a memória política é aquela que forma atores políticos, que permite romper com as estruturas alienantes do cotidiano e lançam as pessoas para estratégias de resistência e de luta política na esfera pública.

Embora a formalização da Pastoral Carcerária tenha ocorrido na década de 1980 em São Paulo e na década de 1990 em todo Brasil pela CNBB, os entrevistados remetem o surgimento dessas ações da organização a um passado mais distante, e trazem aspectos fundamentais para compreendermos o seu processo de desenvolvimento.

O primeiro deles é em relação à sua origem em práticas religiosas orientadas pela bíblia e como uma formação cristã, que aparecem nas narrativas tanto desde uma perspectiva assistencialista inserida no binômio caridade-penitência de um cristianismo mais conservador, quanto a partir dos pressupostos da Teologia da Libertação e seu compromisso social com a liberdade dos povos oprimidos:

> Bom... segundo o Valdir, a Pastoral Carcerária existe desde os tempos de Cristo. Então, a ideia do cristão que ia visitar a pessoa que era perseguida, que era presa, que se encontrava nos presídios se confunde um pouco com a história do catolicismo. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014)

> A Pastoral começa com o próprio cristianismo e com o próprio evangelho. Na bíblia existem inúmeras passagens em que Jesus ou os apóstolos pedem que os cristão visitem as pessoas que estão encarceradas [...]. Historicamente, os primeiros grupos organizados de que se tem notícia que realizavam pastoral carcerária datam do século XII ou XIII da Idade Média. Inclusive, nos tempos litúrgicos principais da Igreja, como Quaresma, Páscoa ou Natal, era considerado obra de caridade, obra de penitencia, visitar os encarcerados [...]. Eu vejo contribuição de vários movimentos da igreja, mas, evidente, principalmente na corrente das pastorais sociais, ligadas à Teologia da Libertação. Isso, evidentemente, é muito forte na Pastoral Carcerária. Essa teologia que a Igreja principalmente na América Latina abraçou [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014)

> A Pastoral Carcerária é uma ação da Igreja Católica. A Igreja Católica sempre teve essa ação, desde o seu início. Você já pode verificar isso na bíblia, lá em Matheus 25, que já é uma condição da obra do cristão visitar os encarcerados [...]. Entendemos, primeiro, o presídio é lugar de castigo, é lugar de punição, é lugar de vingança. Então, prisão não combina com cristão. É contra os planos de Deus! Deus é pai e Deus liberta. Deus vem pra libertar. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015)

As atividades pastorais carcerárias foram se desenvolvendo ao longo do tempo de forma difusa entre as pessoas católicas que eram vinculadas às obras sociais da Igreja, sem uma linha de atuação ou estratégias de ações coletivas definidas. E, segundo os entrevistados, começaram a se estruturar como ações coletivas de participação política a partir de meados século XX:

> De forma mais estruturada aqui no Brasil, ouvi falar que começou mais ou menos nos anos 80. Talvez um pouco antes [...]. O trabalho mais focado mesmo, que antes era um pouco disperso, talvez de forma mais organizada, a partir dos anos 80 [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014)

> Pelo o que eu sei, e algumas pessoas podem até explicar mais detalhadamente... veja você: aqui no nosso estado, embora a CNBB tenha reconhecido em 1986, nós temos

> relatos na década de 20 ou 30 do século XX, que já existiam congregações religiosas femininas que visitavam o presídio [...]. Mas eu acho que, nos marcos da Pastoral Carcerária, na década de 70 começou-se a ter esse sentimento de uniformizar o trabalho. (Deyvid Livrini, 02/12/2014)

> Então, aqui no Brasil, nos moldes, especial em São Paulo, nós estamos em detenções e presídios há muitos anos, sempre tivemos pessoas trabalhando, religiosos do carisma, [...] como as Irmãs do Bom Pastor, os Padres Oblatos Maria Imaculada, tem umas outras ordens religiosas, como até mesmo os Jesuítas [...]. Antes de começarmos a organização, já existiam essas ordens religiosas para trabalhar com os presos. E a diferença é que essas ordens religiosas moravam dentro do presídio. Então nós, hoje, que fazemos pastoral, vamos lá e voltamos [...]. Então, nós pegamos já este espaço aberto [...], aí tentamos organizar isso [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015)

Conforme vimos anteriormente, o século XX na América Latina é marcado por contextos ditatoriais que influenciaram o desenvolvimento de uma Teologia da Libertação latino-americana com bases marxistas, envolvida com os movimentos sociais de resistência, comprometida com as maiorias populares e com a mudança social (Martín-Baró, 1998; Suárez-González, 2008; Silva, 2012).

Segundo Alberto Moreira (2014), a Teologia da Libertação (TdL) deve ser compreendida como um movimento social-político-religioso e como produções teológicas sistematizadas e enraizadas na história e contexto sociocultural no qual se desenvolve, manifestando-se "como crítica social e prática política contra formas institucionalizadas de opressão e violência" e que "choca-se contra o projeto conservador e despolitizador do cristianismo, que o reduz à satisfação das necessidades subjetivas individuais" (p. 13). Ela pode ser tanto católica quanto protestante, manifestando-se em diversas correntes contextuais e, desta forma, o mais correto seria falar em Teologias da Libertação, no plural.

O autor afirma que a emergência da corrente latino-americana da Teologia da Libertação[32], "ligada a um ideário de protesto, defensora de mudanças radicais e criadora de instâncias participativas, como pastorais sociais e Comunidades de Base" (Moreira, 2014, p.14), possui a sua *fase preparatória* ainda dependente dos paradigmas da teologia europeia tradicional, e que essas pré-condições que possibilitaram a articulação continental do movimento da TdL entre a Europa, a América Latina e o Brasil tem suas origens entre os anos de 1950 e 1960. E essas pré-condições incluem a formação acadêmica crítica de padres, de teólogos e cientistas sociais latino-americanos em uma perspectiva crítica, a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e das Juventudes Católicas Operária e Universitária

[32] Segundo o autor, a Teologia da Libertação latino-americana nasce "internacional, interdisciplinar e ecumênica" (p. 17), no intercâmbio entre católicos e protestantes, e com a participação de pessoas leigas sem uma religião definida, principalmente a partir de 1970.

(JUC e JOC), a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1952, do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) em 1955, e da Conferência Latino-Americana de Religiosos (CLAR) em 1958, entre outras.

E é à esta fase preparatória do movimento da TdL que Pe. Valdir remete o surgimento da pastoral carcerária como uma organização de setores da Igreja Católica politizados e com diretrizes de ações mais definidas, tendo como marco importante o momento em que a Igreja formaliza os serviços das pastorais sociais e seus desdobramentos no Brasil:

> Agora, como organização pastoral carcerária, ela teve início em 1950. Foi a primeira reunião em Roma, pelo cardeal que mais tarde se tornou o Papa Paulo VI, que convocou a igreja para discutir a assistência aos presos [...]. Quando o cardeal chama pra essa conferência, o que mais chamava a atenção na época era a violência, as mortes, as torturas nos presídios, as condições às quais eram submetidas as pessoas em algumas partes do mundo. Então era um caso realmente, porque ainda temos várias partes do mundo que tem prisão de morte, prisões perpétuas, aonde temos presos que ficam acorrentados na cela o tempo todo, outros com bola de ferro, carregando nos pés. Até hoje temos relatos, temos isso ainda, essa situação de maus tratos, condições em que vive a situação prisional no mundo. Quer dizer, pouca coisa melhorou de lá pra cá também [...]. Porém, essa discussão começou nessa data, mas vai se estruturar a partir do Concilio Vaticano II, 1965, quando a igreja assume essa organização, não só com a pastoral carcerária, mas cria as chamadas pastorais sociais [...]. O que é esse Concílio Vaticano II? O Papa chama os bispos do mundo todo para discutir os problemas da Igreja e do mundo. E dalí sai toda uma orientação, chamado Compêndio do Vaticano II. Entra o livro próprio pra Igreja, foi chamado *Gaudium et Spes*, que é sobre a igreja no mundo, como trabalhar. E na Igreja do Brasil, na época, temos um grande personagem chamado Dom Helder Câmara. Foi um grande chamado profético da Igreja. Com outros bispos do Brasil e da América do Sul criaram o Pacto das Catacumbas. O que é isso? Um pacto da Igreja ser o testemunho de Deus, mais profética, defendendo fortemente a vida. Então essa carta dá uma base fortíssima para a igreja no Brasil em 1965, para avançarmos em termos da Igreja sair daquela parceria Igreja e trono, altar e trono. Quer dizer, a Igreja ligada ao governo, Igreja ligada ao Estado, e voltar para as origens que é na defesa de quem mais sofre, das vítimas da sociedade. Então vem esse pacto, depois vem todo esse documento, e no Brasil começa ser criado, a partir desse momento, as chamadas Conferências Episcopais, e depois, lá em 62, 64, terem iniciado as Campanha da Fraternidade, onde cada ano a Igreja trabalha um tema [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015)

De acordo com Moreira (2014), apesar de muitos estudiosos apontarem o seu surgimento em 1968 na III Assembleia Geral dos Bispos em Medellín – Colômbia, é a partir do último ano do Concilio Vaticano II que se inicia a *fase do nascimento* (1965 – 1972) da Teologia da Libertação latino-americana, no momento em que um grupo de 40 bispos de diferentes países, entre eles o brasileiro Don Hélder Câmara, assinaram o *Pacto das Catacumbas* em 1965. Este pacto consiste na renúncia dos bispos à riqueza, à ostentação de luxos tradicionais da Igreja e ao exercício arbitrário do poder, colocando as pessoas pobres no centro das ações pastorais. E afirma o autor que o evento em Medellín foi um grande e

importante acontecimento para legitimar, impulsionar a construção e a difusão dessa Teologia da Libertação, e para aplicar o Concílio Vaticano II à realidade latino-americana, analisando e denunciando "a injustiça social, a extrema pobreza e marginalização vividos pela maior parte da população, sobretudo a juventude" (p.17).

Neste período, Pe. Valdir afirma que a pastoral carcerária se desenvolve em articulação com outras pastorais sociais, com as Juventudes Católicas e outras organizações da Igreja voltadas à classe trabalhadora, e que essa articulação esteve presente na origem e desenvolvimento dos sindicatos e dos movimentos sociais de oposição ao Estado de exceção:

> Essa articulação [...] foi mais intensa nesse período com os movimentos, até internacionais [...]. Mas aqui, ela fazia o trabalho [...] com movimentos mais fortes nos sindicatos que estavam surgindo, ligação grande sindicatos e pastoral. E também tem nesse momento outras pastorais sociais, criando aí a Pastoral da Terra, a Pastoral Operária, que estão se fortalecendo, e aqueles grupos mais antigos que deram origem aos movimentos sociais da Igreja, como Padres Operários. Esses Padres Operários é um ramo que, eu acho, iniciou na década de 50, por aí, na França, e chega no Brasil e forma a juventude, a JUC[33], a JOC[34]. É chamada justamente uma juventude com formação social. Então é desses movimentos da Igreja, da JUC, da JOC, que vai surgir depois pessoas para criarem sindicatos aqui do ABC de São Paulo. A questão dos Padres Operários que trabalhavam dentro das metalúrgicas, que iam organizando os próprios funcionários. Então, aqui temos uma base muito grande [...] dos movimentos sociais da Igreja na vida social do povo [...]. Então esse trabalho esteve em conjunto, porque muitos desses padres também foram presos. Esses jovens ligados mais aos movimentos de esquerda, junto também com os estudantes da época, da UNE[35], que também alimentavam. Você sabe que, na época, até da UNE, algumas reuniões eram feitas no espaço da igreja, na época da ditadura. Então havia uma ligação muito grande nessa época toda com os movimentos sociais e também fomentar para que a sociedade se organizasse melhor. A Igreja esteve realmente na base desses movimentos todos. Quer dizer, quase todos. Com a Liga Camponesa, obviamente, foi uma grande ação, depois a Reforma Agrária surge também de um movimento fortíssimo da Igreja, na questão social e assim por diante. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015)

E é neste cenário sociopolítico do Brasil, no período da Ditadura Militar, em que se intensifica a repressão e violência de Estado, com a criminalização de grupos que antes não eram alcançados pelo sistema penal, com o consequente e significativo aumento do número de pessoas aprisionadas, assim como as práticas de torturas e mortes (Pastoral, 2010) executadas como uma política de Estado, que a organização aparece com mais força e articulada com os diversos movimentos sociais de resistência ao regime político de exceção.

E, de acordo com as narrativas, é neste período que ocorre a passagem de um trabalho mais assistencialista e conservador no interior das prisões (caridade-penitência), para uma

---

[33] JUC – Juventude Universitária Católica.
[34] JOC – Juventude Operária Católica.
[35] UNE – União Nacional de Estudantes.

abordagem mais crítica, com a realização de estudos sobre a população carcerária e com a elaboração de documentos que unificam e direcionam as ações pastorais nos locais de privação de liberdade:

> Ela surge, essa organização, justamente mais forte a partir do ano de 65, enquanto temos aqui um conflito como a ditadura militar no Brasil e também nos outros países da América do Sul. Então, nesse período, temos uma Pastoral ainda um pouco fragilizada [...]. Mas temos justamente a Igreja que se posiciona fortemente na defesa dos direitos das pessoas e muitos membros da Igreja foram presos nessa época, freis, padres, religiosas que acabaram indo para o presídio. Então, [...] a Pastoral, como podia entrar, visitar as pessoas da própria Igreja presas, fortificava, e dentro dos presídios eles faziam um trabalho. Temos até cartas de muitos freis que foram presos, como é que eles orientavam ou faziam um trabalho nesse período. Então, em alguns locais a Pastoral foi proibida de entrar [...]. Aqui no Brasil, o primeiro documento que vamos encontrar escrito da Pastoral Carcerária é uma cartilha "Como trabalhar com os presos". Foi criada em 68, começada dentro da Casa de Detenção aqui de São Paulo, por um frei jesuíta, que depois é transferido e termina em Paris essa cartilha. Ela serve para a base da Pastoral Carcerária aqui de São Paulo e também de Paris [...]. Como documento, pela CNBB [...], nós temos uma reunião e fazem um levantamento da realidade carcerária, e é editado esse material no ano de 72, como primeiro documento de estudo e abordagem do sistema prisional da organização. Então, aqui em São Paulo, foi Don Paulo Evaristo Arns que começou a organizar e estruturar essa Pastoral, e daqui se espalhou, então, para outras regiões do Brasil, Rio de Janeiro, depois Minas Gerais. Lá também criaram os escopos todos, mas com maior número de produção de material de registro se deu aqui em São Paulo [...]. Aqui em São Paulo, o grande enfrentador nessa época, quando era proibido a Pastoral entrar, era Don Paulo Evaristo Arns que ia lá e exigia que abrissem as portas pra Pastoral entrar [...], e muitas vezes com o enfrentamento e a discussão. Não tinha uma assistência jurídica para cobrar isso, ele ia como autoridade da Igreja e desafiava o Estado [...]. A resistência começa ser maior quando começamos a trabalhar os direitos dos presos e das presas, a exigir uma postura do Estado. Então, nisso a reação foi grande. Enquanto se fazia somente mais uma assistência à questão da pessoa do evangelho, da saúde, da alimentação e educação dentro dos presídios, sem essa postura mais crítica, então a resistência não era tão forte. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015)

> A gente ouve muitas histórias, principalmente das pessoas que estão há mais tempo na Pastoral. Obviamente, há uma grande relação com o período da Ditadura Militar, o período em que praticamente a população prisional foi crescendo. Até pós Ditadura Militar, nos anos 80, anos 90, quando começou [...] o encarceramento em massa que nós observamos hoje [...]. Nisso também é bom fazer um recorte: na época, falando aqui de São Paulo, Don Paulo Evaristo Arns também era muito atuante junto com os movimentos sociais, é um ícone da resistência à Ditadura, até os não-católicos reconhecem isso. Don Paulo fazia muitas visitas aos cárceres, aos presos, então a Pastoral também pegou um pouco essa linha, e isso é importantíssimo: quando a autoridade religiosa, [...] seja o bispo, o arcebispo, seja o cardial, quando ela apoia e se põe à frente, o trabalho se realiza de maneira mais eficiente. Quando a hierarquia se omite as coisas tendem à ser muito mais complicadas. (Deyvid Livrini, 02/12/2014)

A narrativa do Pe. Valdir torna evidente essa mudança de postura. Quando as pessoas dos setores mais progressistas da Igreja Católica e vinculadas aos movimentos sociais são aprisionadas, passam a fortalecer as ações pastorais no interior do sistema, assumindo uma abordagem mais crítica no trabalho pastoral. Nessa abordagem mais crítica, no qual as pessoas

presas deixam de ser somente sujeitos de evangelização e se tornam sujeitos de direitos, ou, dito de outra forma, quando estes setores da Igreja ultrapassam o escopo individualizante e reabilitador delimitado ou aceito pelo sistema punitivo, então convertem-se de aliados para inimigos, e pessoas ligadas à pastoral carcerária são proibidas de entrar nos locais de privação de liberdade.

Conforme salientado tanto por Pe. Valdir quanto por Deyvid, além da luta dessas pessoas presentes no cotidiano dos cárceres, a figura de Don Paulo Evaristo Arns, que ocupava uma posição de poder como uma autoridade na hierarquia da Igreja, foi de extrema importância não só em relação ao enfrentamento direto com o Estado, mas também para legitimar o trabalho de pastoral carcerária na sociedade e na própria Igreja Católica. Já que, como apontado por Pe. Valdir, foi ele, como autoridade da Igreja, que estruturou e organizou a Pastoral Carcerária no estado de São Paulo, que serviu de modelo para se desenvolver em outros estados.

Entretanto, essa formalização e reconhecimento da Pastoral Carcerária ocorreu somente na abertura democrática[36], primeiro em São Paulo, em 1986, e 10 anos mais tarde em todo território brasileiro, e as ações no fomento às políticas públicas e embate direto com o poder público foram possíveis a partir do marco histórico da Constituição Federal de 1988:

> Mas como serviço organizado da Igreja, aqui no Brasil, desde 1986, quando foi aprovada pela CNBB. Aí aconteceu a primeira assembleia nacional da Pastoral Carcerária, alí os estados foram se estruturando, e hoje a Pastoral está praticamente em todos os estados da federação. [...] Então, na verdade, no Brasil inteiro, em São Paulo principalmente, existiam muitos fóruns, mas que trabalhavam de maneira isolada, cada um com a sua metodologia, com sua espiritualidade e seguindo a sua corrente teológica. Então eu acho que foi um processo [...] lento, evidentemente. Naquela época, a própria sociedade, e consequentemente a Igreja, não dispunha dos meios de comunicação que nós temos [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014)

> Nós começamos a trabalhar desde 88, após a Carta Magna, a Constituição brasileira, que foi sobre a questão da criação do Conselho da Comunidade para que a sociedade civil tivesse a garantia do acesso ao presídio. Ele é criado por vários outros organismos, até a OAB, para que tivesse uma fiscalização de todo local de privação de liberdade [...]. E outro movimento que fizeram paralelo nessa época, muito forte, era que o judiciário, o juiz corregedor e Ministério Público, cumprisse o que determinava a Execução Penal, também a questão de fiscalização em instituições. Então esse trabalho é feito com muita luta no Brasil, para que houvesse um acompanhamento para diminuir essas violências [...]. O grande passo que foi dado, foi em 97, quando se cria uma chamada Campanha da Fraternidade, que a igreja do Brasil todo se mobilizou e com isso surgiu um movimento social para cobrar do governo e do judiciário brasileiro mais controle do sistema prisional. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015)

[36] No momento da entrevista esta questão não foi explorada, mas deduzimos que isso só ocorre na abertura democrática devido as condições do Estado de exceção, que proibiam as associações coletivas de resistência, e, também, conforme narra Pe. Valdir, muitas dessas pessoas ligadas a estes setores da Igreja eram perseguidas e aprisionadas no período ditatorial.

A abertura democrática e a incorporação dos tratados de Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988 permitiram que a Pastoral Carcerária se inserisse no sistema internacional de proteção aos Direitos Humanos, como um mecanismo de monitoramento e fiscalização dos locais de privação de liberdade. E, desta forma, a organização se torna formalmente a representante das pessoas que estão presas e a mediadora nas relações com o Estado e organismos nacionais e internacionais de proteção e garantia de direitos.

E além da importante influência de Don Evaristo Arns, os três entrevistados apontam outras pessoas que tiveram um importante papel neste "início", em termos de formalização e reconhecimento deste trabalho tanto nacional como internacionalmente, e que foram fundamentais para essa estruturação, para a formação política da organização e para seu desenvolvimento na atualidade:

> Eu diria que aqui no Brasil, o que marcou bastante, que levou essa organização até ser reconhecida na OEA, na Anistia Internacional, foi o Padre Francisco Roberto Reardon, conhecido como Padre Chico. Ele atua aqui nos presídios de São Paulo na década de 90. E depois tivemos outra figura, a Irmã Assunção. Maria Emília também foi muito atuante, é uma religiosa também. O Padre Bruno Trombetta no Rio de Janeiro. Padre Geraldo foi o primeiro padre na década de 80, começou em 70 a visitar o país todo para organizar, fazer contato com a igreja toda, reunir, dar formação, e na década de 90 trabalhou intensamente essa atuação do Brasil todo. Depois tivemos também a figura importantíssima no Brasil do Padre Gunther, que trabalhou bastante nessa continuação da formação e também na questão das ações política da Pastoral Carcerária. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015)

> Então nós tivemos algumas pessoas chaves: Padre Chico, da congregação dos Oblatos, e Frei Guilherme. Infelizmente não os conheci, mas já ouvi falar muito deles. Então, com essas pessoas a Pastoral começou a ganhar uma cara mais uniforme: atuar, visitar os estados, procurar identificar onde existia o trabalho pastoral carcerário, como era feito. Então, basicamente, foi esse processo que gerou essa uniformidade e, claro, era natural que se chegasse a esse passo de ter o reconhecimento da hierarquia da CNBB, como todas as pastorais sociais trilharam esse caminho [...]. E com o apoio da hierarquia, evidentemente, se transformando em um serviço oficial da igreja, torna-se mais fácil [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014)

> Mas desconheço um pouco quem foram as pessoas que estruturou. Conheço muito da história do Padre Chico, quer dizer, não que eu conheça muito a história dele, eu já ouvi falar mais dele, é um nome que o pessoal cita bastante quando fala da estruturação da Pastoral [...]. Depois, passaram outras pessoas importantes aqui na Pastoral pra se estruturar assim, e ser o que ela é hoje. Uma delas é o Valdir, que a gente já conhece, outra é o Padre Gunther. São pessoas que tem uma importância muito grande para formação da Pastoral Carcerária nos moldes de hoje, e tem outras pessoas que tiveram importância também, a Heidi, Margaret, José, são as pessoas aí que estão já há bastante tempo na Pastoral Carcerária. Alguns não estão mais, outros estão há bastante tempo aí. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014)

Com as narrativas buscamos trazer o componente histórico das ações coletivas, com a construção da memória do surgimento da Pastoral Carcerária com a Teologia da Libertação latino-americana e seu desenvolvimento na participação política nos movimentos de resistência à ditadura no Brasil, e sendo representada e significada por Pe. Valdir, Deyvid e Francisco como um espaço de formação e socialização política e como um ator político no confronto direto com o Estado.

Conforme vimos anteriormente, tanto das narrativas apresentadas, quanto na caracterização da realidade carcerária feita no primeiro capítulo, e apesar de muitos avanços na legislação brasileira, as torturas e mortes continuam na abertura democrática, assim como o aumento do encarceramento e, com a superlotação, as condições degradantes dos locais de privação de liberdade são potencializadas. E é neste contexto que se desenvolve a participação política da organização na atualidade, com a memória de lutas do passado que formaram as bases das ações coletivas no presente.

E acreditamos que a construção da história da Pastoral Carcerária nos traz elementos para a compreensão da função política da organização na atualidade do encarceramento em massa, que será narrada adiante pelos entrevistados, e é o ponto de partida para as análises das dimensões das consciências políticas que direcionam à participação.

5.2 Identidade Coletiva

Acreditamos que tecer a memória política por meio da narrativa dos entrevistados foi relevante, pois ficam evidentes alguns aspectos da identidade coletiva da organização. Como mediadora entre pessoas aprisionadas, as diversas instâncias do Estado e o sistema internacional de proteção aos Direitos Humanos, um dos elementos que dão forma à essa identidade coletiva é a Teologia da Libertação latino-americana e brasileira.

E isso quer dizer que essa identidade se diferencia daquela de grupos que sofrem diretamente a violência de Estado e que atuam em resistência, em uma luta por direitos que não acessam. As pessoas que fazem parte da organização apresentam a capacidade de empatia, ou seja, de se imaginarem na mesma situação de sofrimento em que se encontram outras pessoas, e de agirem em solidariedade e em defesa destas na arena política.

Outro aspecto da estrutura organizativa é que, embora a Pastoral Carcerária seja uma organização de atuação ecumênica, composta tanto por pessoas de diversas religiões, como por pessoas que não seguem tradições religiosas, a liderança é limitada às pessoas religiosas católicas. Portanto, a organização é estruturada de forma piramidal, hierárquica, em consonância com sua condição de ser uma organização da Igreja Católica, conforme evidenciou Deyvid:

> [...] Claro que existem na Pastoral Carcerária pessoas de outras confissões religiosas, nós recebemos de maneira tranquila, porque não há nenhuma espécie de discriminação. Mas evidente que se tratando de uma pastoral católica, as pessoas que estão mais à frente devem ser católicas e pessoas com comunhão eclesial, pessoas com vida na igreja. [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

E outros aspectos também aparecem nas narrativas, quando foi perguntado quais foram as motivações individuais para participarem na organização, e que reforçam essa formação da identidade coletiva comprometida com as pessoas pobres e aprisionadas, que tem seus direitos fundamentais violados, e com a mudança dessa condição social.

No caso de Deyvid é mais forte a influência da formação religiosa, que o motivou à abdicar da estabilidade financeira proporcionada pelo trabalho bancário, que passou a não lhe fazer sentido, para engajar-se no trabalho voluntário, portanto não remunerado, em alguma organização social da Igreja. E quando foi apresentado à Pastoral Carcerária foi contratado em função da sua formação e experiência profissional. Nota-se que as questões relacionadas especificamente à realidade prisional não estavam em primeiro plano em suas motivações para participar e, inclusive, afirma que não conhecia o trabalho pastoral carcerário, mesmo sendo muito envolvido em outras organizações da Igreja. E foi a partir da própria experiência de participação que foi adquirindo conhecimentos e aprendeu à participar. E é interessante notar a forma como ele significa seu envolvimento na participação da organização: “é uma causa que te prende” (sic), o que compreendemos como uma identificação em termos de solidariedade com as pessoas aprisionadas:

> Eu tinha 24 anos, trabalhava num banco e sempre minha família foi católica, nós sempre participamos da Igreja, enfim... [...] e por eu trabalhar no banco, mas por eu também ter essa formação religiosa, eu me questionava muito: “nossa, eu tô trabalhando num banco” ... até ganhava bem, né... “mas o que eu estou ajudando a melhorar o mundo?” ... [risos]... “o que eu estou fazendo pela sociedade?”. Aí eu tive uma atitude que, na época, até minha família não compreendeu muito bem, exceto meu pai, me apoiou muito. [...] E, na época, eu participava da Pastoral da Juventude, já tocava violão na Igreja, na paróquia. E o bispo, que era assessor da Pastoral da Juventude, Don Pedro Luiz Stringhini... ele era também [...] e ainda é o bispo

> referencial da Pastoral Carcerária, em nível nacional... [...] e eu falei pra Don Pedro: "Don Pedro, o senhor poderia me indicar algum local? Eu gostaria de fazer uma experiência, trabalhar 6 meses, pode ser até de maneira voluntária, em alguma organização da Igreja que presta trabalho social". [...] E passou algum tempo, ele entrou em contato com o padre da minha igreja, o padre Aldo Alves de Lima. Aí o padre veio falar comigo: "olha, você já ouviu falar na Pastoral Carcerária?", e eu, mesmo sendo da Igreja, não tinha ouvido falar. Aí abre-se outro parênteses: naquela época... ainda é, embora tenha melhorado muito... a Pastoral Carcerária tem que investir em divulgação e principalmente melhorar suas formas de comunicação... e o padre Aldo me entregou um cartãozinho, disse que estavam precisando de uma pessoa na Pastoral Carcerária. E eu vim até aqui, onde nós estamos, o escritório estadual e arquidiocesano da Pastoral Carcerária de São Paulo. Passei por uma entrevista com o Padre Valdir, que é o coordenador nacional e arquidiocesano da Pastoral Carcerária, passei por entrevista com outros profissionais que aqui trabalhavam [...]. E aí, dois dias depois comecei a trabalhar aqui, primeiro nas questões mais administrativas, auxiliando o escritório. E como eu te disse, eu tinha a intenção de ficar 6 meses, 1 ano, mas... eu costumo dizer que é uma causa que te prende [...]. Então, minha trajetória na Pastoral [...] foi pautada por etapas e de degrau a degrau. Não assumi tudo de cara, fui aprendendo o trabalho, fui aprendendo o serviço. Acho que ainda sei muito pouco, porque o cárcere é um ambiente que ele muda, constantemente se apresentam desafios que você nem imaginava que pudesse ocorrer. Então a minha trajetória foi assim. E, claro, tudo ligado à minha vida na Igreja. Não é porque eu entrei na Pastoral Carcerária, que eu abandonei a missa semanal, que eu abandonei a vida em comunidade. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

Francisco também vem do descontentamento com uma atividade profissional anterior que não mais lhe fazia sentido. Mas, diferentemente de Deyvid, em sua narrativa não aparecem elementos relacionados diretamente à alguma vinculação religiosa. Suas motivações relacionam-se às áreas de sua formação acadêmica, Ciências Sociais e Direito, e ao interesse no trabalho coletivo com os movimentos sociais e com a população carcerária entendida como sujeitos excluídos. Ou seja, ele parte de uma instrumentalização que se desenvolve a partir do conhecimento especializado e da teorização das relações sociais para o engajamento na luta por mudança da realidade social:

> Olha, desconhecia a Pastoral Carcerária até um dia em que eu estava estagiando em um escritório particular [...]. Fiz Ciências Sociais [...]. O direito foi a minha segunda faculdade, né. Então a minha ideia era começar já, trabalhar logo no primeiro ano, que eu não queria mais ficar só estudando [...]. Mas trabalhei em escritório, fiquei quase 2 anos lá, mas eu percebi que não era muito o que eu gostaria de fazer. Tinha umas questões que eu tinha, que não tinha muita vocação para advogado de escritório, embora a gente não pode nunca descartar essa possibilidade, né. Mas eu saí, estava um pouco insatisfeito. Aí um pouco depois [...], eu vi em um mural da PUC um cartaz falando sobre estágio na Pastoral Carcerária, e o que me chamou atenção foi que falou assim: "trabalhar com movimento social e visitar presídios", tinha que ter essa disponibilidade. Aí eu me interessei um pouco... pouco não, né, me interessei bastante, mandei o currículo, participei da entrevista e aí fui aprovado e tal. E, aí sim, passei a conhecer o que era Pastoral Carcerária, mas até então não conhecia. Mas o que me levou foi isso, foi fazer esse trabalho com movimentos sociais, foi fazer trabalho com a população carcerária [...], o pessoal que também é excluído. Então foi mais ou menos isso o que me chamou atenção. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

Podemos perceber em ambas as narrativas que, além da influência de suas formações, tanto religiosas quanto acadêmicas, as condições subjetivas que antecedem a participação está localizada na insatisfação no trabalho formal e individualizante, e no interesse em um trabalho coletivo comprometido com as maiorias populares e engajado na mudança da realidade social.

E ambos desconheciam o trabalho da organização antes de terem contato com ela[37], um elemento que aponta para a necessidade de divulgação dessa atuação, conforme salienta Deyvid, não somente como forma de difundir o conhecimento de suas ações, sobretudo para fortalecer a organização com mais recursos humanos comprometidos com os mesmos ideais.

Já as motivações de Pe. Valdir estão mais relacionadas à sua história vida, no sentido de que os aspectos não-religiosos se destacam mais que os religiosos. Primeiro localiza suas motivações em um caso de violência contra uma pessoa próxima a ele, quando já era padre em uma paróquia e um membro de sua igreja foi assassinado. E ao ir à prisão para saber quem havia cometido a violência, percebeu que essa pessoa tinha uma história de vida marcada pela violência desde a infância, e que ela não possuía outros referenciais de relacionamentos humanos a não ser a violência. E a partir disso começou a perceber que esta característica se repetia em outras pessoas aprisionadas, independentemente de sua classe social:

> Essa pergunta já me foi feita várias vezes... as motivações pessoais. E eu tento ao longo da história aprofundar. O que me levou? Eu primeiro tinha uma resposta muito rápida, de um fato que aconteceu na minha vida, como padre, em uma igreja. Tinha um sacristão... o sacristão é quem ajuda o padre em missa. Ao sair da missa, ele passa de bicicleta... é que ele morava longe, era pobre, foi assaltado e foi assassinado... latrocínio. E com aquilo, sai atrás das pessoas para saber quem tinha matado ele. Quando a polícia encontrou os que tinham matado, era um adulto e dois menores, aí eu fui conversar com os assassinos. E o cara que tinha dado o tiro nesse jovem, cheguei assim na cela e logo pediu pra mim: "padre, faça um favor pra mim" – eu já tinha contato com o presídio, mas não tinha assim tão sistematicamente, e esse fato eu nunca me esqueço – disse "padre, faça algo pra mim, padre... manda alguém dar um tiro na minha cabeça". O próprio preso mandando que fizesse isso pra ele. Aí eu não entendi o que ele queria que eu fizesse. Mas depois tentei conhecer a história dele. Esse garoto, aos 2 anos de idade, e já os pais colocavam pra rua, porque eram alcóolatras os dois, pai e mãe. Vivia na rua desde os dois anos de idade. Uma tia pegou um tempo, mas também tinha problemas de dívida, jogava pra rua... ele passou na mão de várias pessoas. Então foi criado nesse mundo de violência o tempo todo. Nunca teve uma referência de pessoas pra ele, nada, quer seja familiar, amigo, nada. A referência dele foi esse mundo da crueldade das ruas. Então isso me chamou muito a atenção. E dalí por diante comecei a conversar com outras pessoas. E isso eu tenho até hoje na minha vida. Quando eu vou como padre no presídio, às vezes as pessoas querem uma conversa particular, orientação espiritual, ou mesmo alguns pra se confessar [...]. São líderes de grupos e tudo mais, e que às vezes querem falar [...]. E em todos eles, Semíramis, todos eles tem uma história de violência fortíssima, desde a infância. Eu encontrei já alguns casos de pessoas, de crimes aí da mídia sensacionalista [...], de

[37] Conforme o relato de experiência pessoal de atuação na Pastoral Carcerária realizada no segundo capítulo, eu também não conhecia o trabalho da organização até o meu primeiro contato com ela.

> famílias mais ricas. Mas quando começo a escutar... é lógico que nada justifica... mas quando começo a escutar as histórias dos presos, das pessoas, como é que pessoas de classe alta e ricas, como no caso que temos aqui até em São Paulo, tratavam os filhos e filhas com tanta violência interna. Tu fica assustada! Eu fico assustado! Então, esse é um fato. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

E depois ele relaciona suas motivações pessoais à sua história de vida familiar matriarcal e enraizada na comunidade, na qual a sua avó paterna era líder comunitária e seu tio paterno era delegado, sendo a sua avó a autoridade máxima na mediação e resolução de conflitos:

> Outro caso também que me chamou e comecei a analisar mais aprofundado... eu sou do sul, sou catarinense, e a gente se criou em comunidades pequenas, de lavoura. Então minha avó era tipo como aquela senhora que cuidava da comunidade. Minha avó era parteira, [...] cuidava da saúde de todo mundo, de fratura de braço a conflito de vizinho, era chamada, assim, como autoridade local. E o primeiro delegado na minha terra foi meu tio, irmão de meu pai. Então, quando a minha avó sabia que meu tio tinha prendido alguma pessoa lá da roça, e se meu tio tivesse batido em algum preso, minha avó chamava o meu tio em casa e dava o maior do sermão nele, obrigava a soltar a pessoa de imediato. Quer dizer, uma cultura meio matriarcal, mais familiar, entende? [...]. Quando fazia alguma coisa, minha avó chamava o meu tio delegado e dava uma bronca nele [risos] e fazia a punição familiar em casa. Então nos criamos nesse clima, víamos isso e a defesa. Não é questão de leis da época, não tinha nada disso. Antigamente delegado era a comunidade que escolhia. E então [...] desde criança eu convivi com esse ambiente. E tinha pessoas que eu me lembro, [...] que conheciam meu pai e tinha problema até com a polícia na época, alguns conflitos, e tinham dificuldades. Até pra comprar as coisas, meu pai ajudou muitas famílias assim, [...] ir lá levar comida, ajudar [...]. Uma questão familiar. Então eu acho que tudo isso acabou influenciando. Eu, como adolescente, já visitava presídios. E já era um trabalho que eu achava necessário, visitar como cristão. Então sempre foi algo ligado dentro da gente o tempo todo, por isso eu acho que esse trabalho que realizo hoje, essa facilidade de lidar com esse mundo, veio um pouco já desde a minha vida familiar. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

Pe. Valdir remete suas motivações aos contextos de socialização política de sua infância, em que se desenvolve em um ambiente familiar e comunitário no qual esteve presente a mediação de conflitos e noções de justiça e injustiça de forma não convencionais, em que prevalecia a proximidade das relações pessoais e os laços comunitários em detrimento da normatividade das leis, assim como a solidariedade de seus familiares com pessoas que foram aprisionadas e seus familiares. E os elementos religiosos são localizados por ele em sua adolescência, quando já pensava que visitar presídios era uma necessidade social e um trabalho cristão.

Como podemos observar, os entrevistados passaram por distintos processos e lugares de socialização política que motivaram a participação em ações coletivas: Deyvid com formação católica no ambiente familiar e na Pastoral da Juventude; Francisco com sua formação no ambiente acadêmico; e Pe. Valdir que convive com noções de justiça alternativa e

comunitária desde a infância. E os três se encontram na Pastoral Carcerária formando um grupo heterogêneo com *crenças e valores societais* comuns que dão forma à identidade coletiva da organização: a identificação com as pessoas pobres que são selecionadas pelas políticas de encarceramento.

5.3 Crenças e Valores Societais

Conforme foi apresentado anteriormente, as pessoas que compõem a Pastoral Carcerária se engajam em uma luta política motivadas por crenças religiosas que são direcionados pela Teologia da Libertação latino-americana e/ou por seus posicionamentos político-ideológicos construídos em diversos espaços de socialização política, como na família, na comunidade, academia, e também nas práticas no interior da organização.

E nesta dimensão nos interessa saber especificamente quais são as percepções acerca das relações entre as classes sociais, o sistema político e as práticas de criminalização e aprisionamento no Brasil, que direcionam a participação política da organização na luta contra o Estado penal.

Um dos componentes presentes neste posicionamento político-ideológico é a concepção do par "crime e criminoso", que aparece direcionada pela perspectiva da Criminologia Crítica, e que compreende que nenhuma pessoa está livre de cometer um ato considerado legalmente como criminoso, mas que nem todas as pessoas que violam as leis são consideradas criminosas:

> Tem uma coisa que já é bem divulgada entre os criminalistas [...] críticos [...], eles sempre questionam quem é que não comete crimes. Se uma pessoa pegar, aqui no Brasil, e parar pra ler o Código Penal, mais as leis esparsas que estão fora do Código [...] ... se ela ler todos e falar que não cometeu crime, eu dou os parabéns pra ela, porque crime, se a gente não comete atualmente, já cometeu em algum momento da vida, se for seguir estritamente o que está na lei. Às vezes uma pessoa comete um crime e ela nem sabe [...]. Então, é uma questão que passa por essa percepção, que não é só um grupo de pessoas que está preso que comete crime [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

A Criminologia Crítica parte da desconstrução do conceito de "criminalidade" como ontológico, ou seja, desde uma perspectiva individualizante e que exclui tantos as condições sociais quanto a operacionalização do poder punitivo em que ocorrem, e se posiciona desde a perspectiva da noção de "criminalização", pois a operacionalização dos sistemas penais é

duplamente seletiva: “dos bens protegidos e dos comportamentos dos indivíduos entre todos que realizam infrações” (Batista, 2014, p.89).

E isto significa, de acordo com Vera Malaguti Batista (2014), compreender o crime como construção social, na qual os atos discursivos do saber\poder médico-jurídico não são neutros e devem ser compreendidos em sua historicidade de atender à demanda por ordem na formação econômica e social burguesa, a partir das lutas de classes e a serviço da acumulação do capital, pois são sempre as pessoas pobres os alvos do sistema penal capitalista.

E essas noções da construção social do “crime” e do “criminoso” aparecem no posicionamento da organização, como nas percepções de que o sistema político-econômico estimula o consumismo nas pessoas como se fosse a essência da existência humana – “você é o que você tem” (sic) –, ao mesmo tempo que as exclui do acesso aos direitos e aos recursos para a satisfação das necessidades mais básicas de sobrevivência:

> [...] Você vê que a maioria dos crimes hoje é cometido contra o patrimônio [...]. Então, essa nossa cultura do consumismo, cultura do capitalismo, também ela faz parte do imaginário coletivo dos presos. Como eu te disse, são os jovens, tem as aspirações e vão utilizar as ferramentas que estão ao alcance pra tentar chegar a conseguir essas aspirações. Então, existe uma grande relação do sistema capitalista com o encarceramento [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

> [...] E a gente vive numa sociedade de consumo [...], você é o que você tem. Aí, você pode começar a entender um pouco a frustração desse jovem, a falta de perspectiva, que pode levar pra questão do tráfico de drogas. É importante frisar, não estou associando jamais a questão da pobreza e a questão da criminalidade, como eu falei, todo mundo comete crime [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

Sobre este aspecto, Foucault (2008) aponta que nas sociedade complexas contemporâneas regidas pelo no neoliberalismo, a “forma empresa” é generalizada e aplicada até nas relações sociais e comportamentos individuais não-econômicos, produzindo o que chama-se de “capital humano”, e que o apelo ao consumo é disciplinante: na disciplina regulada pelo mercado a liberdade é a de consumo; livre é quem consome.

Outros elementos que aparecem nas narrativas é a percepção de que o Estado não está presente nas periferias como Estado de bem-estar social, ou seja, como políticas públicas e como equipamentos de promoção e garantia de acesso aos direitos básicos, como educação, saúde, alimentação, habitação, transporte, mas que está presente como Estado penal, como política de criminalização e repressão da pobreza; e pela percepção de que o sistema punitivo está direcionado à alcançar as pessoas negras e pobres, e que são elas as que mais repercutem (ou que se dá mais visibilidade) nos meios de comunicação em massa, produzindo a imagem do “inimigo público” que deve ser combatido:

> [...] O crime do pobre é geralmente muito mais reprimido do que o crime cometido pelas pessoas ricas e as pessoas de classe média. Para uma pessoa rica ser presa, é muito difícil, tem que ter às vezes uma questão política envolvendo, [...] uma disputa de poder entre os políticos, um tem influência que pode fazer as denúncias com mais ênfase nos meios de comunicação [...]. Então, o que a gente vê do sistema carcerário é um sistema extremamente seletivo, composto majoritariamente por pessoas pobres, pardas e negras, geralmente em regiões periféricas, que tem todo um histórico de vida de dificuldades, tanto da condição da familiar, como dificuldades por estarem afastada dos locais com aparelhamento melhor pelo poder público [...]. Então, na ausência dessas políticas públicas, o governo investe sempre na política de repressão da periferia. E a repressão é feita com base na polícia e aprisionamento mesmo [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

> [...] Então só as populações, evidentemente, mais atingidas pelas desigualdades sociais, populações periféricas, populações que sofrem mais com a violência estatal, populações que estão nas áreas onde a polícia age com mais violência, onde o Estado é mais repressor, onde o Estado é mais violento [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

Estes posicionamentos partem da concepção de que as periferias urbanas são cárceres em liberdade, a punição da pobreza extramuros, pois estão excluídas do acesso às políticas sociais acessadas pelo restante da cidade, onde circulam as classes média e alta, e quando estão nestas comunidades cumprem uma função expiatória, criminalizadora e punitiva, atuando no controle e gestão da pobreza. E essa característica converte a noção de Estado de bem-estar social para o de Estado penal, no qual as pessoas negras e pobres são percebidas/visibilizadas pelo Estado, pelas mídias de massas e pelo restante da sociedade como "classes perigosas" [38] (Wacquant, 2003; 2005; 2008).

Em relação à função da prisão na sociedade, a Pastoral Carcerária se posiciona a partir da perspectiva cética às políticas reabilitadoras que justificam a existência das prisões (Almeida, 2003), que aparece na crença de esse discurso é um mito, que não se preenche uma lacuna aberta precisamente pela negligência em relação às políticas públicas de educação com uma "prisão educadora", e que, ao contrário de preparar, qualificar, ou "reformar" uma pessoa para a socialização na sociedade extramuros, no interior dos presídios a socialização ocorre de forma distinta, em outras condições materiais e subjetivas, com os processos de institucionalização e com o estigma (Goffman, 2008) vivenciado na saída da prisão, que dificulta ainda mais o acesso aos direitos e a sobrevivência na sociedade:

---

[38] Embora os estudos do francês Wacquant (2003; 2005; 2008) sejam contextualizados na realidade social dos Estados Unidos (ou na comparação deste com o contexto francês), encontramos algumas coisas em comum no caso brasileiro, que copia muitos modelos norte-americanos estadunidenses, principalmente os de "segurança pública" e da mídia sensacionalista do crime: um passado que escravizava pessoas negras, a prática de encarceramento em massa e a gentrificação de pessoas negras e pobres em guetos/favelas, que são os locais ocupados pelos "condenados das cidades".

> Eu acho que nós entramos num paradoxo e numa contradição, porque, como você vai reeducar quem não foi educado? Como você vai reinserir na sociedade alguém que sempre foi excluído? [...] Isso é argumento sem base. Então nós não acreditamos. Como eu já disse, o cárcere [...] não reabilita ninguém, não reinsere ninguém, não qualifica ninguém. [...], acreditamos que nunca fará isso. A prisão não vem preencher essa relação [...]. Nós acreditamos que a prisão não é solução pra nada. Nós, inclusive, acreditamos num mundo sem cárceres. Eu sei que é até um pouco utópico, mas nós temos que trabalhar em direção a isso [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

> Não tem política de reabilitação. Não saíram do papel, às vezes tem propaganda e tudo, mas eu vejo que não existe. Primeiro que o cárcere não ressocializa [...] ... não que é uma dessocialização, mas a pessoa perde uma socialização, diferente da que é fora dos cárceres [...]. Ele passa pela questão da institucionalização, [...] ele vai absorvendo o jeito de ser de quem passa por uma unidade prisional, então isso aí já dificulta a pessoa quando ela sai, pois quanto maior o tempo, mais ela assume esses valores do cárcere e fica mais distantes dos valores que estão na sociedade [...], e uma vez passando pelo sistema carcerário, carrega pra sempre a marca de egresso, aí a vida da pessoa se torna muito difícil depois disso. Aí, pra ser a tal da reinserção social que é um mito, né, para ser reinserida, a dificuldade dela é muito maior. Então, se houvesse mesmo uma vontade de ressocializar essa pessoa, [...] teria que ser um esforço que começasse já no primeiro dia: "ah, você está sem o seu documento aqui?" Vamos providenciar seu documento". Por que que a pessoa passa anos dentro de uma prisão e não é providenciado o documento dela? "[...] Sua família tá onde?" – tentar uma aproximação com a família. Acesso à informações sobre o processo, a pessoa não tem, às vezes passa um bom tempo sem saber o que está acontecendo, não tem contato com a Defensoria Pública, pra acessar o tal do advogado da casa é muito difícil. Então, hoje em dia eu vejo que não existe política de ressocialização nenhuma, não existe política nenhuma pro egresso [...], ele sai totalmente desamparado. Então, o que a gente conclui aqui na Pastoral Carcerária é que [...] a gente é contra a pena de prisão, a gente não vê [...] um benefício pra sociedade, a gente vê que ela traz mais problemas do que soluções [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

Este posicionamento que defende o fim das prisões também aparece como uma diretriz das Pastorais Carcerárias Latino-americanas e do Caribe, na qual acredita-se que uma pessoa cristã não pode aceitar uma instituição que tem como função social e política ser um instrumento de dominação e de produção da subjetividade obediente, e no qual o discurso reabilitador, respaldado pelas "tecnologias psi" (Foucault, 2009) dos exames criminológicos, significa "curvar" (sic) uma pessoa para não oferecer resistência à opressão e que se sujeite à exploração e à violação de seus direitos básicos:

> Houve no ano de 2006 a Conferência Latino-americana e do Caribe, a VI Conferência da Pastoral Carcerária, [...] e de lá tiramos um compromisso. Quer dizer, o mundo de Deus é um mundo sem cárcere [...]. Então todo o nosso trabalho visa isso: o fim dos cárceres [...]. Presídio é local de anulação da pessoa, de redução total dos seus direitos, de aniquilamento da pessoa humana. Então, você aceitar uma instituição dessa?! [...] Eles usam três termos: o presídio é pra reeducar, reintegração e ressocialização. São eufemismos que são usados pra dizer: a pessoa que não sabe conviver com a sua condição de miserável, o presídio vai curvar você pra sair. O que diz a análise psicológica de uma pessoa, o parecer técnico que o juiz pede dizendo se a pessoa tem condições de viver em sociedade? Viver em sociedade quer dizer que ela aprendeu [...] que pode viver com um salário mínimo para o resto da vida, que ela vai viver no

> submundo, sem ter direto à saúde, sem ter direito à transporte de qualidade. Então ressocializar é curvar a pessoa pra viver o resto da vida essa condição de subalterno da sociedade que a explora. Então o presídio serve pra manter essa classe aqui, essa reserva de mercado, é pra aniquilar e torturar, pra domesticar, pra dominação [...]. Segundo, o que a lei determina: a pessoa cometeu um delito, é presa. E o que se diz? "Ela não sabe viver em sociedade, então deve ser isolada". Ora, que contradição da própria Execução Penal! Ela quer dizer como: "alguém que não sabe nadar, eu vou amarrar no seco pra aprender a nadar". Então a própria finalidade do presídio já é errada e ela já é negativa [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

E como a Pastoral Carcerária se constitui como um coletivo heterogêneo, é esperado que haja divergências ideológicas entre as pessoas que a compõem, sendo possível encontrar desde uma pessoa mais conservadora, em um paradigma confessional e assistencialista, que "assume o discurso da culpa" (sic) e da remissão dos pecados, e do "Deus milagreiro" (sic); até pessoas mais progressistas que se posicionam na perspectiva do abolicionismo penal e que "batem de frente" (sic) com as pessoas operadoras do sistema penal; e que essas divergências de atuação aparecem em discussões nas assembleias. Mas essa diversidade de posicionamentos ideológicos e de atuação não é vista como indesejável à organização:

> [...] A dificuldade natural de uma sociedade, a igreja, assim como em qualquer lugar na sociedade, você tem diferentes tipos de visões. Você tem pessoas que pensam, por exemplo, se eu estou falando em abolicionismo penal aqui e fim do encarceramento, isso não é uma coisa hegemônica na Pastoral Carcerária, pelo contrário, tem muitos agentes que não tem essa visão. Você encontra desde o extremo do agente que vai lá e que pensa na questão da culpado preso, de ele se redimir, através da culpa, assumindo um discurso religioso da culpa. Isso é um extremo, né. Mas então, na Pastoral a gente encontra todo tipo de pensamento, porque a igreja também, em si, ela é divergente. Então tem vários, desde setores mais conservadores assim, como setores mais progressistas. Então a gente tem que saber conviver com esse lado, né. É claro que é difícil você vê um religioso mais conservador vir pra Pastoral Carcerária, né, tem um pouco de uma coisa negativa do preso, não quer nem se envolver. Mas, a gente lida com essa diversidade. Isso não é necessariamente ruim. [...] Então, nem toda visita da Pastoral é feita da mesma forma, tem pessoas que vão lá, são mais conformadas, não fazem visita em locais como seguro, enfermaria, ou não bate de frente com o funcionário que impede de ir à algum lugar. E tem pessoas que são mais à frente mesmo e tem uma visão mais progressista. Então, tem essa divergência com relação à atuação de cada agente. E isso pode se refletir às vezes numa discussão de assembleia da Pastoral e tal. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

> [...] Mas dentro da própria igreja, nós temos várias linhas de trabalho. E aí, a partir da sua realidade, aqueles que estão na igreja, na sociedade, aqueles grupos que veem [...] a religião como mais assistencialista, a questão de com Deus proverá tudo, aquela religião mais do Deus milagreiro [...]. E outra mentalidade é do Deus que entra na história da humanidade e caminha com seu povo pra libertação [...]. Então, aqui há trabalhos diferentes, uns que vão no presídio só pra consolar, que é importante. Os presos gostam disso, consolar, rezar, animar, dar apoio é importantíssimo. Mas tem outro grupo que faz o serviço de frente [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

E, ao contrário serem indesejáveis, as diferenças nos posicionamentos ideológicos e de atuação são compreendidas a partir de três dimensões complementares e necessárias à atuação da Pastoral Carcerária na complexidade do sistema penal, e que são explicadas pelo Pe. Valdir por meio de uma parábola:

> [...] Vou contar uma pequena parabolazinha pra ficar mais claro isso. O Frei Emílio que é da Pastoral Carcerária que contou isso pra gente, um Frei franciscano, trabalhou um bom tempo conosco: Existia uma cachoeira, embaixo tinha um rio. E o pessoal começou a perceber que aqui embaixo, nesse rio, chegava muita criança morta dentro das águas. Mas um grupo andou em direção à cachoeira. Então, esse grupo que via as crianças mortas no rio pulava na água, para tirar a criança do rio e dar um bom enterro. Outro grupo andou até o pé da cachoeira e viu que chegavam as crianças com vida ainda, ao cair no rio. Então, criaram outro grupo pra ir até o pé da cachoeira, mergulhar e tirar as crianças que caiam com vida, pra recuperar a criança ainda com vida e não esperar que morresse para dar o enterro. Mas outro grupo começou a pensar: por que cai tanta criança na água pra morrer afogada? Perceberam que era necessário subir a cachoeira, e lá em cima encontraram quem jogava as crianças na água, na cachoeira para morrer. E esse grupo, viram que era necessário enfrentar quem joga as crianças na água pra morrer. Quer dizer, a Pastoral tem essas dimensões: aquele que vai pra consolar, lá embaixo, quem já tá presa, condenada, pra apoiar; a Pastoral tem aqueles que vão lá pra orientar os presos em seus direitos, de viver ainda, correr atrás, fazer parceria, não se acomodar, não se entregar; e é necessário que alguém suba pra trabalhar as políticas públicas, nas leis que regem o sistema prisional, o sistema penal brasileiro, e também na formação do povo na questão de conhecimento da realidade. Então a gente tem que se desdobrar neste três campos, nesta três áreas. Lá em cima fica mais na luta direta com as autoridades, com o que comanda. Aí a gente tem a luta com o judiciário brasileiro, como ontem, que eu estava numa reunião com um juiz aqui ainda, com o Ministério Público Federal, a Secretaria de Estado e de Governo sobre isso. Mas isso é necessário fazer também pra que haja um olhar diferente aqui embaixo, pra quem tá lá embaixo morrendo dentro dos cárceres. Não sei se essa parábola deu pra esclarecer um pouquinho mais o nosso trabalho, é nessa dimensão um pouco. Então temos gente trabalhando em vários campos aí e é necessário. Temos grupos que vão rezar para os presos que querem rezar. Ponto, deixa rezar. E não se envolve com outra ação. Outros vão ver, vão orientar, vão formar, vão capacitar. E outros vão lá, olham e agora, não, temos que brigar com quem joga gente na cachoeira. A gente tem que passar por todos esses caminhos pra entender um pouco a Pastoral Carcerária e os brasileiros também. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

Outro componente que aparece nas narrativas é o importante papel dos discursos políticos de pessoas que ocupam posições de poder na hierarquia da Igreja, como o Cardeal da Arquidiocese de São Paulo, Dom Odilo Scherer, e até a autoridade máxima da Igreja Católica na atualidade, Papa Francisco, para fazer avançar reivindicações da Pastoral Carcerária e conscientizar a sociedade brasileira católica em relação às questões do sistema penal, e que, ainda que não tenham "levantando a bandeira do fim da prisão" (sic), estão dando legitimidade aos posicionamentos e discursos da organização:

> [...] Mas, de uma forma geral, a gente tem um discurso que se coadunam com a prática da Pastoral Carcerária vindo de instâncias importantes da igreja. O Papa Francisco,

> por exemplo, se manifestou já com relação à questão do preso, do egresso, até já declarou que penas mais duras não resolvem o problema. Então, nisso aí o Valdir vai poder te falar melhor, mas tem uma série de posicionamentos que estão de acordo com a Pastoral Carcerária, com o trabalho que a gente faz [...]. Teve a questão da revista vexatória, saiu uma matéria, no Estadão, um editorial, foi escrito e assinado pelo Don Odilo, contra a revista vexatória. Isso foi muito importante, deu um peso pro movimento. O Cardial assinar um documento contra a revista vexatória tem um peso. Poderia pensar: "ah, mas a Igreja atrapalha nesse sentido?" – não, ela deu força para o movimento. [...]. Até o Marcelo, o Valdir, sempre a agente recebe e-mails, sempre enfatizando: "óh, isso aqui saiu num documento da Igreja... óh, o que tá falando em relação à esses assuntos dos presos e tal". Então mostra que são documentos importantes, estão na mesma linha em que a Pastoral atua, não tem sido divergente. É lógico que a Igreja não saiu ainda levantando a bandeira do fim da prisão, da pena de prisão [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

> [...] Então, hoje pra nós, como Igreja, outra pessoa que tem abraçado isso fortemente conosco e que nos dá orgulho é o Papa Francisco. Mandamos até uma carta pra ele sobre a situação do sistema prisional. Ele mandou a carta aberta para o Brasil fazendo várias condenações [...]. Então, o Papa Francisco agora escreveu uma carta para os juristas, em uum encontro que teve também até o Zaffaroni, aqui da Argentina, dizendo que é necessário avançar fortemente nessa luta contra a Justiça Criminal punitiva e outra forma de lidar com a realidade. Então, Justiça Restaurativa também o Padre Francisco abraça conosco e chama a atenção disso no mundo todo. Ele tem visitado os presos, tem acolhido egressos na casa dele mesmo, para valorizar as pessoas e condenar o sistema ao qual foram submetidas. Então, o que ele tem escrito é também nessa linha de combater o sistema penal, criminal, que nós temos hoje. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

Com essas narrativas foram apontados os posicionamentos político-ideológicos, as representações e os significados das práticas de aprisionamento em relação ao sistema político e à estrutura social, que se constituem como diretrizes da participação em ações coletivas contra o Estado penal.

E estes posicionamentos passam pelas percepções das relações e lutas de classes, e pelos sentimentos de injustiças praticadas contra determinados grupos sociais, o que evoca a próxima dimensão de análise.

5.4 Sentimentos de justiça e injustiça

Como vimos na dimensão anterior, as crenças e valores societais passam pela percepção de situações de injustiça social, de que determinados grupos de pessoas são excluídas do acesso aos direitos mais básicos de sobrevivência, e de que há uma seletividade do sistema penal direcionada às pessoas jovens, negras e pobres, como uma política de Estado:

> [...] Então nós fazemos a seguinte análise: primeiro, o encarceramento em massa, ele é uma tendência que atinge o Brasil desde os anos 90. A explosão do crescimento da população prisional e, consequentemente, da construção de unidades prisionais. E a Pastoral Carcerária vê que realmente isso atinge, a imensa maioria, a população pobre, jovem e negra, a população fragilizada socialmente e abandonada pelo Estado, a população que não é contemplada em serviços básicos [...]. O sistema prisional, como eu já disse, ele é um paciente em estado terminal. E vemos que, é evidente, ser uma política que atinge os mais pobres, os jovens... 82% da população prisional tem entre 14 e 29 anos. Essa população, como eu disse, frágil, população com pouco estudo, com pouco acesso à formação, enfim. Então, hoje o quadro geral é esse. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

> [...] É bom dizer também que muitos não precisariam estar ali. Muitos estão presos por crimes... e nem crimes é a palavra correta... por delitos pequenos, por terem roubado um shampoo, por terem roubado, sei lá, algo relativamente muito pequeno, e poderiam ser tratados de maneira diferente [...]. Mas às vezes a pessoa faz isso porque ela precisa se sustentar, porque ela não tem acesso a nenhum emprego, à nenhuma forma de educação que vai lhe garantir emprego, que possibilite ajudar a família ou se sustentar [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

E outros elementos relacionados ao sentimento de injustiça aparecem nas narrativas, que vêm das experiências de trabalho no interior das prisões e da observação da realidade concreta do tratamento penitenciário cruel, das condições degradantes e desumanas, que são vistas como práticas que desumanizam e colocam as pessoas aprisionadas em uma categoria abaixo dos "animais" (sic):

> Primeiro de tristeza, em alguns momentos de impotência e, principalmente, de indignação. Como eu te disse, a sociedade ainda não despertou para essa realidade, prefere varrer pra debaixo do tapete, não só esse problema, como outros problemas sociais. E é um sentimento de indignação de ver que seres humanos... independente do que fizeram continuam sendo seres humanos... são tratados como animais, no total abandono, total esquecimento. Então, eu acredito que a maioria dos integrantes da Pastoral Carcerária trazem esse sentimento de indignação ao identificar essas situações de violações de direitos. É muito complicado mesmo. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

> [...] Aqui no Brasil, principalmente, é muito precária a estrutura, tem superlotação. Mas a superlotação é uma coisa que não é uma cela que cabem 12 tem 20, é uma cela que cabem 12 e tem 60 [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

> [...] Essa ideia que existe na sociedade brasileira de punições mais duras, que precisaria criar mais presídios, é uma decisão tão burra, e ao mesmo tempo tão alimentada nos meios de comunicação, porque as pessoas não percebem que quanto mais você prende, mais você torna a pessoa inumana [...]. Porque em presídio lotado, se fosse colocado aqui em São Paulo cachorros ou gatos, como estão os presos nos presídios, haveria uma mobilização seríssima condenando quem fez isso, lhe garanto com certeza! Como aqui em São Paulo tem cela em penitenciárias com 70 pessoas [...]. Mas como é pessoa humana, como é pobre, tem-se submetido às péssimas condições, então não se fala nada! [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

E esse sentimento também passa pela concepção de que não é justa a prática comum de aprisionamento de pessoas usuárias de drogas como traficantes, e que a questão das drogas deveria ser tratada como um caso de saúde pública e não como caso de polícia, em uma posição que defende a descriminalização do uso e do comércio de drogas consideradas ilícitas:

> [...] Eu pessoalmente acredito que as pessoas que são usuárias de drogas não podem ser presas mais como traficantes. Isso ocorre. Ainda ocorre quase que totalmente. Acho que é um debate que deve ser feito. Infelizmente, acho que com essa nova legislatura não conseguiremos avanço nesse sentido. Mas acho que temos que trabalhar para isso. Não podemos julgar como traficante e criminoso uma pessoa que é encontrada com 3 gramas de... seja lá de que droga for [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

> [...] Outra questão é, por exemplo, a descriminalização [...] do uso de drogas e do próprio tráfico. Eu acho que, hoje, mais ou menos uns... não sei precisamente agora o número, mas são quase 30% dos presos tem a questão do tráfico de drogas. Pequenos traficantes, são presos com pequena quantidades, às vezes são usuários que estavam usando mesmo e foram enquadrados como traficantes, ou estavam traficando pra sustentar o próprio vício, ou era o ganha-pão do cara. Mas eu vejo que esse enfrentamento da droga pela pena de prisão, eu acho que não é benéfica pra sociedade. Eu acho que ela é dispendiosa, porque o cara passa pela prisão, ele fica estigmatizado [...]. Então, se descriminalizasse o usuário e o próprio tráfico, e tratasse a questão das drogas como saúde pública, fazendo investimento maciço, em vez de cárcere, na saúde pública, acho que também já é um outro caminho que se pode seguir à médio prazo aí, pra melhorar a situação [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

> [...] Por exemplo, quando você condena uma mulher mãe de crianças, de menores ao presídio. Isso eu vi, tenho provas, tenho nomes. Uma mulher encontrada, catadora de papel, com 10 gramas de maconha. Isso foi no Paraná, em Ponta Grossa, mãe de 8 crianças menores, de imediato presa. E ficaram as crianças todas aqui abandonadas. Existe uma lei que diz: abandono de menor é crime! Mas o Estado comete isso com toda a violência e requinte, sem nenhuma punição [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

Outro aspecto injusto apontado pelos entrevistados são os altos índices de aprisionamentos provisórios, que chegam a quase metade da população carcerária do Brasil e chegam a mais de 70% em alguns estados, uma prática que viola a presunção de inocência até que se prove o contrário, e o aprisionamento se torna a regra:

> [...] Quer dizer, como o Brasil prende tanto ainda pra aguardar, se a pessoa é julgada e é inocente? A média do Brasil é 44% da população é provisória, aguardando julgamento. Temos estados do Brasil, como Sergipe, ou Piauí, ou Amazonas, lá 76% dos presos são provisórios, por falta jurídica. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

> [...] Às vezes não se produz provas, o ideal era ter provas mais concretas sobre os crimes, mas na verdade, às vezes basta a palavra do policial, flagrante. A própria Defensoria, que tem melhorado muito, mas poderiam fazer uma defesa melhor para as pessoas. E tem a questão do próprio juiz, que muitas vezes, por exemplo, prisão provisória... 40% dos presos no Brasil são provisórios. Se a regra fosse respeitada, que

> é a pessoa responder em liberdade, que é o princípio da presunção de inocência, que a gente tem no Brasil, vigente, só é considerada culpada após de julgada, então a regra é que ela responda em liberdade. Mas, aqui no Brasil, às vezes quando o cara é pobre, o juiz geralmente já deixa ele responder ao processo preso. Eles acreditam que o processo ande com mais rapidez ou tenha maior efetividade, ou a questão do desenvolver do processo com a pessoa presa. Então isso é um problema muito grande. É uma coisa difícil de mudar [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

Após apontarem as situação de injustiças, as narrativas apontam para noções do que seria mais justo, ao invés da privação de liberdade, propondo a adoção de outras perspectivas de justiça e de lidar com os comportamentos considerados criminosos, como a utilização das Penas Alternativas e da Justiça Restaurativa:

> [...] A condenação que as gerações futuras farão, nesse sentido, sobre nós que convivemos harmoniosamente com essa realidade de injustiça, será forte no futuro contra a gente. Por aceitarmos que pessoas sejam submetidas ao enjaulamento, em condições abaixo dos animais [...]. Eu quero pelo menos estar fazendo a minha parte, portanto, nesse compromisso social histórico. Não quero ser omisso nessa relação. Como cidadão, como Igreja, e como minha própria consciência também. Ainda a impotência que às vezes nos atinge, diante as forças políticas econômicas do país. Essas forças que elas fazem tudo para manter esse esquema de exploração do ser humano, visando lucro e aproveitamento dessa realidade [...]. Se você fizer uma análise, comparar as propagandas políticas, todas são iguais nesse campo na chamada do sistema prisional. A diferença que se tem, [...] é de alguns candidatos defender a privatização, quer dizer, um crime dentro de outro crime maior ainda, que é privatizar o sistema prisional [...]. Então, o enfrentar a causa pra mudança não é popular. Existe toda uma mídia que é construída com o interesse de pedir pra sociedade cada vez por demais. Você vê, o que é a mentalidade que é construída, forjada nas vítimas? "Quero justiça!". E justiça o que quer dizer: "põe na cadeia, quanto mais anos preso, mais uso de consciência" – é o que dizem as vítimas. Agora pergunto pra qualquer vítima, com dor e tudo mais: e quando essa pessoa sair da cadeia? Ela pode ser seu vizinho de porta de casa? Será que é tranquilo? Todo mundo sabe que quanto mais tempo preso, pior a pessoa vai se tornar. Mas ainda tem essa ilusão de estar se fazendo justiça. Não, ela faz uma violência contrária mesmo. A justiça, aqui nesse caso, seria a restaurativa. Restaurar parte ou total daquilo que a pessoa fez de mal para alguém. Comprometer-se com responsabilidade. E também, se a questão é contra o patrimônio, que devolva pelo seu trabalho, recupere o que fez contra o prejuízo do patrimônio, e não isolar, condenar no fechado sem trabalhar, sem estudar nada, como são nossos presídios, fica naquela inércia total [...]. É preciso mudança, como está não dá pra continuar. Enfrentar esse sistema que é violento, que é criminoso, que é mantido pelo Estado altamente, que visa explorar cada vez mais o pobre [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

> [...] Acredito que a [...] política de Estado... o aprisionamento, seja em âmbito nacional, estadual, municipal... hoje, infelizmente, acredita-se que a prisão é a única maneira, ou uma das únicas maneiras de garantir a segurança pública. Não se vê e não se apostam em outras alternativas, como, às vezes, até Justiça Restaurativa, Penas Alternativas. Infelizmente até aqui em São Paulo, que o judiciário é extremamente conservador e punitivo, não se aposta em outras frentes. Então hoje nós caminhamos... na verdade já estamos em um caos [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

> [...] A questão de crimes cometidos sem violência também, acho que pode ser trabalhado. Em vez de uma pena de prisão, você tenta trabalhar em uma outra ótica, desde as Penas Alternativas, principalmente, ou outras práticas como, por exemplo, a

> Justiça Restaurativa, que é uma outra visão que a Pastoral tem [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

Sendo a Pastoral Carcerária uma organização que atua precisamente no campo da Justiça, podemos perceber que os sentimentos de injustiça é um elemento central e que atravessa as demais dimensões da consciência política.

E desses sentimentos de injustiça e justiça, bem como das crenças e valores societais, as narrativas apontam quem são os adversários políticos da Pastoral Carcerária, que constituem a próxima dimensão de análises.

5.5 Identificação de Adversários e Sentimentos Antagônicos

Nas narrativas e dimensões anteriores já ficaram evidentes as percepções de antagonismos de interesses das classes sociais, que permitem identificar os adversários políticos, ou seja, apontar para os responsáveis pelas injustiças sociais. E o Estado penal aparece como o principal adversário político da Pastoral Carcerária, o qual se desdobra em uma rede de adversários em suas diversas instâncias e lugares de poder. E serão estes os elementos abordados nesta dimensão.

> [...] Então nessa forma de lidar com o crime, o Estado comete muito mais crime, e se você for analisar [...], e você vê o quanto o Estado já matou, [...] o que o Estado desvia de verba do sistema prisional, que é um lugar de corrupção fortíssima [...]. Os presídios são criados com interesses realmente de anular o miserável, que não está no campo de mercado, e ao mesmo tempo você vê um lugar de exploração e de dinheiro. O judiciário brasileiro vem em cima disso também, criado pra isso. Não para melhorar as situações. Quando você vê pessoas que são desestruturadas, famílias encontram-se abandonadas, o Estado que comete um crime, quer dizer: "queremos que aumente o número de pessoas nas ruas, queremos que aumente a delinquência juvenil". Quem cria isso, em grande parte, é o judiciário brasileiro. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

Como a organização atua precisamente no campo da Justiça, a primeira instância de poder apontada pelas narrativas como responsável pelas injustiças sociais é o Poder Judiciário brasileiro, que aparece como "o mais fechado, o mais corrupto, o mais criminoso" (sic), que não só comete um crime contra as pessoas que não acessam seus direitos básicos de sobrevivência e que são criminalizadas/ selecionadas, mas também contra o próprio Estado e contra a sociedade brasileira em geral, gozando de imunidade e impunidade:

> [...] Uma grande briga minha hoje é contra o judiciário brasileiro. É o mais fechado, o mais corrupto, o mais criminoso. Te explico, pra dar os fatos aqui. Por exemplo, se você olhar na ficha do salário de um juiz, vai ter vários auxílios: auxílio-paletó, auxílio-alimentação, auxílio-livro. No ano passado agora foi auxílio-moradia, que é R$ 4.300,00 a mais para cada juiz. E agora estão criando mais outro auxílio ainda, já o quinto. E os mesmos juízes que pedem auxílio-moradia, mesmo tendo casa particular, e a esposa sendo também juíza, ambos ganham auxílio-moradia, dá R$ 8.600,00 por casal. O mesmo juiz faz, mesmo de mulher com criança de invasão, põe na rua. Esse mesmo juiz põe na cadeia um pai de família que às vezes vende ou rouba alguma coisa pra visitar seus filhos, que mora em favela, tem nem casa própria, nada, e nem alimentação, nem salário. Põe na cadeia o pai ou a mãe que faz isso. Então comete um crime com o Estado, com a pessoa e com o futuro da sociedade brasileira [...]. Eles mesmo dão seu próprio aumento. Nós de salário mínimo temos que correr às autoridades pra poder aumentar uma fraçãozinha. Eles não! Usam e abusam. Outra coisa que me deixa muito angustiado, um juiz de Segunda Instância, Segunda Vara, e desembargador, quando comete um crime, a punição é aposentadoria integral para o resto da vida sem poder trabalhar. Meu Deus! Cometeu um crime, agora, então, ele não pode ser preso, então ele vai ficar sem trabalhar pro resto da vida, mas com o salário integral. E aí, quando eu falo que o preso tem auxílio, aquele reclusão, que é outra farsa, falsidade que os meios de comunicação diz que é auxílio-bandido... não, é o preso que trabalhava e de carteira assinada, ao ser preso tem que ter auxílio do INSS pelo período, é coisa de R$ 600,00 a R$ 900,00 que tão contestado. A sociedade não contesta esses auxílios do judiciário brasileiro, a sociedade não contesta essa condenação dos juízes e desembargadores que são aposentados com o salário integral pro resto da vida, a mídia se cala pra tudo isso. Porque são poderosos. Então, há um crime maior do que você definir o seus auxílios, os seus salários e até quando cometem um crime ser aí impune com todo salário integral? Essa classe, ela é um tipo, assim, fora da sociedade. Então, pra mim isso é uma revolta grande, isso me angustia muito, porque são eles que colocam a classe miserável na cadeia. Então não tem nem um auxílio à moradia, não tem auxílio à alimentação, não tem auxílio à roupa e não tem auxílio ao transporte, quando fica doente tem que ir para os postos de saúde, e tem gasto e remarcam. E esse pessoal tem tudo isso, e com todos os seus direitos e garantia. Então aqui tem um divisor: como eles são tratados e como eles tratam a sociedade miserável. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

Além da responsabilidade do Judiciário em produzir e manter o encarceramento em massa, utilizando-se da prisão provisória/ preventiva contra pessoas negras e pobres que poderiam responder aos seus processos em liberdade, ou seja, usando este recurso como regra para determinadas pessoas e não como exceção; também são apontados o Poder Legislativo, que produz essas leis seletivas que beneficiam algumas pessoas e prejudicam outras; o Executivo, que financia privilégios e ilegalidades do Judiciário; os órgãos fiscalizadores dos presídios que não cumprem com seu papel; e a mídia e a sociedade que são coniventes a situação e nunca protestam contra "os juízes que mantém todo sistema ilegal" (sic). E a organização preocupa-se com o fato de nas últimas eleições ter-se elegido o "congresso mais conservador desde o golpe de 64" (sic), o que tornará a luta dos movimentos sociais por acesso aos Direitos Humanos ainda mais difícil:

> [...] Parece que 37% dos presos provisórios ou são absolvidos, ou não recebem a pena de prisão. Então, se já não se prendesse tanto provisoriamente, ou seja, já diminuiria a questão do encarceramento, diminuiria 40% da população carcerária no Brasil de

> presos provisórios. Já era um bom começo. É claro que pra isso precisa mudar o judiciário. Quem mantem a prisão preventiva é o judiciário [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)
>
> [...] Uma outra dificuldade em relação ao poder público, aí já cairia mais na questão da esfera processual mesmo, da questão da ampla defesa, do contraditório, que são aspectos ligados à defesa do réu, que aí acho que, por exemplo, o judiciário é bem seletivo com relação à quem é que está sendo julgado, então sempre a palavra de um policial pesa mais que a da pessoa que está sendo presa, pode não existir nenhuma outras provas, mas bastando a palavra de um policial, por exemplo, a pessoa já é condenada. Às vezes não se produz provas [...]. A visão do judiciário que é difícil de mudar, e isso é problemático, isso aumenta o encarceramento [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)
>
> [...] Lógico que temos a questão do Legislativo, que faz as leis. O Executivo, porque quem passa o dinheiro para o Judiciário é o Executivo. Mas o Judiciário tem essa posse, esse poder todo. E o sistema prisional, se ele está superlotado, não tem trabalho, não tem estudo, superlotação de 70 pessoas numa cela, há pessoas aguardando por tempo indeterminado o julgamento. Meu Deus! Existe o juiz corregedor dos presídios para julgar isso, o Ministério Público e promotor pra fiscalizar; existe Conselho Penitenciário para verificar a situação irregular; existe os órgãos federais, CNBCP, para fiscalizar; existe o DEPEN pra fiscalizar; existe o Conselho da Comunidade pra fiscalizar; existe a Defensoria Pública pra fiscalizar. Agora querem criar mais um mecanismo de controle! ...pra fiscalizar! Então nessa barbárie essa questão dos presos todos, o Judiciário é que seria o primeiro condenado por tudo isso [...]. Lógico que o legislativo tem culpa! Lógico que o executivo tem grande culpa nisso! Mas é que existe até uma certa democracia, a sociedade cobra deles. A sociedade vai pra rua contra os deputados, vai pra rua contra prefeito e governador, mas nunca vi ir pra rua contra os juízes que mantém todo o sistema ilegal [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)
>
> [...] Evidentemente nos preocupa também, aqui no Brasil, que nosso quadro político que já era conservador, agora, em 2015, vai começar à legislar o congresso mais conservador desde o golpe de 64. E aqui em São Paulo não será diferente, foi eleita, inclusive, a "bancada da bala", muitos coronéis, muitos policiais. Então nós vemos tempos difíceis para os movimentos sociais e para as organizações [...] que tem sua atuação diretamente ligados ao Direitos Humanos [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

São apontados também os operadores e gestores do sistema prisional como uma organização na produção e gestão dos ilegalismos (Foucault, 2009), que movimentam uma economia no interior e em torno dos presídios, aumentando a violência nos locais onde são instalados:

> [...] O presídio se gerencia com o tráfico de drogas, de armas e sequestram a cidade. Hoje, a grande causa das prisões no Brasil é motivada pela droga. Por que que se prende as pessoas como usuário de droga? A finalidade é que a droga não está no mercado, está fora do mercado controlado. Não é porque a droga faz mal. Não é isso! É porque ela tá fora do mercado controlado. Porque droga que faz mal e mata é a cachaça, é o cigarro também, mas são drogas controladas. Então, o sistema prisional está acumulando esse pessoal e o presídio serve, então, para essa organização, para alistar o crime nas cidades. Quanto mais presídio, maior é o número de crime nas cidades, maior a violência. Então, hoje, a dificuldade que a Pastoral enfrenta, às vezes o próprio grupo lá dentro está com suas organizações, com seus trabalhos, e não quer

> que a Pastoral veja essa organização. Aí cria alguns limites de espaço para ter a nossa entrada [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

Ainda em relação à economia gerada e movimentada em torno dos presídios, também são apontados como adversários políticos as empresas privadas de segurança que controlam as prisões dos Estados Unidos[39], que estão se engajando para a privatização dos presídios no Brasil e que já estão lucrando na parceria público-privada em muitos estados brasileiros:

> [...] E estou indo agora para um grande encontro em Washington, Estados Unidos, que vão trabalhar a questão encarceramento em massa e a privatização dos presídios, onde também temos brigado muito. Fizemos um relatório agora, esse ano passado, foram dois anos de pesquisa, 28 presídios no Brasil privatizados, em 7 estados. E a propaganda que se dá pela média é que é mais barato. Mentira! Terrível! Você pega alguns dados, é só conferir, é de R$ 1.000,00 a R$1.600,00 a mais cada preso! Quando se privatiza, aí tem a desculpa: "ah, mas privatizar não tem superpopulação". Olha só, porque no contrato que o Estado faz com a firma, cada preso a mais que tem no presídio o Estado é multado. Ora, porque que deixa então no Estado superlotado? Que contradição aqui! Então, os privatizados querem que tenha mais presos, porque é multa por mês que o Estado tem que pagar para a firma. Teve um caso que que verificamos, impressionante. Em Tocantinópolis, em Tocantins, eu estive lá, houve a reforma de um presídio estatal, com isso teve que jogar 300 presos a mais para a privatizada. Imagina?! Trezentos por mês, multa por cada preso. Para cada firma foi uma fatura fantástica aquilo! Aí todos os trabalhos... O que é isso? Todos os trabalhos com o presídio, os funcionários são maus preparados, porque se paga muito mal os funcionários da privatizada. Temos unidade prisional que nós encontramos, que em 1 ano os agentes penitenciários mudaram 70% do quadro, ou por corrupção, ou por dificuldade de trabalho. E assim vai toda a demanda. É outro crime que tem se alargado no Brasil, a questão do sistema privatizado também. Estamos brigando bastante atualmente nos estados, fizemos relatório, temos ido até em Brasília. Mas há uma propaganda, até do CNJ do Brasil, Conselho Nacional de Justiça, que recomenda que os secretários de sistema prisional vão nos estados pra ver as privatizadas pelas ONGs como modelo. O próprio Governo Federal, como de vários estados do Brasil, foram já pagos pelas firmas que privatizam dos Estados Unidos, que comanda todo o comércio das empresas lá. Levaram... várias delas também criam PEC[40] no Brasil... pra visitar as privatizadas da França, da Inglaterra, Estados Unidos, tanto autoridades federais, quanto estaduais. Porque é um lobby! [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

Outro representante da rede de adversários políticos que a organização aponta a Assistência Social, que não se responsabiliza nem pelas pessoas que estão presas e nem pelas egressas do sistema penitenciário. O serviço social no interior dos presídios, conforme a discussão de Foucault (2009), é executado pela Secretaria de Administração Penitenciária e não atua na assistência social propriamente dita, mas como mais um saber expiatório e disciplinante do exame criminológico. E, fora dos presídios, não reconhece as pessoas egressas do sistema penitenciário como pessoas que preenchem os critérios para poderem acessar direitos por meio

[39] Aquele que lidera o ranking dos países que mais encarceram.
[40] Proposta de Emenda à Constituição.

das políticas públicas sociais dos municípios. Em outras palavras, não são consideradas pessoas:

> [...] E ultimamente eu tenho participado de um GT que fala sobre a questão do egresso, que se reúne um pouco com um pessoal da assistência social aqui do município de São Paulo [...], eles falam assim: "a gente precisa estabelecer uma rede que" – isso é uma assistente social aqui de São Paulo falando – "porque a gente precisa saber pra onde a gente encaminha o egresso, a gente podia ver com vocês da sociedade civil, a gente encaminha pra vocês". Daí eu [...] até falei pra eles na hora: se vocês não sabem pra onde encaminhar egresso, quem dirá a Pastoral Carcerária, a gente não é um órgão público, a gente não tem essa incumbência de assistência social. Então, [...] eles ficavam num debate assim: "ah, mas o egresso não é população de rua, não é população X ou Y, a gente não sabe onde encaixar egresso". Então você vê que o egresso não tá nem enquadrado na... quer dizer, a pessoa que vai pra assistência social não precisa de enquadramento, ela precisa demonstrar que necessita daquela ajuda alí. E eles tem até essa questão de uma divisão que eles fazem pra se organizar e que não prevê o egresso, eles nem sabem os encaminhamentos que dão pro egresso [...]. Então, esse GT ainda tá muito no começo, mas tem participação do Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria, tem esse pessoal da Prefeitura, da assistência social, tem outras entidades da sociedade civil. A ideia é que esse grupo possa debater e se chegar num consenso, talvez pautar alguma política pública para os egressos [...]. E quem que chamou esse GT foi acho que o Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública. Então, eles discutindo com o pessoal da assistência social do município, chamou também a posição da sociedade civil, então chamou também a Pastoral, chamou outras, o ITTC, chamou o AMPARAR, que é uma rede também que trabalha com familiares de presos [...]. Não existe um consenso ainda com relação à questão do egresso, por exemplo, um dia caiu numa discussão sobre a Lei de Execuções Penais, aí ficou aquela polêmica: "é de responsabilidade da própria Secretaria da Administração Penitenciária o egresso?" Porque o egresso, eles consideram [...] até 2 anos... 2 anos ou 1 ano, agora não me lembro exatamente... que sai do sistema prisional. Aí ficou aquele empurra-empurra: "é da Secretaria? Não! A assistência social também é responsável?". A Pastoral, até pensando nas políticas públicas, da mesma forma como já trabalha na questão da educação e da saúde, a gente pensa que, pode ser que depois a gente mude o conceito através das discussões do GT, mas no primeiro momento é a ideia de que a assistência social assuma a questão dos egressos e assuma a assistência social dos próprios presos também. Porque o papel da assistente social, hoje em dia no presídio, não é um papel de assistência aos presos, é uma tarefa de elaborar os laudos. E são os laudos que o juiz pede pra saber se o cara tem o tal do bom comportamento, que é um critério subjetivo dele conseguir o benefício. Então o preso não tem a confiança nos assistente social. Assistente social não está lá pra ouvir e ajudar ele a resolver os problemas dele, mas ele está lá pra julgar o preso. Então, o preso não confia no assistente social. O trabalho de assistente social acaba não sendo feito [...]. Porque todos, a Secretaria de Administração Penitenciária, tudo o que se passa no sistema penitenciário é voltado plenamente pra essa questão da segurança, da disciplina [...]. Está tudo voltado nessa chave da segurança, e não na chave de uma assistência social [...]. A gente insiste que não seja uma assistência social da SAP, mas uma assistência social do município [...]. Mas isso não é um consenso dentro do próprio GT, porque as assistentes sociais, por exemplo, [...] elas acham que não teriam pernas pra fazer esse trabalho, que a responsabilidade é da SAP. Então, elas tem um pouco de aversão por isso [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

As narrativas apresentaram as formas de exercício de poder que ocorrem por meio de instituições organizadas pelo Estado penal, que trançam uma enorme rede para capturar e

manter determinados grupos de pessoas no interior do complexo sistema penal que transborda os muros das prisões, e evidenciam a falácia dos discursos reabilitadores.

E com os adversários identificados, torna-se possível a avaliação da organização em relação à capacidade de intervir politicamente e à eficácia política de suas ações, que é a próxima dimensão a ser analisada.

5.6 Sentimentos de Eficácia Política

Os entrevistados apontaram as injustiças sociais, identificaram os responsáveis por elas, e se engajam em ações coletivas para a mudança dessa situação. E nesta dimensão interessa saber as percepções sobre as capacidades individuais e coletivas para a superação dos problemas e sobre os efeitos dessas ações, ou seja, os sentimentos de eficácia política.

E esse sentimento aparece nas narrativas das conquistas alcançadas pela atuação da organização, desde o início de sua formalização, com a criação do Conselho da Comunidade e órgãos de fiscalização do sistema prisional, que possibilitaram a própria atuação da Pastoral Carcerária dentro do sistema prisional:

> [...] Nós começamos a trabalhar desde 88, após a Carta Magna, a Constituição brasileira, que foi sobre a questão da criação do Conselho da Comunidade para que a sociedade civil tivesse a garantia do acesso ao presídio [...], para que tivesse uma fiscalização de todo local de privação de liberdade. Então foi um grande movimento. E outro movimento que fizeram paralelo nessa época, muito forte, era que o judiciário, o juiz corregedor e Ministério Público, cumprisse o que determinava a Execução Penal também, questão de fiscalização em instituições. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

Também aparece com uma conquista importante no campo das políticas públicas a criação das Defensorias Púbicas, em 2006, e sua ampliação, assim como a criação das ouvidorias externas independentes executadas por organizações da sociedade civil:

> [...] A Pastoral pegou algumas coisas assim, como trabalhar a criação e o fortalecimento da Defensoria Pública. E também começamos nessa, tão fortemente até hoje, a criação das Ouvidorias externas do sistema prisional e judiciário, começamos mais pela Defensoria Pública, quer dizer, a agente vai, debate, pra que vire políticas públicas. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

> [...] A Defensoria Pública foi criada em 2006, então ainda é muito recente, comparada com outras instituições, mas é extremamente necessário ampliar o quadro técnico de defensores públicos [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

> [...] A gente trabalha muito e conseguimos o ano passado ainda, que fosse aprovado uma resolução pelo CNBCP, para a criação de ouvidorias externas, independentes, quer dizer, da sociedade civil, para todo o sistema prisional do Brasil [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

A eficácia política também aparece no reconhecimento de outras instituições que contratavam pessoas da Pastoral Carcerária para projetos educacionais, e na conquista em relação à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo ter assumido a responsabilidade pela educação dentro do sistema prisional em 2012:

> No campo da educação, já tivemos alguns projetos, com instituições de ensino que até contratavam agentes da Pastoral Carcerária pra dar aulas nos presídios. Mas isso hoje não existe mais, porque [...] a Secretaria de Educação aqui do estado de São Paulo assumiu, desde de 2012, a educação nos presídios [...], há menos de 2 anos, mas ainda caminha a passos muito tímidos. Então, também surge outro compromisso nosso, que é um papel de fiscalizar e cobrar. Nós temos reuniões periódicas, participamos de um grupo de estudos e acompanhamento desse tema da educação [...]. Mas realmente, ainda há muito o que se fazer. Mas acreditamos que foi um grande avanço a Secretaria assumir a educação, porque antes nem isso ocorria. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

Também é apontado o reconhecimento do trabalho da Pastoral Carcerária por parte da hierarquia da Igreja, que contribui para romper com preconceitos de setores mais conservadores da própria Igreja e dar legitimidade ao trabalho da organização:

> [...] Hoje eu vejo que a maioria dos bispos apoiam totalmente o trabalho da Pastoral Carcerária. E isso também deu um impulso na Pastoral Carcerária, sobretudo nos estados onde tudo é mais difícil, principalmente norte e nordeste, na locomoção, comunicação, até o aspecto econômico também. Então hoje vejo que a hierarquia da igreja já é mais sensível à Pastoral Carcerária. O grande problema hoje são as paróquias, que são os primeiros núcleos da igreja. Infelizmente por essa cultura punitiva e essa cultura de violência que nós dizemos, vivemos, ainda há um grande preconceito de toda a sociedade quanto à Pastoral Carcerária. E esse preconceito se reflete também na igreja, nas paróquias, nas comunidades, nos núcleos. Mas procuramos trabalhar nesse sentido. Existem notas de apoio à Pastoral Carcerária divulgadas pela CNBB, e isso graças adeus é uma tendência que tem se revertido, mas ainda precisamos trabalhar muito nisso. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

A presença da Pastoral Carcerária como organização da sociedade civil no interior das prisões também é apontada como eficaz para diminuir e prevenir as violações de direitos e torturas, e também para tornar visível a realidade prisional, como responsável por trazer a questão do encarceramento em massa para o debate. Também é apontada a importância do trabalho de evangelização como estratégia, um “chamariz” (sic) para que a sociedade civil entre

no cárcere pelo trabalho voluntário e fiscalize as condições, assim como a importância da escuta, de dar voz ao sofrimento das pessoas invisibilizadas e silenciadas:

> Eu vejo a importância da Pastoral enquanto sociedade civil dentro dos cárceres. Eu acho que quanto maior a participação da sociedade civil dentro do cárcere, menor a possibilidade de que ocorram violações dos direitos dos presos. Acho que melhora o ambiente tanto para os presos quanto para os próprios funcionários, porque o sistema faz vítimas não só do lado de dentro das celas, mas os próprios funcionários também são vítimas da violência do sistema. O sistema é muito bruto, né. Então eu acho que a sociedade civil dentro do cárcere ela pode quebrar um pouco essa questão da pouca visibilidade que existe dentro do presídio, e também ela ajuda a sociedade como um todo. Ela traz essa visão do que ocorre lá dentro, então isso é muito importante, trazer, postar no site as matérias, às vezes dar entrevistas em um meio de comunicação [...]. Tem a importância da assistência religiosa também, que é um direito fundamental. Para muitos agentes da Pastoral que trabalham de forma voluntária, esse é o chamariz pra elas, de irem lá e levar a palavra de Cristo, é fazer a evangelização. Isso é muito importante também, embora eu não faça tanto esse trabalho. Mas eu acho que é um trabalho de você tá presente, a igreja católica, assim como tá presente outras igrejas, de poder fazer a escuta do preso. Em geral é um trabalho de movimento social. Pode ser que numa visita você fale com 3 presos, mas se ouvir eles, você fazer essa escuta é muito importante, eu acho. E é um trabalho que é feito pelos agentes voluntários daqui da Pastoral, que acho que é fundamental também. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)
>
> [...] E tem a importância da Pastoral de fazer essa luta política mesmo, tanto nas políticas públicas, quanto sempre numa perspectiva de fim do encarceramento. Então, você vê aí, quantas instituições falam sobre fim das prisões, mexeram no encarceramento, política de encarceramento em massa? São poucas, então a Pastoral acho que tem essa importância, porque ela tá trazendo essa questão pro debate. Um debate que, socialmente, realmente é renegado, sempre tem a questão da prisão sobre o viés do exótico, do crime, que o pessoal fantasia muito [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

A eficácia política também aparece nas narrativas fortalecida pela atuação em rede com outras organizações da sociedade civil, tanto nacionais quanto internacionais, que são apontadas como “parceiros fortes” (sic), como no caso em que se consegue resultados mais rápidos com a parceria da Anistia Internacional, ou em que conseguiram frear o desenvolvimento da privatização dos presídios nos estados com a parceria de sindicatos de agentes penitenciários:

> [...] Mas com o tempo a gente agregou forças com outras entidades, e aí, através dessa luta, a gente, por exemplo, em São Paulo, a gente conseguiu mobilizar pra chegar até a lei que previne a revista vexatória. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)
>
> Olha, mais forte no Brasil nós temos a Justiça Global, que também é internacional. Aqui em São Paulo, trabalhamos fortemente com o ITTC – Instituto Trabalho, Terra e Cidadania; o CEDHEP, que é o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo, que é o nosso grande parceiro de Justiça Restaurativa em todo o Brasil. Também organizações como as Mães de Maio, desde 2006 foi criada com a questão daquelas mortes todas. E a JD, são Juízes pela Democracia e grande parceiro nosso [...]. Então isso em nível nacional, e internacional temos a maior parceria com a Anistia Internacional, a gente manda coisas pra lá, aí eles vem. Até alguns casos de denúncias aqui no Brasil, de péssimas condições de presídio tem que apelar para o

> Judiciário, por exemplo, Ministério Público estadual, federal, e não temos retorno. Enfim, a Anistia Internacional é muito mais rápida! Eu lembro de um fato que nós fizemos várias visitas, vários relatórios no Amazonas e não tínhamos avanço nenhum. Nem com o governo local, nem nenhuma autoridade federal. Apelamos para a Anistia Internacional e em menos de um mês eles chegaram, vão ao estado, faz um levantamento, cobram do governador e depois mandam relatório cobrando o Brasil. Então são parceiros muito fortes nossos, entre outros que nós temos por aí, são vários. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

> [...] E a gente já soube que alguns estados conseguiram frear, pela nossa denúncia o tempo todo, com os nossos dados, essa questão da privatização. Estamos em parceria com alguns sindicatos de agente penitenciário que é contra a privatização também [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

O fato da Pastoral Carcerária ter se tornado referência nas questões da criminalização e aprisionamento no Brasil, sendo procurada e visibilizada pelas mídias nacionais e internacionais, e também por meio das estratégias de comunicação da própria organização, bem como o reconhecimento por meio de premiações de sua atuação no campo dos Direitos Humanos e da Justiça, fortalecem o sentimento de eficácia política de suas ações:

> [...] A gente percebe aos pouco que a Pastoral Carcerária tornou-se uma referência nacional nos direitos dos presos [...]. Qualquer fato, ou se o que ocorre em um presídio, ou com o preso, a imprensa nos procura de imediato pra fazer um contraponto ao Estado, ao Judiciário que temos, com a nossa visão, que é a visão do padre dentro do presídio. Então esse reconhecimento nacional e internacional. Essa semana passada fui à duas entrevistas pra mídia internacional. Então esse olhar da Pastoral e essa defesa, essa luta, é cada vez mais reconhecida. Órgão federais, por exemplo, temos alguns casos bem práticos. Tudo o que se trabalha no sistema prisional a Pastoral é chamada pra falar, se posicionar e para estar presente. Não quer dizer que nos engulam, nos aceite com tranquilidade, mas devido à pressão que a gente faz. Então essa voz constante. Então a gente acaba ocupando espaço com nosso trabalho, tendo reconhecimento, principalmente a mídia que mais tem feito isso. Você vê, nós também temos todo um trabalho de comunicação, que é o nosso boletim, nosso site, Facebook, onde o acesso aí mensal é um número, quer dizer, 10 a 12 mil de acesso, porque já repercute tanto a notícia, [...] essa nota foi assim altamente acessada, debatida. Então, qualquer organização que trabalha com isso somos chamados à participar. Nem sempre temos pernas pra isso, não temos pessoas pra estar em todos os campos, pra estar em todas as conferências, todos os seminários, todas as reuniões. Não temos gente preparada pra isso, somos poucos. Mas a demanda, o convite aqui é grande, sabemos. Veja, o reconhecimento, em 2010 a Pastoral Carcerária ganhou o prêmio de Direitos Humanos nacional, pelo presidente da república. Agora em 2014, eu fui homenageado pela medalha de... prêmio de acesso à justiça, pela nossa briga, de luta no Brasil para que as pessoas pobres e os presos tenham acesso à justiça [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

> [...] Por exemplo, um local que já foi até premiado por esse trabalho, é aqui em São Paulo, em São Carlos. Onde a Pastoral Carcerária fez um trabalho junto com a Prefeitura, com a Defensoria Pública e com o Fórum pra ter uma estrutura. E então as penas de multa o Fórum passa para a Pastoral Carcerária. Esse dinheiro é usado para cursos de egressos, para transporte deste, alimentação, até ter um emprego. Temos outros casos no Brasil, como no Rio Grande do Sul, é um local aonde se ajuda egresso, a família quando se tá preso ainda, já aqui fora com cestas básicas e também como encaminhar até pra que a pessoa tenha uma casa própria, um local junto às organizações do Estado [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

E também aparecem nas narrativas sentimentos de baixa eficácia política em relação à lutar contra "a força do poder econômico, que é sempre mais forte do que qualquer movimento" (sic), assim como nos casos em que denúncias de violações de direitos são feitas aos órgãos públicos e não são investigadas e resolvidas, e estas omissões do poder público resultam até em morte de pessoas no interior do sistema prisional:

> [...] Os resultados políticos das lutas nem sempre são... não é que não são satisfatórias, às vezes não comtemplam os nossos anseios [...], tem muitas frustrações. Mas aí faz parte um pouco dessa ideia de regime democrático que a gente vive, que abrange as diferenças. E tem também a força do poder econômico, que eu acho que é sempre mais forte do que qualquer movimento [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

> [...] Quantas vezes nós tivemos debates em Assembleias Legislativa, Câmara Municipal... sei que a Pastoral nacional até em Brasília, no Senado, na Câmara... e as coisas não avançam, as coisas não caminham, às vezes até pioram. Às vezes, o pessoal até fala: "olha, não vamos mexer nisso que é capaz de piorar". E é verdade! Então, procuro me inserir, evidentemente, é uma das minhas atribuições. Mas, às vezes, te confesso: vou já com total falta de esperança, porque os discursos são belíssimos e as realizações são muito tímidas. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

> [...] Realizamos também, juridicamente, denúncias de torturas e maus tratos, mas infelizmente a imensa maioria de nossas denúncias de tortura, seja as que enviadas ao Ministério Público, seja as que enviadas ao Poder Judiciário, raramente são apuradas, são engavetadas. Isso também nos gera um sentimento muito grande de frustração, que pouquíssimas violações de direitos no estado de São Paulo e no Brasil são apuradas. Nos últimos 10 anos morreram cerca de 5 mil presos no sistema prisional. Alguns em decorrência de ausência de tratamento médico, alguns por torturas, até denúncias não apuradas. Então eu costumo dizer que o sistema prisional hoje... e a Pastoral Carcerária pode dizer isso com muita propriedade... é um paciente em estado terminal. E as instituições, exceto a Defensoria Pública já citada, que deveriam trabalhar diretamente com o sistema prisional são totalmente, ou quase que totalmente omissas. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

Esses sentimentos de baixa eficácia política aparecem mais como uma avaliação da realidade concreta do antagonismo de classes e dos interesses políticos em um regime "democrático-capitalista", no qual o poder econômico tem mais força que os movimentos sociais e populares, e no qual há um desinteresse em se fazer cumprir com os próprios discursos reabilitadores de humanização do tratamento penitenciário.

Mas também aparecem sentimentos de baixa eficácia em relação à uma das funções política da Pastoral Carcerária em minimizar os danos causados pela situação de aprisionamento:

> [...] Eu sinto uma dificuldade com relação à realização de um trabalho que realmente possa ajudar as pessoas que estão ali. Então tenho uma certa frustação, de você... às vezes são tantas as demandas das pessoas ali, mas você não consegue atender, ajudá-las de uma maneira efetiva nos seus processos, de levar para a Defensoria Pública e não ter desdobramento [...]. Então é uma dificuldade mesmo de minimizar aquela

> situação ou de danos causados pela prisão... às vezes nem minimizar a gente consegue, então parece que a gente faz um trabalho um pouco frustrante nesse sentido [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

E também em relação a função política da Pastoral Carcerária em relação ao trabalho com as pessoas egressas do sistema prisional, pois as políticas de reintegração social não se efetivam na prática, e quando o trabalho da organização aparece como limitado ao atendimento individual de demandas emergenciais:

> Nós temos o seguinte: não existe um trabalho, assim, organizado nacional. Este trabalho [...] depende muito de estado ou de cidade, ou chamada diocese [...]. A primeira grande demanda do egresso que temos encontrado é o transporte, dinheiro pro transporte, poder correr atrás das coisas. Segundo, agora tem diminuído um pouco, mas a primeira reclamação era sempre documentos, porque a maioria dos presos, na abordagem policial quando são presos, os documentos são extraviados, rasgados e picados. Então, hoje quem sai do presídio não tem documento. Terceiro que se pede é alimentação. Quarto, emprego. Eu tenho que poder ir e vir, morar, ter documento, tenho que me alimentar e tenho que trabalhar [...]. Aqui em São Paulo nós temos até a Coordenadoria de Reintegração Social, trabalha com várias frentes disso aí. Muita gente vai lá, vem aqui também na Pastoral Carcerária pedindo ajuda que não encontrou. Mas é uma grande dificuldade encaixar a pessoa nessas condições que falei no início, nessa condição do subemprego. Já quem sai de lá é condenado pro resto da vida a não ter esperança de uma vida melhor, emprego melhor. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)
>
> A questão do egresso é muito complicada. Outro dia veio aqui um egresso com um panfleto que ele recebeu na própria unidade prisional, lá no Belém, [...] que dizia que a Pastoral dava cesta básica, fazia assistência jurídica, dava auxílio alimentação, auxilio de transporte... tudo! E eu, tipo, olhei aquilo e falei: que absurdo! Como que os caras estão divulgando uma informação dessa? Então o cara veio cheio de expectativa, e veio aqui pra Pastoral, porque ele não consegue essas coisas em nenhum lugar, entendeu?! E não vai conseguir aqui também na Pastoral... porque a gente não tem condições de oferecer esse tipo de ajuda. Então, o que a gente vê é que muitas vezes a pessoa sai com uma mão na frente e outra atrás, ela não tem dinheiro nem pra pagar a passagem do ônibus, então elas ficam andando a pé pela cidade [...]. Se não tiver a família pra realmente dar um suporte, o cara fica jogado em uma rua mesmo. E aí tem todos os problemas que ele carrega também do processo, porque vai ficar com a questão dos antecedentes, pelo menos dois anos aí, pra eles pedirem apelação, reabilitação [...], às vezes tem uma pena de multa também, que dificulta ele de tirar os documentos. Então essa questão do egresso é muito séria, eu vejo, porque essa pessoa que tem todos os problemas, pra ele voltar pro sistema carcerário é muito fácil. [...] É uma luta muito grande que o cara tem que enfrentar [...]. Então, apesar de existirem aí uns programas que a gente vê, por exemplo, o pró-egresso, na prática os presos falam que não tem nada. A gente encaminha, mas eles reclamam muito dos encaminhamentos que a gente faz [...] para a CAEF[41], [...] reclamam que lá não tem nada, não conseguem arranjar nada de emprego, não conseguem nada de documentos [...]. Aí mais uma vez eu me deparo com a frustração, porque eu não entendo. Quando o egresso vem aqui, não tenho muito o que ajudar ele, eu encaminho pra ele ir pros órgãos que ele fala que não funcionam. Aí que entra a questão do movimento político, do movimento social, tentar articular com as outras entidades pra tentar pensar em uma política pública para os egressos. Mas alguma ajuda mesmo, efetiva mesmo, com a realidade dele é difícil [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

[41] Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, da Secretaria da Administração Penitenciária.

> [...] Muitos egressos procuram a Pastoral Carcerária logo que saem do cárcere, porque muitos saem sem condição nenhuma, sem dinheiro, ou a família é de outra cidade ou até de outro estado. Então, nós temos alguns locais da Igreja Católica que nós encaminhamos a pessoa. O Arsenal da Esperança, Comunidade Aliança de Misericórdia, outras obras sociais da igreja. Esse contrato com a Pastoral, esse acordo formal... e aí, evidentemente, a pessoa pode se alimentar, pode tomar banho, pode ficar por um determinado período. E tentamos encaminhar pra, também, algumas entrevistas de emprego, pra alguns cursos, mas de maneira muito tímida. Já tivemos algumas oportunidades de realizar projeto de atendimento a egresso. A minha opinião é que não conduzimos bem esses projetos, poderíamos ter dado uma atenção melhor. O questionamento que eu levanto como coordenador estadual: olha nós trabalhamos lá dentro, ajudamos a pessoa, mas e aí?! A pessoa sai aqui fora... e o que nós fazemos pra ajudar? Claro que temos que ter a compreensão que é a obrigação do Estado dar todas as condições pra pessoa, mas nós como cristãos, como católicos, também não podemos nos omitir. É muito fácil jogar para os outros, muito fácil dizer: "ah, o Estado que faça isso" [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

As três narrativas nos mostram que a organização tem o foco na atuação no interior dos locais de privação de liberdade e que o trabalho com as pessoas egressas do sistema prisional não geram sentimentos de eficácia política, exceto em casos pontuais em algumas cidades ou dioceses, conforme apontado anteriormente, e isso fica evidente nas narrativas de Francisco e de Deyvid, que aparecem como sentimento de frustração de não se conseguir contribuir efetivamente para a superação da situação e como questionamento sobre o papel político da organização para lidar com esse problema da pessoa em condição ainda mais vulnerável à retornar ao sistema prisional.

Por outro lado, tanto Pe. Valdir quanto Francisco apontam para as ações em rede com outras organizações nos movimentos sociais para a promoção de políticas públicas de assistência social destinadas às pessoas egressas do sistema penitenciário, que sejam efetivas para o alcance dessas condições materiais mínimas de sobrevivência.

Vimos que as percepções de injustiças sociais, que são orientadas pelas crenças e valores societais construídos em diversos espaços de socialização, permitem identificar seus responsáveis e motivam os entrevistados a se engajarem nas ações coletivas para a mudança dessa realidade social. E que as experiências de trabalho dentro e fora das prisões e na participação política geram sentimentos de eficácia e de baixa eficácia política. E na próxima dimensão de análise veremos como todos esses aspectos psicopolíticos influenciam na *vontade de agir coletivamente*.

5.7 Vontade de Agir Coletivamente

Lançar-se em ações coletivas envolve pré-condições materiais e subjetivas, como percepções de ganhos e perdas materiais e na manutenção de vínculos, assim como a avaliação de riscos concretos, que dão forma à predisposição para a participação política. E serão estes aspectos abordados nesta dimensão.

Conforme foi abordado anteriormente, tanto na apresentação do campo de pesquisa no quarto capítulo, quanto na apresentação dos entrevistados e de suas atribuições, a Pastoral Carcerária conta com poucos recursos humanos em relação ao tamanho de seu campo de atuação, e isso gera uma sobrecarga de trabalho nas pessoas que compõem a organização, que assumem diversas atividades e frentes de trabalhos.

Se por um lado esta característica permite que as pessoas entrevistadas tenham um amplo conhecimento de seu campo de atuação e dos processos de trabalho da organização, por outro, a sobrecarga de trabalho que aparece anteriormente tanto no relato de Deyvid quanto no de Francisco, pode ser um fator desmotivador, em termos de influenciar de forma negativa os sentimentos de eficácia política e a vontade de agir coletivamente, pois conseguir desenvolver bem todas as atividades simultaneamente é impossível.

E além dessa sobrecarga de trabalho afetar o desenvolvimento e eficácia dos próprios processos de trabalho, também potencializa os riscos de adoecimento. É muito trabalho para poucas pessoas, e é um tipo de trabalho muito desgastante, de alto impacto psicológico[42], devido à violência intrínseca da realidade prisional, da violação de direitos, torturas e mortes, no contato com outras pessoas que estão completamente vulneráveis no interior do sistema prisional. E também é impactante em termos do que significa lutar contra um sistema monstruoso e gigantesco que é o Estado penal brasileiro: lutar contra ele pode custar a própria vida[43].

> Um grande problema aí, que pra mim é o maior, é a escassez de pessoas na Pastoral Carcerária. Somos poucos, porque é um trabalho voluntário. E com toda essa mídia do crime, que divulga o crime, está a serviço do crime, cria-se um medo do trabalho, embora a Pastoral sempre foi muito bem respeitada [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

---

[42] Nos últimos meses em que trabalhei na Pastoral Carcerária propus e coordenei um grupo de supervisão psicossocial com os estagiários de Direito, que na época tinham muita dificuldade em lidar com os sentimentos gerados pelas visitas às prisões.

[43] O padre e psicólogo Ignácio Martín-Baró é um de muitos exemplos de pessoas que lutaram contra o Estado e que foram assassinadas.

E é precisamente nessa sobrecarga de trabalho e seus riscos, ou na relação "custo-benefício" na qual as pessoas estariam mais predispostas a não participarem (Sandoval, 1989a), que aparecem as predisposições dos entrevistados para se envolverem nas ações coletivas. O que também justifica a baixa adesão de agentes voluntários, pois a participação também envolve condicionantes materiais, não bastando somente a vontade de agir coletivamente. E isso fica muito evidente na fala de Francisco, que se ocupa voluntariamente das atividades cotidianas da Pastoral Carcerária e da participação política nos movimentos sociais para além de suas horas de trabalho contratadas:

> A minha participação política maior é pela Pastoral Carcerária. Porque eu trabalho na Pastoral, eu me propus à trabalhar aqui com um certo horário, pra ter até uma rotina, porque, teoricamente, o meu cargo são 20 horas semanais pela CLT, como se contrata o advogado em determinado regime. Mas eu tenho vindo aqui geralmente da 1:00 à 7:00 da tarde de dia de semana, por conta que às vezes, eu faço os atendimentos das pessoas que vem aqui. Mas fora isso, às vezes eu tenho reuniões de manhã, às vezes eu tenho reunião à noite, ou seminários, como as palestras, ou audiências públicas. Então são coisas que fogem um pouco dessa rotina [...]. Então tem sempre essa questão de ter que estar indo fora de horário de trabalho, entre aspas, né, pra fazer essa militância política mesmo [...]. É intrínseco, o agente que atua no escritório da Pastoral, a gente acaba trabalhando nessas redes, então não tem como muito fugir disso. Se eu for ampliar isso pra outras lutas... tem gente que faz, né... mas aí sobra pouco tempo mesmo. [...] Quando você se engaja em um movimento, você tem um envolvimento muito maior. Então, queira ou não, aquilo passa à ocupar muito do seu tempo, né, é uma coisa onerosa para uma pessoa, que desgasta a gente [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

Conforme foi relatado na apresentação de suas funções na organização, Deyvid continua insatisfeito com o trabalho administrativo e burocrático, vendo-o como mais desgastante que as demais atividades na Pastoral Carcerária. E é interessante notar a forma como ele significa seu envolvimento na participação da organização: "é uma causa que te prende" (sic), que aparece tanto como uma identificação com as pessoas aprisionadas, quanto como um compromisso ético-político do qual não pode desistir. E é esse compromisso com a atuação pastoral e com a participação política, e em função da manutenção de vínculos de solidariedade, que o motiva a estar na organização:

> [...] E como eu te disse, eu tinha a intenção de ficar 6 meses, 1 ano, mas... eu costumo dizer que é uma causa que te prende [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

> [...] Já tive oportunidade de sair várias vezes, mas não consigo, porque, como eu te disse, somo pouquíssimos em virtude da demanda [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

E quando lhe foi perguntado como pensava que esses problemas desgastantes pudessem ser superados, ele aponta para a necessidade de atualização dos processos de trabalho, a descentralização de algumas atribuições e a centralização de outras (que exigem um conhecimento técnico ou específico), e reitera a narrativa de Francisco, na apresentação de suas funções, em relação à eleger prioridades que tenham impacto concreto no sistema prisional, em função da organização contar com poucas pessoas para o tamanho da demanda:

> [...] Eu acho que a primeira é desburocratizar alguns serviços da Pastoral Carcerária. Nós criticamos [...] que o Estado é burocrático, que o Estado é lento, mas às vezes nos somos iguais... [risos]... ou às vezes até piores. Acho que se nós desburocratizássemos o trabalho e decentralizássemos algumas atribuições, eu acho que as coisas fluiriam um pouco melhor. Evidentemente que não é um processo fácil, evidentemente que ocorrerão falhas, mas essas falhas nos ajudarão a construir um método de trabalho melhor. Outra coisa que poderia ser feita também é elencar prioridades, não querer abraçar o mundo, não querer resolver tudo, não querer ir em todas as reuniões, participar de todos os grupos, de todos os comitês, de todos os conselhos, porque a imensa maioria dessas atribuições, se nós fizermos uma análise séria e imparcial, não nos levaram a lugar nenhum. Só gastaram nosso tempo, nossa energia [...], onde nós poderíamos estar realizando algo que, de fato, fizesse a diferença no sistema prisional. Acredito que isso não ocorre por má vontade de ninguém, mas eu acho que já é algo enraizado na Pastoral Carcerária. E na Igreja tem muito isso, de "ah, faço isso há 15 anos, vou continuar fazendo exatamente igual". Então, eu acho que nós precisaríamos passar por uma conversão pastoral, estar atentos aos novos tempos [...]. Outra coisa que seria essencial é que as pessoas falassem e interagissem em assuntos que elas tem conhecimento. Evidente que, às vezes, a pessoa quer ajudar, e toda a ajuda é bem-vinda, como já te disse, somos pouquíssimos em virtude da demanda. Mas eu não posso pedir que uma psicóloga dê parecer sobre um assunto administrativo, não posso pedir que um leigo dê parecer sobre um assunto litúrgico que compete aos padres [...]. E eu acho que isso já ajudaria muito. Repito: não vejo que isso é feito por maldade, mas é algo que nós precisamos rever, é algo que gasta a nossa energia, desgasta a relação, entre as instâncias da Pastoral Carcerária, e só travam o nosso trabalho. (Deyvid Livrini, 02/12/2014)

Em relação as atividades relacionadas diretamente com a participação política, os problemas em relação à escassez de pessoas são em parte superados nas ações coletivas em parceria com outras organizações da sociedade civil nacionais e internacionais nos movimentos sociais, e essas parcerias se configuram em função do contexto da "luta que está sendo feita" (sic):

> [...] A Pastoral só tem um raio maior de atuação, quando ela se une com outras entidades. Então, a gente quer fazer um seminário, a gente chama outras entidades, mas, da mesma forma, outras entidades chamam a gente pra aparecer [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

> A Pastoral Carcerária trabalha em parceria [...]: Conectas, Sou da Paz, ITTC, Associação de Juízes pela Democracia, Comitê Contra o Genocídio da População Negra, Rede 2 de Outubro, Instituto Práxis, enfim, inúmeros movimentos que abraçam essas pautas sociais. Evidentemente, se nós não trabalharmos em parceria, pouca coisa avança. Então nós temos que estar presentes nos debates, seja Câmara Municipal,

> Assembleia Legislativa, todas as audiências públicas relacionadas diretas ou até indiretamente ao sistema prisional, nós estamos presentes. Então é essencial esse trabalho em parceria [...]. Trabalhamos com muitas organizações, cito aqui a Misereor, que é uma organização da igreja da Alemanha, que também financia e atua com projetos sociais, com a ONU, OEA, enfim, muitas organizações [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014)

> Atualmente a Pastoral tem trabalhado muito junto com as Mães de Maio, Rede 2 de Outubro. São dois movimentos que estão aí na ponta, no enfrentamento da questão da violência do Estado [...]. O Núcleo de Situação Carcerária também [...]. O Conectas, [...], Ação Educativa, eles trabalham bastante na região de Santana, até numa ação civil-pública, que não tinha a questão da educação nos presídios [...]. Ah, tem o Instituto Práxis, [...] o CEDHEP, [...] Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo, [...] tem sido bem atuante ultimamente, lançou a agenda pelo desencarceramento e da desmilitarização, junto com a Mães de Maio. E pontualmente, dependendo da luta que está sendo encampada, surgem outros movimentos. A gente participou de uma audiência pública por uma defensoria mais popular e tinha uma série de outros movimentos, que eu não vou lembrar agora de cabeça. Mas é uma coisa um pouco de contexto também, com relação à luta que tá sendo feita. O ITTC também é muito parceiro da Pastoral. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

E essa predisposição à envolver-se nas ações coletivas, que passa por avaliar as condições materiais e subjetivas em termos de ganhos e perdas, assim como da capacidade individual e coletiva de intervir politicamente (eficácia política), também passa pela avaliação da capacidade de pôr em prática as *metas de ações coletivas*.

5.8 Metas de Ações Coletivas

Na relação que se estabelece entre as percepções de injustiça, as predisposições para o envolvimento em ações coletivas e os sentimentos de eficácia política, torna-se possível a construção de metas de ações coletivas, que passa pela a avaliação de suas possibilidades práticas e das estratégias para alcançá-las.

Conforme foi possível observar em dimensões anteriores, o horizonte de mudança social que a organização luta para alcançar é o fim das prisões. E para se chegar neste ideal avalia-se que são necessárias algumas etapas anteriores, que formam as metas e estratégias de ações coletivas da organização.

A primeira delas é a tarefa de conscientização da sociedade civil em relação à seletividade do Estado penal e à desumana realidade do sistema prisional. E isso envolve o trabalho de humanizar o olhar para as pessoas que estão presas, desumanizadas pelas mídias sensacionalistas que são aliadas da indústria da segurança e produzem a ilusão de que a maioria das pessoas que estão presas praticaram atos violentos. E as estratégias utilizadas para isso são

as denúncias de violação de direitos na rede e sistema de proteção do Direitos humanos; a produção de relatórios sobre a realidade prisional; os eventos realizados em parceria com outras organizações; as entrevistas nos meios de comunicação que apresentam uma abordagem diferente daquela utilizada pelas mídias sensacionalistas; as matérias produzidas pelos próprios meios de comunicação da organização, como o site da Pastoral Carcerária e a página no *Facebook*; a formação de agentes pastorais voluntários e as visitas realizadas com estudantes universitários, que além de cumprir com o papel de conscientizar as pessoas visitantes, a presença da sociedade civil no interior dos presídios também ajuda na prevenção de torturas:

> [...] Nosso papel em relação à sociedade é, primeiro, conscientização. Nós temos que tentar mostrar à sociedade que o encarcerado, a pessoa que está presa, ela não é um animal que deve ser enjaulado e esquecido, ela é uma pessoa que por "N" motivos e, principalmente, por fragilidade social, ela se encontra no ambiente carcerário [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

> [...] Nós também temos todo um trabalho de comunicação, que é o nosso boletim, nosso site, Facebook, onde o acesso aí mensal é um número, quer dizer, 10 a 12 mil de acesso, porque já repercute tanto a notícia, [...] altamente acessada, debatida [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

> [...] A gente acha que é necessário para haver uma mobilização maior, que a sociedade civil tenha acesso ao cárcere [...]. Que eles possam ver, já que o presídio é um órgão público, como hospital, escola [...]. Porque, uma vez que haja esse acesso, a sociedade vai mudar o olhar, vai entender o que acontece lá dentro. Essa coisa que a mídia passa, a mídia sensacionalista, a mídia do medo que trabalha para o crime, digo, o crime mais forte que é da exploração, que vem desde produtos de segurança privada, isso não é o real. O presídio está longe daquilo que a mídia apresenta [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

> [...] Eu acho que quanto maior a participação da sociedade civil dentro do cárcere, menor a possibilidade de que ocorram violações dos direitos dos presos. Acho que melhora o ambiente tanto para os presos quanto para os próprios funcionários, porque o sistema faz vítimas não só do lado de dentro das celas, mas os próprios funcionários também são vítimas da violência do sistema. O sistema é muito bruto, né. Então eu acho que a sociedade civil dentro do cárcere ela pode quebrar um pouco essa questão da pouca visibilidade que existe dentro do presídio, e também ela ajuda a sociedade como um todo. Ela traz essa visão do que ocorre lá dentro, então isso é muito importante, trazer, postar no site as matérias, às vezes dar entrevistas em um meio de comunicação [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

> [...] Esse projeto já existe pelo DEPEN, chama-se Comunidade-Universidade-Cárcere. Porque quem é o estudante hoje, é o profissional de amanhã. Então, tendo esse contato, ele vai mudar o olhar. O ano retrasado fizemos esse trabalho aqui em São Paulo levando gente da USP, PUC, IBCCRIM, Mackenzie e outras entidades, como o NEV, pra ver a realidade. Quem foi lá dentro, todos eles disseram "saímos agora com outra mudança de entender o sistema prisional... havia uma diferença entre teoria e a realidade aqui é muito diferente, não imaginávamos isso". Nenhum estudante disse "olha, era isso que eu imaginava". Não, é diferente, a realidade aqui não é nada que está nos livros, é outra coisa. Então, esse conhecimento para que esses profissionais do futuro possam atuar de forma mais para a mudança. É necessário que passe por essa prisão, por esse contato. Levar, abrir as portas dos presídios para a sociedade civil, etapa altamente necessária pra que haja mudança [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

E criação dos controles externos e independentes, e o fortalecimento do Conselho da Comunidade, também aparecem como estratégia para que seja permitida e estimulada a entrada da sociedade civil no sistema prisional:

> [...] E outra grande bandeira nossa de luta, [...] a gente trabalha muito e conseguimos o ano passado ainda, que fosse aprovada uma resolução pelo CNBCP, para a criação de ouvidorias externas, independentes, quer dizer, da sociedade civil, para todo o sistema prisional do Brasil. Agora a luta é pra criar essa vista [...]. Fortalecimento do Conselho da Comunidade nos presídios. Essa luta que eu faço hoje fortemente em nível de Brasil, esse controle, essa criação, esse monitoramento. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

Outra meta é a redução dos danos no interior dos presídios, que ocorre tanto pela presença da sociedade civil no interior do sistema que previne torturas, quanto pela luta para que a própria Lei de Execução Penal seja cumprida em relação à garantia de acesso das pessoas aprisionadas aos seus direitos, como à assistência jurídica, assistência social, acesso à saúde, trabalho e educação:

> [...] Perspectiva assim de melhorar, em um primeiro momento, tornar o sistema menos pior e em um outro momento discutir até a questão do fim do encarceramento, que é uma proposta que a Pastoral traz [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

> [...] Então a nossa luta é que realmente o SUS entre lá pra fazer o trabalho da saúde, o Ministério da Educação se responsabilize pela educação dos presos, faça os planos que são necessários, tanto em esfera federal, esfera estadual, municipal, que tenha seus planos pra trabalhar com os presos; que a assistência social trabalhe a assistência social junto com os presos, ajudando ele com a questão da documentação logo que ele chega no presídio, ajude com a questão da situação com a família. E aí, pra isso, a gente insiste que não seja uma assistência social da SAP, mas uma assistência social do município [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

> [...] O maior clamor dos encarcerados é a questão jurídica. A imensa maioria não tem nenhuma assistência jurídica, ou uma assistência jurídica precaríssima. Então a Pastoral também tem que atuar nessa frente [...], porque realmente o Estado é totalmente omisso e totalmente falho nesse sentido. Não é raro, infelizmente, relatos de pessoas que estão presas há meses e sequer tiveram audiência, sequer tiveram julgamento. E também não é raro pessoas ficarem presas 6 meses, 9 meses, 1 ano, e ainda depois são julgadas e consideradas inocentes, e o Estado não reconhecendo [...] esse tempo que a pessoa perdeu [...]. Evidentemente, também na questão da saúde, porque o cárcere é um ambiente propício pra gerar inúmeras doenças, sejam físicas ou psicológicas [...]. E no campo também da educação, porque, hoje, menos de 10% da população carcerária tem acesso à alguma forma de educação [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

> [...] E essa é uma frente, que aqui fora nossa luta hoje é pela melhoria da Defensoria Pública nos estados que já tem e em estados que não tem. E nós lutamos muito pra criação disso, de apoio em vários estados do Brasil [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

E como uma estratégia de desencarceramento gradual, para caminhar em direção ao fim das prisões, a Pastoral Carcerária defende a descriminalização do uso e do comércio de drogas, que representa a maior parte das pessoas aprisionadas; o fim do uso da prisão cautelar/ provisória como regra, respeitando-se a presunção de inocência; e propõe como uma política de governo a Justiça Restaurativa, como um modelo de resolução de conflitos, de conscientização e responsabilização alternativo ao modelo punitivista e vingativo, que só faz aumentar a violência e que é prejudicial à sociedade em geral:

> [...] Parece que 37% dos presos provisórios ou são absolvidos, ou não recebem a pena de prisão. Então, se já não se prendesse tanto provisoriamente, ou seja, já diminuiria a questão do encarceramento, diminuiria 40% da população carcerária no Brasil de presos provisórios. Já era um bom começo [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

> [...] Outra questão é, por exemplo, a descriminalização [...] do uso de drogas e do próprio tráfico. Eu acho que, hoje, mais ou menos uns... não sei precisamente agora o número, mas são quase 30% dos presos tem a questão do tráfico de drogas. Pequenos traficantes, são presos com pequena quantidades, às vezes são usuários que estavam usando mesmo e foram enquadrados como traficantes [...]. Então, se descriminalizasse o usuário e o próprio tráfico, e tratasse a questão das drogas como saúde pública, fazendo investimento maciço, em vez de cárcere, na saúde pública, acho que também já é um outro caminho que se pode seguir à médio prazo aí, pra melhorar a situação [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

> [...] E isso todo o Brasil tem tentado trabalhar, alguns de maneira mais avançada, outros de maneira ainda se estruturando. Mas trabalhar nesse campo da Justiça Restaurativa, para que os apenados possam ver outras maneiras de resolução de conflitos, fora da violência [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

> [...] Mas, aqui, o que nós trabalhamos como Pastoral Carcerária, a forma de lidar com o criminoso, vem do modelo das comunidades primitivas, que hoje está crescendo muito em todo mundo, a chamada Justiça Restaurativa. Não fechar numa jaula, não reduzir a pessoa à animal, mas olhar pelo ato que ela cometeu, dalí para frente. E não só olhar para o passado, esquecendo a vítima. Então temos que trabalhar com o agressor e a vítima, olhando para o futuro. Então esse modelo [...] tem sido amplamente discutido em várias partes do mundo e são já em alguns lugares políticas de governo [...]. Também é uma proposta nossa de governo federal, que agora começa a ser discutido isso no DEPEN em Brasília. Mas o ideal ainda é que a própria comunidade se empodere das decisões, tanto do criminoso e como lidar com o crime, não entregado ele a terceiros ou à hierarquia jurídica, que não é comprometida com a realidade, é ausente e não se preocupa com as ações [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

> [...] É uma outra bandeira que a Pastoral encampa, que é a questão da Justiça Restaurativa, que está ligada à trazer um diálogo entre a vítima e o agressor, e não ficar somente na questão do agressor que tem que pagar; trazer para o agressor a questão da vítima, que ele visualize a vítima. Então pode ser uma abordagem que ajude à resolver vários problemas, muito mais que o cárcere [...]. A longo prazo, a Pastoral tem que trabalhar essa questão, trazer para o debate público a questão do desencarceramento, da utopia do fim das prisões. Ao falar do abolicionismos, vamos discutir um pouco o que que é isso, trazer essa pauta, será que é possível viver num mundo sem presídios e tal, que essa é nossa utopia. Esse é um debate que a gente tem que sempre estar reforçando, aí depois a gente encara as questões mais difíceis, que

> são os crimes violentos. Como é que a gente lida com essa questão dos crimes violentos, como é que a gente lida com a pessoa que tá com a Medida de Segurança, porque às vezes cometeu um crime violento, quer dizer, a pessoa é absolvida impropriamente e recebe uma Medida de Segurança, porque disse que ela não tem consciência. Mas como a gente vai lidar? A gente vai lidar no manicômio fechado? A gente pode trabalhar de outra forma? Existe a possibilidade de fazer um acompanhamento ambulatorial em que o cara fique em liberdade? Então, são questões mais desafiadoras, no meu ponto de vista, que tem que ser trabalhado em um segundo momento, bem mais pra frente [...]. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso)

Além disso, outras metas de ações coletivas aparecem em parceria com outras 13 organizações da sociedade civil:

> [...] Nós criamos com várias entidades sociais [...] a chamada Agenda do Desencarceramento. São propostas concretas, que apresentamos pro Governo Federal, para o Governo Estadual também, para o judiciário, ações concretas pra diminuir o encarceramento [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

Assinam a Agenda Nacional pelo Desencarceramento[44] junto com a Pastoral Carcerária as seguintes organizações: Associação Nacional de Defensores Públicos Federais – ANADEF; Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo – CDHEP; Instituto de Defensores de Direitos Humanos – DDH; Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade – MG; Instituto Práxis de Direitos Humanos; Justiça Global; Mães de Maio; Margens Clínicas; Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Pastoral da Juventude – CNBB; Programa de extensão CULTHIS/UFMG: espaço de atenção psicossocial ao preso, egresso, amigos e familiares; Rede 2 de outubro; e Sociedade Sem Prisões.

Nessa ação coletiva, as organizações propõem o *Programa Nacional de Desencarceramento, de Abertura do Cárcere para a Sociedade e de Redução de Danos*, com as seguintes diretrizes:

1) Revogação do programa nacional de apoio ao sistema prisional e suspensão de qualquer verba voltada à construção de novas unidades prisionais;
2) Pacto Republicano para a construção de plano plurianual de redução da população prisional e dos Danos Causados pela Prisão;
3) Alterações legislativas para a máxima limitação da aplicação de prisões cautelares;
4) Contra a criminalização do Uso e Comércio de Drogas;

[44] Disponível em: http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Agenda-em-Portugues.pdf

5) Contração máxima do sistema penal e abertura para a justiça horizontal;
6) Ampliação das Garantias na LEP;
7) Ainda no âmbito da LEP: Abertura do cárcere e criação de mecanismos de controle popular;
8) Vedação à privatização do Sistema Prisional;
9) Prevenção e combate à tortura;
10) Desmilitarização das polícias e da gestão pública.

5.9 Análise psicopolítica da Pastoral Carcerária: participação política na defesa dos direitos humanos

Com as vozes de algumas pessoas que compõem a Pastoral Carcerária, vimos como a organização surge com a própria origem da Teologia da Libertação no contexto latino-americano de ditaduras, e como ocorre a passagem de uma ação pastoral mais conservadora, assistencialista (caridade-penitência) e individualista no interior das prisões, para uma postura mais crítica, politizada e envolvida em ações coletivas objetivando mudanças macroestruturais na sociedade.

E é essa mudança de postura, de comprometimento com a libertação dos grupos selecionados pelas políticas de encarceramento e crítica ao sistema capitalista, que dá forma à identidade da organização e que a coloca na posição de um importante ator político na luta contra o Estado penal na atualidade do encarceramento em massa, e como uma importante referência nas questões da criminalização e aprisionamento no Brasil.

Com esse percurso de análise multidimensional da consciência política, buscamos compreender os elementos que direcionam as ações coletivas e a participação política da Pastoral Carcerária defesa dos Direitos Humanos. E as crenças e valores sociais que aparecem nas narrativas, como percepções das lutas de classes e interesses antagônicos; exploração e dominação de uma classe sobre a outra; a ilegitimidade das leis e dos mecanismos institucionais de mediação de conflitos; assim como o ideal de fim das prisões, apontam para uma *consciência revolucionária* (Sandoval 1994a), pois considera que para a mudança da injusta realidade social é necessária uma mudança macroestrutural por meio das ações coletivas.

> A mudança se faz pela educação. Primeira coisa: era necessário que nós tivéssemos um trabalho melhor com as crianças [...]. Você vê no Brasil, de como vai por local, que o governo investiu muito em segurança pública. E você faz um comparativo com o que investiu na educação. É uma defasagem aqui muito grande, muito grande mesmo. Então, investir mais na educação, primeira forma, fortemente, principalmente em lugares mais difíceis, educação também de qualidade. Não educação só pra dizer que está sendo feita. Então uma educação. O esporte, o lazer das crianças aqui é fundamental. O transporte, investir no transporte público como direito. Oras, se é obrigado à estudar tem que também ter o direito de ir e vir gratuitamente. A possibilidade do jovem, dar mais possibilidade de futuro, depois de uma formação melhor. Então trabalhar na educação, mas de qualidade. Isso aqui não tem como discutir, isso aqui é fundamental pra isso. E na educação também entrar, desde a educação básica, a questão da resolução de conflitos, como trabalhar com o conflito familiar, doméstico, como trabalhar conflito escolar, fora do judiciário, fora da justiça penal. Como as pessoas podem se empoderar de solução de conflitos. Isso é fundamental. Então formar a pessoa para se empoderar da solução de conflitos, para essa área, a vida toda [...]. Chega e fornece uma qualidade de visão e de conhecimento da realidade para melhor interagir com esse mundo. Quer dizer, aí eu volto no tema, a pessoa tem que se empoderar dos seus direitos pra poder se modificar, se transformar, lutar por eles [...]. (Padre Valdir João Silveira, 29/01/2015, grifo nosso)

No entanto, a partir da avaliação da realidade concreta, do contexto histórico e político, e das possibilidades de ações e viabilidade prática em termos de eficácia política, a organização compreende que são necessárias "micro transformações" no sistema prisional em termos de garantia de direitos previstos na LEP e de redução dos danos causados pelo aprisionamento:

> [...] Nós acreditamos que a prisão não é solução pra nada. Nós, inclusive, acreditamos em um mundo sem cárceres. Eu sei que é até um pouco utópico, mas nós temos que trabalhar em direção a isso. Mas isso é o ideal. Falando do real, se nós tivéssemos prisões estruturadas, prisões onde o preso tivesse acesso à educação, à saúde, à dignidade, e assim, obviamente, à ressocialização, eu acho que o trabalho seria mais fácil. E fluiria de maneira melhor. E poderíamos atingir, tanto qualitativa quanto quantitativamente, um número de pessoas mais elevado [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

E essa forma de trabalhar mais com a realidade concreta do que com a utopia, como uma reivindicação legítima pelo cumprimento da própria lei e no interior dos mecanismos institucionalizados de mediação de conflito, apontando sua ilegitimidade, por meio de ações coletivas orientadas por uma agenda de desencarceramento, faz com que a organização assuma uma *consciência de conflito* (Sandoval, 1994a), e desde a perspectiva de redução de danos e da resolução de problemas emergenciais.

E é também pela perspectiva da resolução de problemas emergenciais que ocorre o trabalho com as pessoas egressas do sistema penitenciário. Conforme vimos nos sentimentos de baixa eficácia política, não existe na prática políticas públicas de reintegração social e a maioria das pessoas saem dos presídios completamente desamparadas, dependendo de suas

redes de solidariedade familiares ou tecidas na vivência cotidiana no interior dos presídios (quando essas redes de apoio existem):

> [...] A conclusão que tenho no momento é que não existe políticas pra egresso, para a pessoa que passou pelo sistema carcerário. Eles dependem muito mais de uma relação, de uma família, que é assim um pouco mais estruturada, ou dependem de uma relação que eles tecem lá dentro do cárcere, né, às vezes até uma rede, dependem um pouco dessa solidariedade que existe em outros presos. Os presos que que acabam se ajudando quando saem pra rua, mas tem sempre aquele vínculo, às vezes, com as facções, e que não ajudam também a pessoa, [...] quebrar o estigma de ex-presidiário. Mas, eu não vejo que existam políticas, há uma ausência total. (Francisco de Barros Crozera, 18/12/2014, grifo nosso

E quando essas pessoas não possuem uma rede de apoio, procuram a Pastoral Carcerária para a resolução de problemas emergenciais. E o trabalho com as pessoas egressas do sistema penitenciário se desenvolve em práticas de orientações sobre os caminhos burocráticos nos serviços de assistência social dos municípios e da Administração Penitenciária, nos quais, como apontaram os entrevistados, não conseguem acessar seus direitos.

E isso evidencia que as pessoas egressas do sistema penitenciário estão ainda mais excluídas do acesso aos seus direitos, pois, em uma lógica perversa, não são consideradas como cidadãs ou que estejam na categoria "pessoas", pois se considera que elas não preenchem os critérios para serem atendidas pelas políticas públicas de assistência social dos municípios. E além do Estado não se responsabilizar, ou não cumprir com o próprio discurso reabilitador de reintegração social, terceiriza essa função para as organizações da sociedade civil, e principalmente para a Pastoral Carcerária, conforme o caso narrado por Francisco, no qual a penitenciária distribui panfletos para as pessoas procurarem a organização para a resolução de demandas emergenciais.

> [...] O questionamento que eu levanto como coordenador estadual: olha nós trabalhamos lá dentro, ajudamos a pessoa, mas e aí?! A pessoa sai aqui fora... e o que nós fazemos pra ajudar? Claro que temos que ter a compreensão que é a obrigação do Estado dar todas as condições pra pessoa, mas nós como cristãos, como católicos, também não podemos nos omitir. É muito fácil jogar para os outros, muito fácil dizer: "ah, o Estado que faça isso" [...]. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

> [...] Então, se nós trabalhamos pela libertação da pessoa, e também libertação integral, [...] nós também temos que refletir profundamente, como Pastoral Carcerária, como abordar essa questão. Porque, hoje, o que eu identifico é que nós falhamos muito nesse aspecto. Tivemos a oportunidade, nesse ano, inclusive, de realizar um projeto de atendimento ao egresso. Mas houve pouco empenho da própria direção da Pastoral Carcerária em dar continuidade a esse projeto. E isso eu acho que deve ser refletido e deve ser repensado. (Deyvid Livrini, 02/12/2014, grifo nosso)

Aqui, Deyvid tem a percepção de que o trabalho da organização está “falhando” (sic) em seu objetivo libertador em relação às pessoas egressas do sistema prisional e aponta para a necessidade de se repensar essas ações de baixa eficácia política.

E as três narrativas indicam que o trabalho realizado com pessoas egressas do sistema penitenciário se desenvolve, na atualidade, a partir de uma concepção mais assistencial, em atendimentos e encaminhamentos de demandas individuais e emergenciais

As metas de ações coletivas preveem a conscientização da sociedade civil em relação a desumana realidade dos presídios, ou seja, uma conscientização das pessoas que não foram/são alcançadas pelo sistema prisional. E para as pessoas alcançadas pelo sistema, a conscientização sobre ética nas relações e resolução de conflitos está prevista no modelo de Justiça Restaurativa, à longo prazo. Contudo, não aparecem elementos nas narrativas que apontem para estratégias de ações coletivas que promovam a conscientização das pessoas egressas do sistema penitenciário e que as fortaleçam para lutarem por seus direitos, que as potencializem para se engajarem em ações coletivas de participação política, como protagonistas na luta por uma mudança social na qual seja possível criar as condições para se alcançar esses direitos.

Desta forma, e conforme foi narrado pelo Pe. Valdir na parábola da cachoeira, a participação política da Pastoral Carcerária ocorre em três frentes de ações coletivas e em dois posicionamentos políticos contrastantes: um trabalho mais 1) crítico e transformador como a) um mecanismo de controle social e monitoramento do tratamento penitenciário, de denúncia e de conscientização; e como b) um ator político que incide em leis e nas políticas públicas, participando de processos decisórios; e uma ação mais 2) assistencialista no c) trabalho direto com pessoas aprisionadas e com as egressas do sistema penitenciário, que aparece nas narrativas com baixa eficácia política.

E devido aos poucos recursos humanos da organização na luta contra o gigantesco sistema penitenciário, as pessoas que trabalham diretamente nessas frentes fazem o que é possível de se fazer a partir de suas condições concretas, e, de acordo com as narrativas de Deyvid e Francisco, apontam para a necessidade de se focar ainda mais no trabalho que incida na realidade concreta dos presídios e na redução de seus danos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo com este trabalho foi pesquisar a trajetória de participação política da Pastoral Carcerária.

Para a construção do marco teórico que subsidiasse nossas análises e que sustentasse nossos posicionamentos político-ideológicos no fazer científico no campo multidisciplinar da Psicologia Política, foi necessário abordar o campo de estudos sobre o tema da criminalização seletiva dos povos considerados inferiores, e tecer diálogos entre a tendência latino-americana e libertadora com as discussões em torno da criminalização e do aprisionamento, e do fenômeno do grande encarceramento seletivo que ocorre na atualidade da realidade social brasileira.

Assim foi possível ensaiar uma perspectiva de compreensão psicopolítica das práticas de criminalização e aprisionamento no Brasil, a partir do compromisso ético-político da Psicologia Política latino-americana com a libertação dos povos historicamente oprimidos, criminalizados e aprisionados, e de contribuir para a mudança social.

E é também a partir desse compromisso ético-político que se desenvolve a atuação da Pastoral Carcerária, uma organização de pessoas que se envolvem em ações coletivas e na participação política, em uma luta cotidiana contra o Estado penal.

Antes de iniciarmos nossa pesquisa de campo com as entrevistas, a nossa hipótese era de que a Pastoral Carcerária teria surgido em São Paulo, a partir de 1986, em resposta à continuidade das práticas de tortura no interior dos locais de privação de liberdade e ao aumento do encarceramento que ocorre a partir da abertura democrática no Brasil. E, conforme vimos nas análises das entrevistas, esta é a data de sua formalização como organização da sociedade civil, e o seu surgimento data os anos anteriores ao golpe militar de 1964.

E isso nos mostra a importância e a necessidade de trazer para as análises o componente histórico das ações coletivas da Pastoral Carcerária, por meio das narrativas de uma memória política da luta da organização, pois, apesar de uma longa trajetória, essa história estava invisibilizada. Desta forma, procuramos com este trabalho cumprir com uma função política de dar voz e visibilidade à história de luta da Pastoral Carcerária, que começa muito antes de sua formalização na década de 1980.

Também não esperávamos que o surgimento da organização coincidisse com o próprio nascimento da Teologia da Libertação latino-americana, e faz ainda mais sentido o

posicionamento de Martín-Baró (1998) em relação às condições em que ocorrem os comportamentos considerados criminosos das pessoas pobres, pois essa era uma das discussões que estavam em pauta naquele momento histórico.

E isso reforça ainda mais o nosso posicionamento de que estudos inseridos na tendência latino-americana da Psicologia Política, comprometida com a libertação dos povos historicamente oprimidos, para os quais são negados os direitos básicos de sobrevivência, jamais deve individualizar e despolitizar a questão do encarceramento seletivo de pessoas negras e pobres que ocorre no Brasil. E em relação a defesa do punitivismo aos comportamentos violentos, em uma sociedade que tem como base a exploração de umas pessoas sobre as outras, que socializa a violência nas relações e valores que desumanizam, esperar que as pessoas se relacionem de forma ética é esperar um comportamento que foge às normas simbólicas, que não estão escritas nas leis, mas que produzem a realidade concreta.

E, neste sentido, a Pastoral Carcerária nos convida a pensar em outras formas de socialização de relações humanas que devem ser trabalhadas por outras formas de educação, e desde a infância, propondo uma mudança nas formas de mediação e de resolução de conflitos por meio da Justiça Restaurativa enraizada na comunidade, que tem um potencial transformador para a responsabilização e restauração do dano, e de conscientização sobre as formas de relacionamentos humanos considerados antiéticos. E esse modelo alternativo de Justiça se apresenta como um começo possível de transformações que podem levar ao ideal de abolição das prisões.

Mas enquanto essa meta se apresenta como de alcance à longo prazo, que necessita de outras etapas anteriores, a Pastoral Carcerária exerce um importante papel no controle da sociedade civil sobre o Estado penal, assumindo uma função política de minimizar os danos causados pela situação de aprisionamento, e, assim, representa uma importante referência no debate público da questão prisional, contribuindo para a conscientização política em relação à esta realidade social.

As condições dos locais de privação de liberdade e as formas como opera o Poder Judiciário na prática, que foram narradas pelas vozes da Pastoral Carcerária, mostra-nos que “a prisão é uma máquina de infligir dor para certos comportamentos entre certas classes sociais e também entre os resistentes de cada ordem social” (Batista, 2014, p. 91). E convida-nos a pensar e a trabalhar com o que é concretamente o sistema penal, e não na chave do que “deveria ser”, quer dizer, trabalhar com a concreta função social e política do presídio, como um sistema

de dominação e controle, em uma relação “entre quem tem o poder de criminalizar e quem está sujeito à criminalização”. (Batista, 2014, p. 91)

Ou seja, não há transformação dessa realidade social injusta que não passe pela mudança do sistema social. E defendemos que uma Psicologia Política que se pretende libertadora e transformadora da realidade social deve necessariamente passar pelo cárcere e se conscientizar em relação à essa realidade concreta.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Sandra Luzia de Souza. (2002). Capitalismo, Trabalho e Tempo de Prisão como Pena... *Revista Psicologia Política*, v.*2, n.3, p. 22-37.*

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. (2003) *Lazer e Reclusão: Contribuições da Teoria da Ação Comunicativa*. Dissertação de Mestrado, Campinas: Unicamp.

ANSARA, Soraia. (2008). *Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil*. Curitiba: Juruá.

BATISTA, Vera Malaguti. (2014) Introdução crítica à criminologia brasileira. Revan, 2011, 2ª ed, junho de 2012, 1ª impressão, junho de 2014.

BOTELLO, G., A., M. Historia, Método y Perfil de una Psicología Política. In: BOTELLO (coord). *Psicología Política del Nuevo Siglo: una ventana a la ciudadanía*. México: SEP–SOMEPSO, 1999.

BRASIL. Leis, etc. *Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil*. Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 1995.

CHICARELI, S., C. (2011). *Psicologia Política e Sistema Prisional Brasileiro*. Monografia de Especialização, São Paulo: Universidade de São Paulo.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen – junho de 2014*. Brasília, 2015.

DURKHEIM, Émile. (2010) *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes (Originalmente publicado em 1893).

FOUCAULT, Michel. (1996) *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau.

_____. (2008). *Nascimento da Biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979).* São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. (2009). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.

_____. (2010). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (2011). *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.* São Paulo: Edições Loyola.

HELLER, Agnes. (2008). Estrutura da Vida Cotidiana. In: *O Cotidiano e a História*. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 31-61.

GOFFMAN, Erving. (2008) Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC.

HUR, D., U.; SANDOVAL, S.; DANTAS, B., S.,A. (2014). Psicologia Política: Teorias e sociedade em transformação. In: SANDOVAL, S.; HUR, D., U.; DANTAS, B., S.,A. (Orgs.). Psicologia Política: temas atuais. Campinas: Alínea Editora, p.5-12.

LACERDA JUNIOR, Fernando. (2014). Psicologia Política e Marxismo na história recente: contribuições de Martín-Baró e Holzkamp. In: SANDOVAL, S.; HUR, D., U.; DANTAS, B., S.,A. (Orgs.). Psicologia Política: temas atuais. Campinas: Alínea Editora.

LE BON, Gustav. (1921). *A Psychologia Politica*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier (Originalmente publicado em 1910).

_____. (2004). *Psicología de las Masas: Estudios sobre la psicología de las multitudes*. Buenos Aires: Editorial Virtual (Original publicado em 1895).

MARTÍN-BARÓ, Ignácio (1998). *Psicología de la Liberación*. Editorial Trotta: Madrid.

MEIHY, J. C. S. B; HOLANDA, F. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MONTERO, Marítiza; DORNA, Alexandre. (1993) La Psicologia Política: uma disciplina em La encrucijada. *Revista Latinoamericana de Psicologia*. Bogotá, v.25, n. 1, p. 7-15.

MONTERO, Maritza. (1999) Globalidad, identidad y nacionalismo. In: BOTELLO (coord.). *Psicología Política del Nuevo Siglo: una ventana a la ciudadanía*. México: SEP–SOMEPSO.

_____. (2009) ¿Para qué Psicología Política? *Revista Psicologia Política*, 9(18), 199-213.

MOREIRA, Alberto da Silva. (2014). Religião politizada contra violência institucionalizada: a Teologia da Libertação no imaginário religioso mundial. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 12, n. 33, p. 12-42, jan./mar. 2014.

NAVARRO, M., G. El Desarrollo de la Psicología Política. In: BOTELLO (coord.). *Psicología Política del Nuevo Siglo: una ventana a la ciudadanía*. México: SEP–SOMEPSO, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (2011) *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 9ª Ed. Campinas, SP: Pontes Editores.

PASTORAL CARCERÁRIA. (2010). *Relatório sobre tortura: uma experiência de monitoramento dos locais de detenção para prevenção da tortura*. São Paulo: Paulus.

PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROSA, Leandro; Silva, Alessandro Soares da. (2012). A Psicologia Política: Um breve olhar sobre as Américas. In: ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SILVA, Alessandro Soares da; PEDRO, Felipe Corrêa. (Org.). *Psicologia Política: Debates e Embates de um campo interdisciplinar*. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP.

SANDOVAL, Salvador Antonio Meireles. (1989a). Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. *Revista Psicologia e Sociedade*, p.122-129, set. 1989.

_____. (1989b). A Crise Sociológica e a Contribuição da Psicologia Social ao Estudo dos Movimentos Sociais. *Revista Educação & Sociedade*.

_____. (1994a). Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil. In SPINK, M.J.P. (org.), *A Cidadania em Construção – Uma Reflexão Transdisciplinar*. São Paulo: Cortez.

_____. (1994b). *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo: Editora Ática.

_____. (1997). O comportamento politico como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da sociologia e da Psicologia Social. In: CAMINO, L.; LHULLIER, L.; SANDOVAL, S. (Orgs.). *Estudo sobre comportamento politico: teoria e pesquisa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

_____. (2001). The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s. *Revista Psicologia Política*. 1, (1), p.173-195.

SANDOVAL, S.; DANTAS, B., S.,A.; ANSARA,S. (2014). Considerações históricas sobre a Psicologia Política. In: SANDOVAL, S.; HUR, D., U.; DANTAS, B., S.,A. (Orgs.). *Psicologia Política: temas atuais*. Campinas: Alínea Editora, p.13-24.

SIGHELE, Scipio (1954). A Multidão Criminosa: Ensaio de Psicologia Coletiva. trad. de Adolfo Lima, RJ: Organização Simões (Originalmente publicado em 1892).

SILVA, Alessandro Soares da. (2012) Psicologia *Política, Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. Tese de Livre Docência, São Paulo: Universidade de São Paulo.

SUÁREZ, Mirta González. (2008) *Psicología Política*. 1.ed. San José, C.R: Editorial URC.

_____. (2012). Psicología política: aportes a los derechos humanos de Costa Rica. *Revista Costarricense de Psicología*. Ene-dic 2012, Vol. 31, N.os 1-2, p. 165-189.

TAVARES, Gileard; MENANDRO, Paulo, R., M. (2003). Características e Significados de Rebeliões em Prisões Brasileiras: Um estudo a partir de material jornalístico. *Revista Psicologia Política, 3(6): 225-246, jul.-dez.*

_____ . (2008). Trajetórias de Vida de Presidiários e Possíveis Sentidos para a Prisão. *Revista Psicologia Política, 8(15): 121-138, jun.*

WACQUANT, Loïc. (2003). Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001, Revan.

_____. (2005). Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001. 2ª ed, setembro de 2005.

_____. (2008). O lugar da prisão na nova administração da pobreza. Novos Estudos, 80, março, pp.09-19.

ANEXO I - Roteiro de entrevistas semi-estruturado

Objetivos	Perguntas
Investigar a história da Pastoral Carcerária como um coletivo organizado e sua trajetória de Participação Política desde a década de 1980.	1) Sobre o início da Pastoral Carcerária, desde qual corrente e movimento teológico surge? Como foi esse surgimento na relação com a instituição Igreja? Quais foram as dificuldades encontradas? 2) Qual era o cenário social e político da época? 3) Quais foram as pessoas envolvidas na criação da organização? Quais motivos os levaram a criar a organização? Qual era o objetivo? 4) Como foi que as pessoas se organizaram, quais foram os meios e recursos utilizados para criar a Pastoral Carcerária e dar início a atuação? 5) Entre as pessoas que deram início a organização, algumas delas passaram pela experiência de aprisionamento? 6) A organização atuava em articulação com movimentos sociais da época? Quais? De que forma? 7) Quais foram as frentes de trabalho assumidas no início desta trajetória e como elas foram se desenvolvendo até os dias atuais? 8) Como a organização se relacionou no passado e se relaciona atualmente com o poder público? Quais as dificuldades encontradas? Quais foram superadas? 9) Transformaram e ou promoveram a criação de políticas criminais e penitenciárias? Quais? Quais foram as ações adotadas para que isso acontecesse? 10) Quais trabalhos são realizados atualmente com as pessoas aprisionadas? De que métodos se utilizaram e utilizam no cotidiano de trabalho no sistema prisional? Quais as dificuldades encontradas no interior das prisões? 11) Como atuam com as questões de pessoas egressas do sistema penitenciário? Quais são os trabalhos

	realizados com essas pessoas e seus objetivos? Quais as dificuldades encontradas? 12) Existem pessoas que passaram pela experiencia de aprisionamento atuando na organização? Qual o papel delas na organização? 13) A Pastoral Carcerária trabalha em rede com outras organizações? Quais são essas redes no Brasil e no exterior? 14) Como a organização se relaciona atualmente com os movimentos sociais e com quais? 15) Qual atuação da organização com a sociedade civil em relação aos temas do sistema penitenciário? 16) Na sua opinião, quais são os problemas encontrados no interior da organização? E em relação a Igreja? Como pensa que esses problemas poderiam ser superados?
Objetivos	**Perguntas**
Investigar experiências de atuação da pessoa entrevistada na organização e no trabalho com pessoas aprisionadas e egressas do sistema penitenciário.	1) Quais foram as motivações, na sua história pessoal, que te levaram a atuar na organização? 2) Em que momento e como percebeu a importância de você colaborar com o seu trabalho nessa área e na organização? 3) Qual é a sua atuação na Pastoral Carcerária? Como desenvolve o seu trabalho? 4) A partir de sua experiência, como descreve a realidade do sistema prisional e das pessoas que habitam as prisões? E das pessoas egressas do sistema penitenciário? 5) Qual é o seu sentimento diante dessas realidades? 6) Quais foram as dificuldades encontradas na atuação no interior das prisões? E fora das prisões? E como conseguiu superá-las? Quais ainda não foram superadas? 7) Quais foram as conquistas e os objetivos alcançados com esta atuação?

	8) Em sua opinião, o que significa a atuação da Pastoral Carcerária e qual é o seu papel na sociedade? 9) E como se sente em participar da organização? 10) Como pensa a importância do seu trabalho na organização? 11) Na sua opinião, quais são os problemas encontrados no interior da organização? E em relação a Igreja? E em relação ao poder público? E em relação à sociedade civil?
Objetivos	**Perguntas**
Investigar percepções do sistema político e posicionamento da pessoa entrevistada em relação às questões da criminalização, do aprisionamento e políticas reabilitadoras.	1) Para você, o que é política? 2) Onde e de quais maneiras você considera que se manifesta a política? 3) Como você se relaciona atualmente com a política? 4) Você participa de movimentos sociais? Quais? Como participa? 5) Como pensa as questões da criminalização e do aprisionamento no Brasil? 6) Na sua opinião, por que as pessoas cometem crimes? 7) Qual a sua opinião sobre a redução da maioridade penal? 8) O que pensa sobre as políticas de reeducação, reabilitação e reinserção dos encarcerados? 9) Qual a relação que você faz entre o sistema político e as questões da criminalização e aprisionamento? 10) Como pensa que deveria ser a mudança ou transformação da realidade social da criminalização e do aprisionamento?

ANEXO II - Carta de Apresentação da Pesquisa com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Projeto de pesquisa: Pastoral Carcerária: Participação Política e Direitos Humanos
Pesquisadora responsável: Semíramis Costa Chicareli

Nome do(a) participante:_____

Contatos:_____

Data prevista para entrevista:_____

Apresentação da Pesquisa

Convidamos você à participar como colaborador(a) desta pesquisa devido a sua ação política na Pastoral Carcerária.

Este trabalho será realizado pela pesquisadora Semíramis Costa Chicareli como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências, pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, e sob a orientação do Prof. Dr. Marco Bettine de Almeida. Esta pesquisa está sendo financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – Processo 2013/09561-5.

Com este trabalho, pretendemos pesquisar a participação política da Pastoral Carcerária nas questões da criminalização e do aprisionamento no Brasil, como uma organização da sociedade civil que atua no monitoramento das instituições penais, na denúncia de violações de direitos e na defesa dos Direitos Humanos nos cárceres desde a década de 80.

Dessa forma, as experiências narradas pelas pessoas que fazem parte da Pastoral Carcerária, e que estão cotidianamente nessa luta pela promoção de acesso aos direitos, serão a principal fonte de informação para a investigação da participação política do coletivo organizado. As informações concedidas passarão por análises psicopolíticas, e nessas análises serão considerados tanto aspectos individuais quanto coletivos em relação às formas de conscientização política que conduzem à participação política.

O que será feito?

Você será entrevistado(a) pela pesquisadora em uma ou mais ocasiões, se necessário, e cada entrevista terá uma duração aproximada de 60 minutos, podendo estender-se um pouco mais, se houver a necessidade no momento da entrevista. As entrevistas serão agendadas de acordo com a sua disponibilidade de data, horário e local.

No momento da entrevista será realizada uma série de perguntas abertas relacionadas à sua experiência de atuação na organização, aos temas da criminalização e do aprisionamento.

Sua participação é voluntária, ou seja, você tem a liberdade para aceitar ser entrevistado(a) ou não, e poderá retirar sua colaboração nessa pesquisa no momento que assim desejar e/ou decidir, desde que seja antes da defesa e avaliação pública da dissertação de mestrado, ou seja, antes dos resultados da pesquisas serem publicados. E você será informado sobre a data do exame de defesa da dissertação e, se quiser, poderá participar como ouvinte.

Se por algum motivo você não quiser ser identificado(a), ou não quiser que algumas das informações sejam utilizadas na pesquisa, fica garantido o seu direito ao anonimato e, nesse caso, usaremos um nome fictício ou códigos para identificarmos a sua entrevista e serão excluídas as informações que você acreditar que não devem se tornar públicas.

Será necessária a sua aprovação e autorização para que as entrevistas sejam gravadas (unicamente por áudio) e para que as informações obtidas por meio de entrevista sejam utilizadas na pesquisa e publicadas. Todos os diálogos gravados nas entrevistas serão transcritos e editados de forma a gerar um texto final, que somente será utilizado nesta pesquisa e publicado na comunidade científica após a sua conferência e de sua autorização de uso por escrito e assinada.

Os textos gerados a partir das entrevistas serão utilizados parcial ou integralmente na dissertação de mestrado para os fins científicos que esta pesquisa propõe, e, posteriormente, serão publicados na comunidade científica, como em artigos científicos, congressos, entre outras modalidades de publicações científicas. Dessa forma, a pesquisa terá o seu acesso público, ilimitado e irrestrito, podendo ainda ser usado futuramente pela pesquisadora deste projeto ou por outros(as) pesquisadores(as) da comunidade científica.

A guarda dos materiais gerados a partir das entrevistas ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora deste projeto, e, no caso do sigilo de informações, somente a pesquisadora e seu orientador terão acesso aos dados que te identifiquem.

Quais são os riscos em participar dessa pesquisa?

De acordo com os procedimentos éticos descritos até o momento, essa pesquisa não trará prejuízos materiais, morais ou psicológicos às pessoas entrevistadas.

O foco dessa pesquisa é a investigação da participação política da Pastoral Carcerária, que será submetida à análises psicopolíticas que podem dar visibilidade (tornar público) aos seguintes aspectos coletivos e individuais:

- Estratégias políticas da atuação da organização;
- Formas de participação política das pessoas entrevistadas;
- Relações entre membros da organização; entre membros da organização e a comunidade que é foco de sua atuação (as pessoas criminalizadas e aprisionadas); entre a organização e a sociedade civil, assim como relações com movimentos sociais e o poder público;
- Percepções individuais do sistema político vigente;
- Consciências políticas individuais em relação aos temas da criminalização e aprisionamento no Brasil.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Explicados os procedimentos dessa pesquisa, você declara que:

( ) Estou ciente de todas as informações aqui escritas, as minhas dúvidas foram esclarecidas e **CONCORDO** em participar desta pesquisa como colaborador(a).

( ) Estou ciente de todas as informações aqui escritas, as minhas dúvidas foram esclarecidas, mas **NÃO CONCORDO** em participar dessa pesquisa como colaborado(a).

São Paulo, de de 2014.

_____

Assinatura